TCEPR

SUMÁRIO

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO 1
STP - Pautas 1
STP - Atas 1
STP - Acórdãos 2
SECRETARIA DA 1ª CÂMARA 6
1ªSECAM - Pautas 6
1ªSECAM - Atas 6
1ªSECAM - Acórdãos 6
SECRETARIA DA 2ª CÂMARA 6
2ªSECAM - Pautas 6
2ªSECAM - Atas 6
2ªSECAM - Acórdãos 6
ATOS DE RELATORIA 7
Conselheiro NESTOR BAPTISTA 7
Conselheiro ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO 8
Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES 14
Conselheiro IVAN LELIS BONILHA 14
Conselheiro JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL 15
Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO 15
Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES 16
Auditor SERGIO RICARDO VALADARES FONSECA 16
Auditor THIAGO BARBOSA CORDEIRO 17
Auditor CLAUDIO AUGUSTO KANIA 17
Auditor TIAGO ALVAREZ PEDROSO 17
CORREGEDORIA-GERAL 17
Comissão Permanente de Proc. Administrativo Disciplinar 17
OUVIDORIA DE CONTAS 17
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS 17
INSTITUTO RUI BARBOSA 18
ATOS DIVERSOS 18
Resenhas de Distribuição 18
Editais 19
Despachos 19
Informações 19
Atos de Alerta Municipais 19
Relatório de Gestão Fiscal 19
COORDENADORIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO 19
ATOS NORMATIVOS 20
GABINETE DA PRESIDÊNCIA 20
GP - Despachos 20
GP - Termo de Ajuste de Gestão 22
GP - Portarias 22
LICITAÇÕES E CONTRATOS 22
COMPOSIÇÃO BIÊNIO 2021/2022 23
Tribunal Pleno 23
Primeira Câmara 23
Segunda Câmara 23
Corregedoria-Geral 23
Ministério Público de Contas 23
Conselheiros – Diretores de Gabinete 23
Auditores – Coordenadores de Gabinete 23
Inspetorias de Controle Externo 23
Administrativo 23

TCEPR

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO

"Nos termos da Resolução n° 77/2020, de 30 de abril de 2020, disponibilizada no DETC n° 2287, do dia 29 de abril de 2020, alterada pela Resolução nº 82/21 disponibilizada no DETC n° 2451, do dia 07 de janeiro de 2021, a partir de 4 de maio de 2020 haverá SESSÕES VIRTUAIS DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS na modalidade virtual e por videoconferência, em virtude da necessidade de isolamento social para reduzir os efeitos da pandemia da Covid 19. As SESSÕES VIRTUAIS terão início na segunda-feira às 12hs encerrando na quinta-feira às 15hs e a SESSÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA obedecerá ao dia e o horário regimental, tendo sua transmissão ao vivo pelo portal do Tribunal no Youtube."

STP - Pautas

Consulte a qualquer momento o site do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ no endereço HTTP://WWW.TCE.PR.GOV.BR na opção "CONSULTA PAUTA". Nos termos do artigo 468 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, as partes interessadas em realizar SUSTENTAÇÃO ORAL, nos processos incluídos em pauta de julgamento de SESSÃO PRESENCIAL que poderá ser realizada por VIDEOCONFERÊNCIA, devem apresentar requerimento nos autos, dirigido ao Presidente do Órgão Colegiado para fins de deferimento, neste caso será disponibilizado o link para acesso remoto a sessão por videoconferência para realização da sustentação oral nos termos regimentais, havendo ainda a possibilidade de optar pela realização de sustentação oral através da inclusão de link de acesso público que remeta a mídia, em formato de vídeo ou áudio, com duração máxima de 15 minutos. Nos termos do artigo 22 da Resolução nº 77/2020, disponibilizada no DETCEPR nº 2287 do dia 29 de abril de 2020, alterada pela Resolução nº 82/21 disponibilizada no DETC n° 2451, do dia 07 de janeiro de 2021, as partes interessadas em realizar SUSTENTAÇÃO ORAL, nos processos incluídos em pauta de julgamento de SESSÃO VIRTUAL, deverão apresentar requerimento nos autos dirigido ao Presidente do Órgão Colegiado, para fins de deferimento, acompanhado de link de acesso público que remeta a mídia, em formato de vídeo ou áudio, com duração máxima de 15 minutos. Informo que por determinação do Presidente desta Corte, é obrigatório o uso da beca, ou vestimenta adequada para participação nas sessões plenárias.

Sem publicações

STP - Atas

TRIBUNAL PLENO
ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA (POR VIDEOCONFERÊNCIA) Nº 10, EM 28 DE ABRIL DE 2021.

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um (28/04/2021), com início às quatorze horas (14h), realizou-se a Décima Sessão Ordinária do Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sob a Presidência do **Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO**, com a **presença** dos **Conselheiros NESTOR BAPTISTA, ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL, IVENS ZSCHOERPER LINHARES**, bem como dos **Conselheiros Substitutos SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA, THIAGO BARBOSA CORDEIRO, CLÁUDIO AUGUSTO KANIA e TIAGO ALVAREZ PEDROSO**. Participou, como representante do Ministério Público de Contas, a **Procuradora-Geral Valeria Borba**. A Secretaria da Sessão foi exercida pela Secretária do Pleno, Aline Grigoletti de Lacerda Costa. O Senhor Presidente, Conselheiro Fabio de Souza Camargo, submeteu à **homologação** do Plenário a Ata de nº 9, referente a Sessão realizada no dia 14 de Abril de 2021, a qual foi homologada. Na sequência, o Senhor Presidente concedeu a oportunidade para as **Comunicações** previstas no inciso II do art. 436 do Regimento Interno e para inclusão em pauta dos processos de que tratam o art. 429, § 4º, e o art. 522 do Regimento Interno. Foram apresentados em mesa e **incluídos** para julgamento os Processos nºs: 247188/21, na pauta do Conselheiro Nestor Baptista; 517099/18, na pauta do Conselheiro Artagão de Mattos Leão; 517269/18, na pauta do Conselheiro Artagão de Mattos Leão; 101163/19, na pauta do Conselheiro Artagão de Mattos Leão; 102437/19, na pauta do Conselheiro Artagão de Mattos Leão; 189250/21, na pauta do Conselheiro Ivan Lelis Bonilha; 113610/21, na pauta do Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral; 132526/21, na

pauta do Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares; 43070/21, na pauta do Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares. O Senhor Presidente, Conselheiro Fabio de Souza Camargo, comunicou a instauração dos procedimentos administrativo: **processo nº 225060/21**, que trata de proposta de Projeto de Resolução e dispõe sobre critérios e diretrizes para conferir maior transparência e melhores controles interno, externo e social sobre o transporte público coletivo de passageiros municipal e intermunicipal, durante a pandemia da COVID, designando para relatoria o Conselheiro Ivan Lelis Bonilha; **processo nº 228892/21**, referente a proposta de Projeto de Resolução que dispõe sobre alteração do Regimento Interno visando à constituição da Coordenadoria de Atendimento e Controle Social, designando para relatoria o Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães. Encerrada a fase de comunicações, o Senhor Presidente, deferiu, nos termos do Art. 468 e §§ e art. 469, do Regimento Interno, o pedido de **sustentação oral** no Processo nº 721303/18, da pauta do Conselheiro Ivan Lelis Bonilha de Representação da Lei nº 8666/1993, ao senhor advogado Dr. Conrado Almeida Corrêa Contijo, (OAB/SP 305292), representando Tecnobank Tecnologia Bancária S.A. O relator fez um breve relato, e assim foi concedida a palavra ao advogado que explanou suas considerações acerca do processo. Após discussão do processo, foi julgado por unanimidade, pela concessão de cautelar. Ainda, deferiu, nos termos do Art. 468 e §§ e art. 469, do Regimento Interno, o pedido de **sustentação oral** no Processo nº 151849/21, da pauta do Conselheiro Ivan Lelis Bonilha de Representação da nº 8666/1993, ao senhor advogado Dr. Paulo Maximilian W. Schonblum, (OAB/RJ 92946), representando Serasa S.A. O relator fez um breve relato, e assim foi concedida a palavra ao advogado que explanou suas considerações acerca do processo. Após discussão do processo, foi julgado por unanimidade, pela concessão de cautelar. Logo após, o Senhor Presidente concedeu a palavra aos Conselheiros e aos Conselheiros Substitutos para o relato de suas pautas. Foram **julgados** os Processos nºs: 699832/20 (Encerramento), 444958/20 (Conhecimento e não provimento), 747489/20 (Conhecimento e improcedência), 247188/21 (Homologação de Cautelar), 275870/20 (Regular), da pauta do Conselheiro Nestor Baptista; 517099/18 (Homologação de Cautelar), 517269/18 (Homologação de Cautelar), 101163/19 (Homologação de Cautelar), 102437/19 (Homologação de Cautelar), 47500/20 (Conhecimento e improcedência com recomendações), 244444/20 (Conhecimento e procedência com recomendações), da pauta do Conselheiro Artagão de Mattos Leão; 189250/21 (Conhecimento e não provimento), 721303/18 (Concessão de Cautelar), 151849/21 (Concessão de Cautelar), 155607/21 (Concessão de Cautelar), da pauta do Conselheiro Ivan Lelis Bonilha; 113610/21 (Revogação de Cautelar), da pauta do Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral; 43070/21 (Conhecimento e provimento parcial), 132526/21 (Deferimento), 759614/20 (Aprovação), da pauta do Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares. No julgamento dos Processos nºs: 101163/19, 102437/19, 517269/18, de Atos de Inativação da pauta do Conselheiro Artagão de Mattos Leão, o relator votou pelo deferimento de medida cautelar com aplicação de multas à gestora (voto vencedor), acompanhado pelos Conselheiros Nestor Baptista e Jose Durval Mattos do Amaral e pelo Conselheiro Substituto Claudio Augusto Kania. O Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares apresentou seu voto divergindo do voto do relator pela não concessão da liminar, mas mantendo a multa artigo 87 I "b" da Lei Orgânica (voto vencido), sendo acompanhado pelo Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães. Foram concedidos os pedidos de **vista** aos Processos nºs: 699808/20, da pauta do Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral, ao Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães; 189420/21, da pauta do Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares, ao Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães; e, 72631/21, da pauta do Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares, ao Conselheiro Nestor Baptista. **Mantiveram-se com vista** os Processos nºs: 500815/20, da pauta do Conselheiro Nestor Baptista, ao Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral; e, 275846/20, da pauta do Conselheiro Artagão de Mattos Leão, ao Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães. Foi **adiado** o julgamento do Processo nº 210926/21 (Adiado por pedido do relator), da pauta do Conselheiro Ivan Lelis Bonilha. Foi **retirado de pauta** o Processo nº 728808/20, da pauta do Conselheiro Nestor Baptista. O Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral declarou seu impedimento no julgamento do Processo nº 132526/21, tendo sido convocado o Conselheiro Substituto Sergio Ricardo Valadares Fonseca para composição do *quorum* de julgamento. O Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães declarou sua suspeição no julgamento do Processo nº 72631/21. O senhor Presidente, Conselheiro Fabio de Souza Camargo, ausentou-se do plenário nos julgamentos dos Processos nºs: 247188/21, 699832/20, 444958/20, 728808/20, 747489/20, 275870/20, 101163/19, 102437/19, 517099/18, 517269/18, 47500/20, 244444/20, 113610/21, 699808/20, 43070/21, 189420/21, 132526/21, 759614/20 e 72631/21, tendo sido convocado para a Presidência o Conselheiro Ivan Lelis Bonilha, Vice-Presidente, e convocado o Conselheiro Substituto Claudio Augusto Kania para composição do *quorum* de julgamento. O Conselheiro Ivan Lelis Bonilha, afastou-se da Presidência do Colegiado para relatar os processos: 189250/21 e 210926/21, tendo sido convocado para a Presidência o Conselheiro Nestor Baptista, e o Conselheiro Substituto Claudio Augusto Kania para composição do *quorum* de julgamento. Não houve pauta de julgamento do Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães e dos Conselheiros Substitutos Sérgio Ricardo Valadares Fonseca, Thiago Barbosa Cordeiro, Cláudio Augusto Kania e Tiago Alvarez Pedroso. O Conselheiro Substituto Sérgio Ricardo Valadares Fonseca lembrou o dia 21 de abril, feriado nacional dedicado a Tiradentes, patrono de todas as polícias civis e militares do Brasil. Destacou a importância do valor "liberdade" em todos os sentidos. Fez referência, em especial, à liberdade de expressão. Enfatizou que não se pode admitir que órgãos de imprensa possam ser censurados por nenhuma autoridade da República. Lembrou a frase cunhada por sugestão de José Alvarenga Peixoto, ainda durante a Inconfidência Mineira, constante da bandeira que não é apenas de um estado da Federação, mas que enfatiza o ideal de liberdade de todo o povo brasileiro: "LIBERTAS QUAE SERA TAMEN". Transcorrida a fase de julgamento e não havendo quem mais desejasse usar da palavra, às dezessete horas e cinquenta minutos (17h50), do dia vinte e oito do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um (28/04/2021), o Senhor Presidente **encerrou** a Décima Sessão do Tribunal Pleno, **convocando** a próxima Sessão Ordinária (por Videoconferência) para o dia cinco de maio de dois mil e vinte e um (05/05/2021), no horário regimental. E, para constar, lavrou-se a presente Ata, que vai assinada pela Secretária, Aline Grigoletti de Lacerda Costa, pelo Conselheiro Nestor Baptista, pelo Conselheiro Ivan Lelis Bonilha (Vice-Presidente), e pelo Conselheiro Fabio de Souza Camargo, Presidente em exercício do Tribunal Pleno, que presidiram a Sessão do Colegiado.
****

STP - Acórdãos

PROCESSO N.°: 69881/20
ASSUNTO: RECURSO DE REVISTA
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE JAPURÁ
RESPONSÁVEL: ORLANDO PEREZ FRAZATTO
DECISÃO IMPUGNADA: ACÓRDÃO DE PARECER PRÉVIO N.° 540/19 – SEGUNDA CÂMARA
RECORRENTE: ORLANDO PEREZ FRAZATTO
RELATOR: AUDITOR SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
ACÓRDÃO DE PARECER PRÉVIO N.° 135/21 – TRIBUNAL PLENO

EMENTA

1) Recurso de Revista. Impugnação de acórdão de parecer prévio pelo qual o Tribunal considerou irregulares as contas do Prefeito do Município de Japurá no exercício de 2016 – em face da realização indevida de despesas com publicidade institucional nos três meses que antecederam as eleições municipais de 2016 (violação do artigo 73, VI, "b", da Lei n.° 9.504/1997) e da não comprovação da publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREOs) relativos ao quarto e ao quinto bimestres do exercício –, indicou ressalvas e o condenou ao pagamento de duas multas – referentes à realização das despesas com publicidade e a atrasos no encaminhamento de dados em meio eletrônico a este Tribunal.

2) Comprovação documental de que as despesas em questão não se referem a publicidade institucional: gastos que deveriam ter sido classificados nas contas "diversos serviços de difusão" e "serviços de publicidade legal", e não na conta "serviços de publicidade e propaganda". Fato decorrente de falha no registro contábil das despesas: não caracterização de violação da Lei n.° 9.504/1997. Conversão do item em ressalva, com o afastamento da multa.

3) Apresentação dos documentos faltantes, referentes aos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária. Conversão do item em ressalva, com o afastamento da multa.

4) Constatação de que os atrasos no encaminhamento de dados em meio eletrônico, relativos a quatro períodos contábeis, foram todos não superiores a 30 dias. Afastamento da multa, conforme entendimento majoritário deste Tribunal.

5) Conhecimento e provimento do recurso de revista. Emissão de parecer prévio pela regularidade com ressalvas das contas. Insubsistência da condenação ao pagamento de multas.

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de revista interposto pelo senhor ORLANDO PEREZ FRAZATTO, Prefeito do Município de Japurá no exercício de 2016, em face do Acórdão de Parecer Prévio n.° 540/19 – Segunda Câmara (peça 66).

Por meio da decisão impugnada, este Tribunal:

1) recomendou que as contas do recorrente sejam julgadas irregulares, em razão dos seguintes fatos:

1.1) realização indevida de despesas com publicidade institucional nos três meses que antecederam as eleições municipais de 2016, nos termos do artigo 73, VI, "b", da Lei n.° 9.504/1997 (Lei das Eleições)[1]; e

1.2) não comprovação da publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREOs) referentes ao quarto e ao quinto bimestres do exercício;

2) indicou as seguintes ressalvas:

2.1) divergência entre saldos consignados no Balanço Patrimonial encaminhado pelo Município e registrados no Sistema de Informação Municipal – Acompanhamento Mensal (SIM-AM);

2.2) falhas no registro contábil de despesas realizadas no primeiro semestre de 2016, equivocadamente categorizadas como "serviços de publicidade e propaganda" – o que, em tese, poderia acarretar violação do artigo 73, VII, da Lei 9.504/1997[2]; e

2.3) atrasos no encaminhamento de dados integrantes da prestação de contas em meio eletrônico, enviados por meio do SIM-AM; e

3) condenou o gestor ao pagamento das multas previstas:

3.1) no artigo 87, III, "b", da Lei Complementar Estadual n.° 113/2005[3], em razão do atraso no encaminhamento de dados por meio do SIM-AM; e

3.2) no artigo 87, IV, "g", da Lei Complementar Estadual n.° 113/2005[4], por duas vezes, devido à realização de despesas com publicidade institucional nos três meses que antecederam as eleições e à não comprovação da publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária.

Em sua petição (peça 70), o recorrente alega, em síntese, que houve erro no registro contábil de duas das despesas questionadas pelo Tribunal – ambas no valor de R$ 6.800,00 –, visto que teriam sido "empenhadas equivocadamente na dotação nº 3.3.90.39.88.01 – Serviços de Divulgação de Atos Oficiais, quando deveriam ter sido empenhadas no elemento de despesa 3.3.90.39.90.00" (página 4). Sustenta que os gastos decorreram de contrato celebrado com empresa jornalística para publicação de atos oficiais do Município, conforme Pregão n.° 58/2015 (edital à peça 71).

Além disso, defende que as despesas não são suficientes para implicar a irregularidade de toda a gestão, já que são de baixo valor – não podendo, do ponto de vista material, representar ilegalidade que prejudicasse a lisura ou a igualdade de condições da disputa eleitoral.

Quanto aos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária relativos ao quarto e ao quinto bimestres de 2016, apresenta documentos comprobatórios da respectiva publicação (peça 72).

Por fim, em relação ao encaminhamento de dados por meio do SIM-AM, destaca que todos os atrasos identificados foram não superiores a 30 dias – o que, segundo a jurisprudência deste Tribunal de Contas, permitiria o afastamento da multa.

Dessa maneira, requer a reforma da decisão impugnada "com o intuito de que as referidas impropriedades sejam afastadas e as contas alusivas ao exercício financeiro de 2016 do Município de Japurá, sejam julgadas regulares, ou alternativamente, regulares com ressalva, afastando-se as multas impostas ao requerente" (página 8).

Em sua análise (peça 80), a Coordenadoria de Gestão Municipal opina pelo conhecimento e provimento parcial do recurso de revisão, de modo a converter as irregularidades em ressalvas e afastar a condenação ao pagamento da multa prevista no artigo 87, IV, "g", da Lei Complementar Estadual n.° 113/2005 (aplicada por duas vezes), mantendo somente a sanção relativa aos atrasos no envio de dados por meio do SIM-AM, prevista no artigo 87, III, "b", da Lei Complementar Estadual n.° 113/2005.

Destaco a avaliação da unidade técnica quanto às despesas realizadas em período de vedação da Lei n.° 9.504/1997 (páginas 3 a 6):

• Restrição - Despesas com publicidade institucional realizadas no período que antecede as eleições (exceto a publicação legal das normas, regulamentos e editais)

[...]

Preliminarmente cabe destacar que na apuração do cumprimento da regra do Art. 73, inciso VII, da Lei nº 9.504/97, com a redação dada pela Lei nº 13.165/15, foram consideradas as despesas declaradas pelo Município no sistema SIM-AM e classificadas nos empenhos com o código 3.3.90.39.88.XX - Serviços de Publicidade e Propaganda.

Ressalta-se ainda que o plano de contas da despesa, estabelecido pelo SIM-AM do TCE/ PR, conforme consta na tabela abaixo, prevê contas com desdobramentos subsequentes ao grupo de natureza da despesa para possibilitar a separação da despesa com publicidade e propaganda, das despesas com publicidade legal, das despesas com produções jornalísticas e das despesas com serviços de difusão.

Conta Orçamentária da Despesa
3.3.90.39.47.02 - DIVERSOS SERVIÇOS DE DIFUSÃO
3.3.90.39.88.00 - SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA
3.3.90.39.90.00 - SERVIÇOS DE PUBLICIDADE LEGAL

A propósito da irregularidade, conforme apontado na Instrução n.º 3831/19- CGM (peça processual n.º 55, fls. 23), o analista concluiu que, apesar da defesa ter justificado que as despesas realizadas por meio das notas fiscais abaixo relacionadas se referirem à prestação de serviços de divulgação de festas escolares, de eventos esportivos e de campanha epidemiológica por meio de propaganda de rua com carro de som, na documentação juntada não houve comprovação que pudesse afastar a caracterização dos serviços prestados como despesa com publicidade institucional.

Nota Fiscal	Data da Nota Fiscal	Credor	Descrição dos serviços	Valor da Nota Fiscal
1401	06/07/2016	Centro Eletrônico Barbieri	serviço de propaganda de rua com carro de som	R$975,00
1402	06/07/2016	Centro Eletrônico Barbieri	serviço de propaganda de rua com carro de som	R$845,00
1403	06/07/2016	Centro Eletrônico Barbieri	serviço de propaganda de rua com carro de som	R$1.075,00
1407	21/07/2016	Centro Eletrônico Barbieri	serviço de propaganda de rua com carro de som	R$605,00
1408	21/07/2016	Centro Eletrônico Barbieri	serviço de propaganda de rua com carro de som	R$610,00
Total				R$4.110,00

Ocorre que, da leitura do histórico dos empenhos relacionados abaixo e dos documentos acostados ao processo em sede de contraditório, apesar de não existir no processo documento que comprovem o teor das divulgações, é possível inferir que os avisos veiculados objetivavam a informar, educar, orientar, mobilizar ou alertar a população sobre assuntos de interesses individuais e/ou coletivos.

Nº Empenho	Data	Credor	Histórico	Valor
2441	22/07/2016	AMARILDO BARBIERI	SERVIÇOS DE PROPAGANDA DE RUA PARA DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL	1.215,00
2341	06/07/2016	AMARILDO BARBIERI	SERVIÇOS DE PROPAGANDA DE RUA COM CARRO DE SOM PARA CAMPANHAS DE COMBATE A DOENÇAS E EVENTOS NESTE MUNICÍPIO	2.050,00
2340	06/07/2016	AMARILDO BARBIERI	SERVIÇOS DE PROPAGANDA DE RUA CARRO DE SOM PARA DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL	845,00
TOTAL				4.110,00

Nesse sentido, entende-se que referidas despesas poderiam ser classificadas na conta 3.3.90.39.47.02 - DIVERSOS SERVIÇOS DE DIFUSÃO e não na conta 3.3.90.39.88.00 - SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA.

Desta forma, se a contabilidade do município tivesse empenhado essas despesas na conta 3.3.90.39.47.02- DIVERSOS SERVIÇOS DE DIFUSÃO, essas despesas não seriam computadas na verificação do cumprimento da regra do art. 73, VI, "b", da Lei Eleitoral da Lei nº 9.504/97.

Ademais, mesmo que referidas despesas constituíssem propaganda e publicidade institucional, a magnitude delas não seria capaz de afetar a igualdade de oportunidade entre os candidatos, razão pela qual, excepcionalmente opina-se pela conversão desta impropriedade em ressalvas às contas.

Conclusão: REGULAR COM RESSALVA

O Ministério Público de Contas (peça 81), por sua vez, manifesta-se pelo conhecimento e provimento do recurso: além de corroborar as conclusões da unidade técnica quanto às ressalvas das contas e à insubsistência da condenação ao pagamento da multa indicada, acrescenta que os atrasos no encaminhamento de dados por meio do SIM-AM foram todos não superiores a 30 dias, o que permitiria, também, o afastamento da sanção decorrente desses fatos.

Esse, o relatório.

VOTO DO RELATOR

(Voto vencedor)

Passo, a seguir, ao exame dos pontos questionados pelo gestor em seu recurso de revista.

1) Realização de despesas com publicidade institucional nos três meses que antecederam as eleições municipais de 2016.

Por meio da Instrução n.° 3831/19 – CGM (peça 55), a Coordenadoria de Gestão Municipal identificou possíveis gastos irregulares do Município de Japurá com publicidade institucional nos seguintes meses:

Mês (2016)	Valor (R$)
Julho	7.938,72
Agosto	6.800,00
Setembro	6.800,00

Nota 1 – Conforme Resolução n.° 23.457 – TSE, a vedação para despesas com publicidade compreende o período de 2 de julho de 2016 até a realização do pleito.

Nota 2 – Para este item de análise, apura-se restrição quando o somatório dos valores apurados nos meses que antecedem o pleito for superior a R$ 1.500,00 (10% do valor estabelecido no § 5º do artigo 1º da Resolução n.° 60/17 – TCE/PR).

A informação, emitida nos autos originários de prestação de contas, baseou-se em dados encaminhados pelo próprio Município por meio do Sistema de Informação Municipal – Acompanhamento Mensal (SIM-AM).

Em sua manifestação nos presentes autos (peça 80), a unidade técnica consigna que parte das despesas realizadas no mês de julho (R$ 4.110,00 dos R$ 7.938,72) poderia ter sido categorizada na conta “diversos serviços de difusão” – e não na “serviços de publicidade e propaganda”, conforme feito pelo Município –, o que afastaria a violação da Lei n.° 9.504/97.

Corroborando o entendimento da Coordenadoria de Gestão Municipal nesse ponto – já que tais gastos, em princípio, realmente se referem a serviços de divulgação de temas de interesse público (como campanhas e comunicados das secretarias municipais de saúde e de educação) –, acrescento que, a meu ver, as demais despesas – tanto os R$ 3.828,72 restantes de julho quanto os R$ 6.800,00 de agosto e de setembro – também poderiam ser reclassificadas, de modo a afastar eventual violação da legislação.

Conforme detalhado pelo Município nos autos de prestação de contas (peça 44), os gastos questionados consistiram no seguinte:

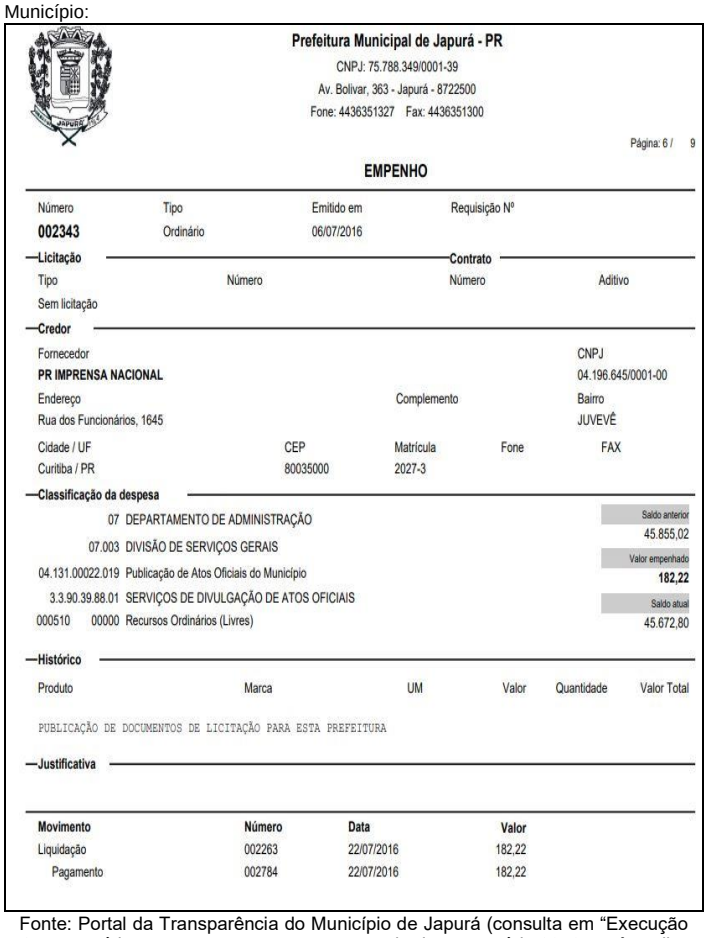
Data	Nº Empenho	Código da despesa utilizado no empenho	valor	NF	Histórico
06/07/2016	2340	3.3.90.39.88.02	845,00	1402	Anuncio das festas Junina da escola Ensino Fundamental
06/07/2016	2341	3.3.90.39.88.02	2.050,00	1401 e 1403	A nota 1401 fiscal foi anuncio de eventos do esporte e a 1403 campanha Epidemiologia
06/07/2016	2343	3.3.90.39.88.01	182,22		Publicação legal
07/07/2016	2349	3.3.90.39.88.01	596,70	036724	Publicação legal
14/07/2016	2404	3.3.90.39.88.01	357,00	037043	Publicação legal
22/07/2016	2441	3.3.90.39.88.02	1.215,00	1407 e 1408	Anuncio do departamento de Educação Festa Junina Educação Infantil e Show de prémios
22/07/2016	2444	3.3.90.39.88.01	216,00		Publicação Legal
22/07/2016	2445	3.3.90.39.88.01	1.203,60	0378143 – 037247 -037260	Publicação legal
25/07/2016	2468	3.3.90.39.88.01	192,00	486692	Publicação legal
25/07/2016	2469	3.3.90.39.88.01	1.081,20	037686 e 037680	Publicação legal
01/08/2016	2707	3.3.90.39.88.01	6.800,00	159	Publicação Legal
22/09/2016	3239	3.3.90.39.88.01	6.800,00	200	Publicação legal
Total Geral			21.538,72		

Fonte: página 8 da peça 44.

As despesas examinadas pela unidade técnica em sua manifestação referem-se, especificamente, aos empenhos 2340, 2341 e 2441 – totalizando, assim, R$ 4.110,00.

Em consulta ao Portal da Transparência do Município de Japurá[5], verifico que os empenhos 2343, 2349, 2404, 2444, 2445, 2468 e 2469 – no valor total de R$ 3.828,72 – estão vinculados a serviços descritos como “publicação de documentos de licitação” para a Prefeitura Municipal.

Exemplificativamente, reproduzo dois dos documentos disponibilizados no site do Município:



Prefeitura Municipal de Japurá - PR
CNPJ: 75.788.349/0001-39
Av. Bolivar, 363 - Japurá - 8722500
Fone: 4436351327 Fax: 4436351300

Página: 6 / 9

EMPENHO

Número	Tipo	Emitido em	Requisição Nº
002343	Ordinário	06/07/2016	

Licitação

Tipo	Número
Sem licitação	

Contrato

Número	Aditivo

Credor

Fornecedor	CNPJ
PR IMPRENSA NACIONAL	04.196.645/0001-00

Endereço	Complemento	Bairro
Rua dos Funcionários, 1645		JUVEVÊ

Cidade / UF	CEP	Matrícula	Fone	FAX
Curitiba / PR	80035000	2027-3		

Classificação da despesa

07 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
07.003 DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS
04.131.00022.019 Publicação de Atos Oficiais do Município
3.3.90.39.88.01 SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS
000510 00000 Recursos Ordinários (Livres)

Saldo anterior	Valor empenhado	Saldo atual
45.855,02	182,22	45.672,80

Histórico

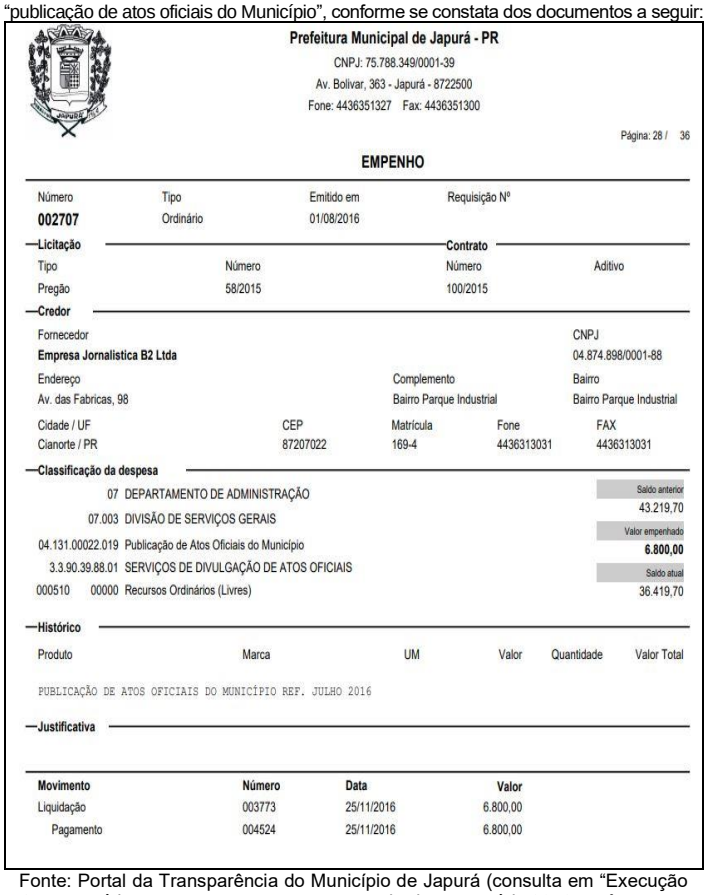
Produto	Marca	UM	Valor	Quantidade	Valor Total
PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS DE LICITAÇÃO PARA ESTA PREFEITURA					

Justificativa

Movimento	Número	Data	Valor
Liquidação	002263	22/07/2016	182,22
Pagamento	002784	22/07/2016	182,22

Fonte: Portal da Transparência do Município de Japurá (consulta em "Execução Orçamentária – Despesas – Despesa Empenhada – Exercício 2016 – Mês Julho – 22/07/2016"). Disponível em: <http://131.161.175.155:7476/SysPortal/public/paginaConteudoLink.xhtml?relatorioId=91&categoriaId=88>. Último acesso em: 14 mar. 2021.

Quanto às despesas realizadas nos meses de agosto e setembro – ambas no valor de R$ 6.800,00 –, correspondentes aos empenhos 2707 e 3239, observo que, de fato, decorreram de contrato celebrado entre o ente e a "Empresa Jornalística B2 Ltda." para "publicação de atos oficiais do Município", conforme se constata dos documentos a seguir:



Prefeitura Municipal de Japurá - PR
CNPJ: 75.788.349/0001-39
Av. Bolivar, 363 - Japurá - 8722500
Fone: 4436351327 Fax: 4436351300

Página: 28 / 36

EMPENHO

Número	Tipo	Emitido em	Requisição Nº
002707	Ordinário	01/08/2016	

Licitação

Tipo	Número
Pregão	58/2015

Contrato

Número	Aditivo
100/2015	

Credor

Fornecedor	CNPJ
Empresa Jornalistica B2 Ltda	04.874.898/0001-88

Endereço	Complemento	Bairro
Av. das Fabricas, 98	Bairro Parque Industrial	Bairro Parque Industrial

Cidade / UF	CEP	Matrícula	Fone	FAX
Cianorte / PR	87207022	169-4	4436313031	4436313031

Classificação da despesa

07 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
07.003 DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS
04.131.00022.019 Publicação de Atos Oficiais do Município
3.3.90.39.88.01 SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS
000510 00000 Recursos Ordinários (Livres)

Saldo anterior	Valor empenhado	Saldo atual
43.219,70	6.800,00	36.419,70

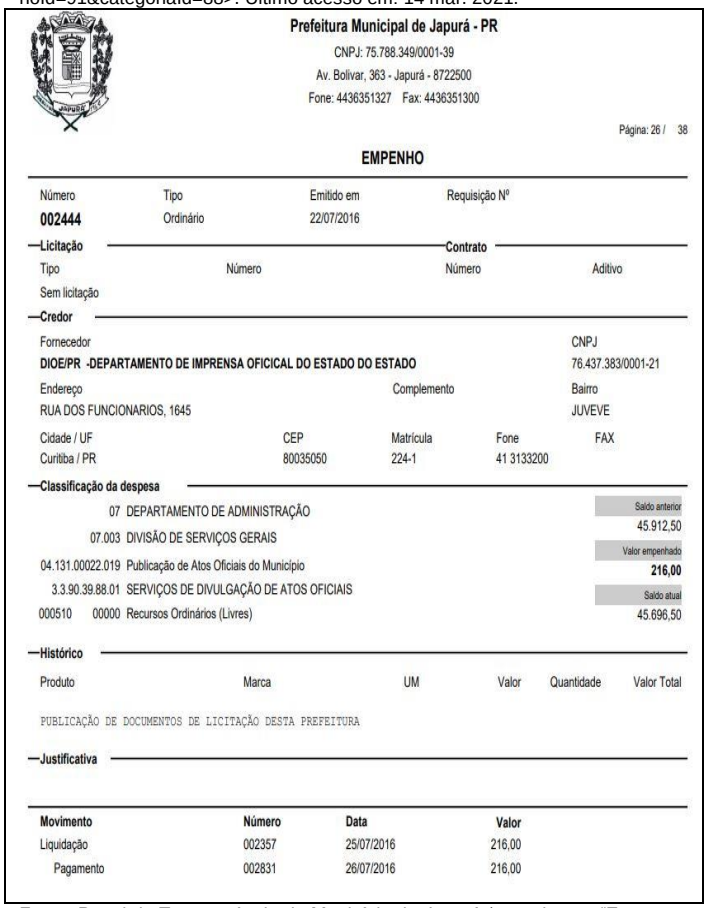
Histórico

Produto	Marca	UM	Valor	Quantidade	Valor Total
PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO REF. JULHO 2016					

Justificativa

Movimento	Número	Data	Valor
Liquidação	003773	25/11/2016	6.800,00
Pagamento	004524	25/11/2016	6.800,00

Fonte: Portal da Transparência do Município de Japurá (consulta em "Execução Orçamentária – Despesas – Despesa Empenhada – Exercício 2016 – Mês Agosto – 01/08/2016"). Disponível em: <http://131.161.175.155:7476/SysPortal/public/paginaConteudoLink.xhtml?relatorioId=91&categoriaId=88>. Último acesso em: 14 mar. 2021.



Prefeitura Municipal de Japurá - PR
CNPJ: 75.788.349/0001-39
Av. Bolivar, 363 - Japurá - 8722500
Fone: 4436351327 Fax: 4436351300

Página: 26 / 38

EMPENHO

Número	Tipo	Emitido em	Requisição Nº
002444	Ordinário	22/07/2016	

Licitação

Tipo	Número
Sem licitação	

Contrato

Número	Aditivo

Credor

Fornecedor	CNPJ
DIOE/PR -DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICICAL DO ESTADO DO ESTADO	76.437.383/0001-21

Endereço	Complemento	Bairro
RUA DOS FUNCIONARIOS, 1645		JUVEVE

Cidade / UF	CEP	Matrícula	Fone	FAX
Curitiba / PR	80035050	224-1	41 3133200	

Classificação da despesa

07 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
07.003 DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS
04.131.00022.019 Publicação de Atos Oficiais do Município
3.3.90.39.88.01 SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS
000510 00000 Recursos Ordinários (Livres)

Saldo anterior	Valor empenhado	Saldo atual
45.912,50	216,00	45.696,50

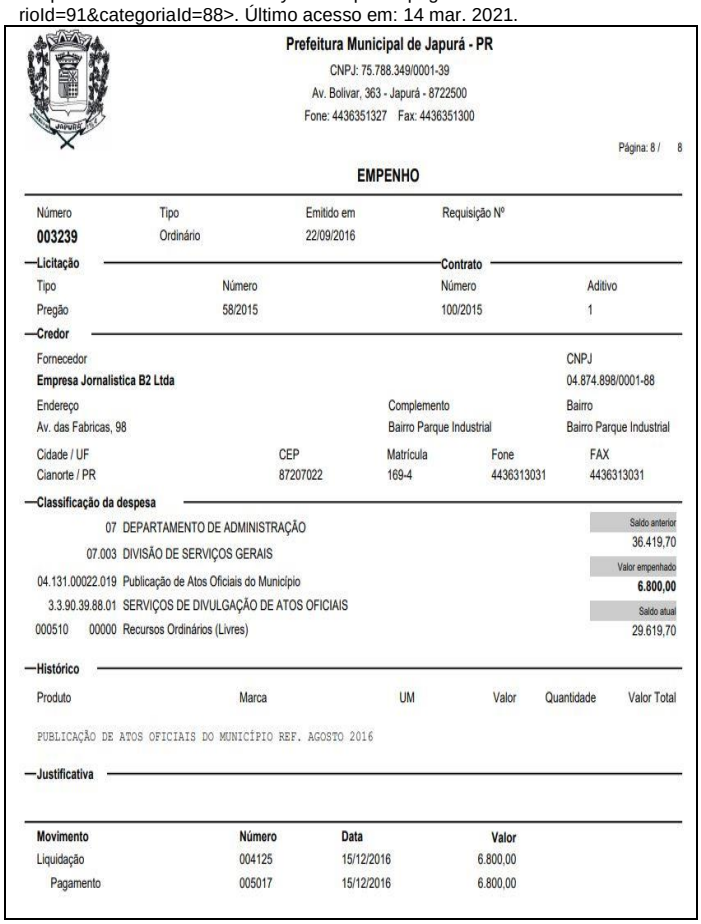
Histórico

Produto	Marca	UM	Valor	Quantidade	Valor Total
PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS DE LICITAÇÃO DESTA PREFEITURA					

Justificativa

Movimento	Número	Data	Valor
Liquidação	002357	25/07/2016	216,00
Pagamento	002831	26/07/2016	216,00

Fonte: Portal da Transparência do Município de Japurá (consulta em "Execução Orçamentária – Despesas – Despesa Empenhada – Exercício 2016 – Mês Julho – 22/07/2016"). Disponível em: <http://131.161.175.155:7476/SysPortal/public/paginaConteudoLink.xhtml?relatorioId=91&categoriaId=88>. Último acesso em: 14 mar. 2021.



Prefeitura Municipal de Japurá - PR
CNPJ: 75.788.349/0001-39
Av. Bolivar, 363 - Japurá - 8722500
Fone: 4436351327 Fax: 4436351300

Página: 8 / 8

EMPENHO

Número	Tipo	Emitido em	Requisição Nº
003239	Ordinário	22/09/2016	

Licitação

Tipo	Número
Pregão	58/2015

Contrato

Número	Aditivo
100/2015	1

Credor

Fornecedor	CNPJ
Empresa Jornalistica B2 Ltda	04.874.898/0001-88

Endereço	Complemento	Bairro
Av. das Fabricas, 98	Bairro Parque Industrial	Bairro Parque Industrial

Cidade / UF	CEP	Matrícula	Fone	FAX
Cianorte / PR	87207022	169-4	4436313031	4436313031

Classificação da despesa

07 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
07.003 DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS
04.131.00022.019 Publicação de Atos Oficiais do Município
3.3.90.39.88.01 SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS
000510 00000 Recursos Ordinários (Livres)

Saldo anterior	Valor empenhado	Saldo atual
36.419,70	6.800,00	29.619,70

Histórico

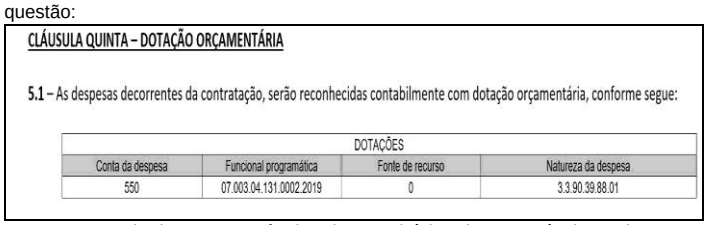
Produto	Marca	UM	Valor	Quantidade	Valor Total
PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO REF. AGOSTO 2016					

Justificativa

Movimento	Número	Data	Valor
Liquidação	004125	15/12/2016	6.800,00
Pagamento	005017	15/12/2016	6.800,00

Fonte: Portal da Transparência do Município de Japurá (consulta em "Execução Orçamentária – Despesas – Despesa Empenhada – Exercício 2016 – Mês Setembro – 22/09/2016"). Disponível em: <http://131.161.175.155:7476/SysPortal/public/paginaConteudoLink.xhtml?relatorioId=91&categoriaId=88>. Último acesso em: 14 mar. 2021.

Examinando o Contrato de Prestação de Serviços n.° 100/2015[6], noto que o Município e a empresa celebraram acordo de 12 meses, vigente a partir de setembro de 2015, para "prestação de serviço de impressão gráfica (publicação) de atos oficiais" (item 3.1), no valor total de R$ 81.600,00 – pagamento dividido em 12 parcelas de R$ 6.800,00 (itens 3.1 e 4.1), o que justifica os gastos identificados na análise inicial das contas.
O equívoco contábil se originou, a meu ver, do previsto no item 5.1 do contrato em questão:



CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 – As despesas decorrentes da contratação, serão reconhecidas contabilmente com dotação orçamentária, conforme segue:

DOTAÇÕES			
Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa
550	07.003.04.131.0002.2019	0	3.3.90.39.88.01

Fonte: Portal da Transparência do Município de Japurá (consulta em "Suprimentos – Contratos e Aditivos – Contratos / Atas de Registro de Preço"). Disponível em: <http://131.161.175.155:7476/SysPortal/public/paginaConteudoLink.xhtml?relatorioId=493&categoriaId=492>. Último acesso em: 14 mar. 2021.

Conforme esclarecido pela Coordenadoria de Gestão Municipal (página 5 da peça 80), o código indicado no documento como "natureza da despesa" (3.3.90.39.88.01) corresponde, no plano de contas estabelecido no SIM-AM, à conta "serviços de publicidade e propaganda" (3.3.90.39.88.XX) – e não à "serviços de publicidade legal" (3.3.90.39.90.XX), que seria, em princípio, a adequada para o registro contábil de tais despesas.
Com essas considerações, não caracterizada a violação do artigo 73, VI, "b", da Lei n.° 9.504/1997, voto no sentido de que o Tribunal, dando provimento ao recurso neste ponto, converta a presente irregularidade em ressalva, afastando a respectiva multa.
2) Não comprovação da publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREOs) referentes ao quarto e ao quinto bimestres do exercício.
Considerando a juntada dos documentos faltantes pelo recorrente (peça 72), acompanho as manifestações uniformes pelo provimento do recurso neste ponto, com a conversão da irregularidade em ressalva e afastamento da multa.
3) Atrasos no encaminhamento de dados por meio do SIM-AM.
Por meio da Instrução n.° 3831/19 – CGM (peça 55), a Coordenadoria de Gestão Municipal apresentou detalhes das falhas:

Período contábil	Exercício	Data limite para envio	Data de envio	Dias de atraso
Fevereiro	2016	30/6/2016	28/7/2016	28
Março	2016	30/6/2016	28/7/2016	28
Maio	2016	29/7/2016	1º/8/2016	3
Julho	2016	31/8/2016	8/9/2016	8

Considerando que nenhum dos atrasos foi superior a 30 dias – o que, de acordo com o entendimento majoritário deste Tribunal de Contas, permite a não aplicação de sanção –, acompanho as manifestações uniformes pelo provimento do recurso neste ponto, de modo a afastar a multa.
Conclusão.
Diante do exposto, voto no sentido de que o Tribunal conheça do presente recurso de revista para, no mérito, dar-lhe provimento, a fim de:
1) emitir parecer prévio pela regularidade com ressalvas das contas do senhor ORLANDO PEREZ FRAZATTO, Prefeito do Município de Japurá no exercício de 2016, em razão dos seguintes fatos:
1.1) falhas no registro contábil de despesas com serviços de difusão e de publicidade legal realizadas entre julho e setembro de 2016, equivocadamente categorizadas como "serviços de publicidade e propaganda";
1.2) falhas no registro contábil de despesas realizadas no primeiro semestre de 2016, equivocadamente categorizadas como "serviços de publicidade e propaganda";
1.3) atraso na comprovação da publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREOs) referentes ao quarto e ao quinto bimestres do exercício;
1.4) divergência entre saldos consignados no Balanço Patrimonial encaminhado pelo Município e registrados no Sistema de Informação Municipal – Acompanhamento Mensal (SIM-AM); e
1.5) atrasos no encaminhamento de dados integrantes da prestação de contas em meio eletrônico ao Tribunal de Contas, enviados por meio do SIM-AM, referentes aos períodos contábeis de fevereiro (28 dias), março (28 dias), maio (3 dias) e julho (8 dias); e
2) tornar insubsistente a condenação ao pagamento das multas de que trata o Acórdão de Parecer Prévio n.° 540/19 – Segunda Câmara[7].
VOTO DO CONSELHEIRO IVAN LELIS BONILHA
(Voto vencido)
Divirjo do ilustre relator quanto ao afastamento da multa pelos atrasos no envio de dados por meio do SIM-AM, ocorridos nos meses de fevereiro (28 dias), março (28 dias), maio (três dias) e julho (oito dias).
É notório que os atrasos prejudicam as atividades de fiscalização, como as que são realizadas mediante o monitoramento eletrônico, além de comprometer o controle social sobre os gastos públicos.
Nesse sentido, os gestores são responsáveis pela qualificação e capacitação das equipes técnicas e pelo planejamento das atividades.
Com relação ao argumento do que os atrasos não superaram 30 (trinta) dias, entendo que os procedimentos devem ser cumpridos conforme previsto pelas normativas, evitando-se o estabelecimento de regras casuísticas.
Nestes termos, como não foram apresentados elementos suficientemente aptos a justificar os atrasos, corroboro o opinativo da unidade técnica pela manutenção da penalidade pecuniária prevista no art. 87, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar Estadual nº 113/2005[8].
DECISÃO
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os membros do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, reunidos em sessão plenária:
1) por unanimidade, nos termos do voto do Relator, Auditor Sérgio Ricardo Valadares Fonseca, conhecer do presente recurso de revista para, no mérito, dar-lhe provimento a fim de:
1.1) emitir parecer prévio pela regularidade com ressalvas das contas do senhor ORLANDO PEREZ FRAZATTO, Prefeito do Município de Japurá no exercício de 2016, em razão dos seguintes fatos:
1.1.1) falhas no registro contábil de despesas com serviços de difusão e de publicidade legal realizadas entre julho e setembro de 2016, equivocadamente categorizadas como "serviços de publicidade e propaganda";
1.1.2) falhas no registro contábil de despesas realizadas no primeiro semestre de 2016, equivocadamente categorizadas como "serviços de publicidade e propaganda";
1.1.3) atraso na comprovação da publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREOs) referentes ao quarto e ao quinto bimestres do exercício;
1.1.4) divergência entre saldos consignados no Balanço Patrimonial encaminhado pelo Município e registrados no Sistema de Informação Municipal – Acompanhamento Mensal (SIM-AM); e
1.1.5) atrasos no encaminhamento de dados integrantes da prestação de contas em meio eletrônico ao Tribunal de Contas, enviados por meio do SIM-AM, referentes aos períodos contábeis de fevereiro (28 dias), março (28 dias), maio (3 dias) e julho (8 dias); e
1.2) tornar insubsistente a condenação ao pagamento da multa de que trata o item "III.II" da parte dispositiva do Acórdão de Parecer Prévio n.° 540/19 – Segunda Câmara; e
2) por maioria absoluta, nos termos do voto do Relator, Auditor Sérgio Ricardo Valadares Fonseca, dar provimento ao recurso de revista para tornar insubsistente a condenação ao pagamento da multa de que trata o item "III.I" da parte dispositiva do Acórdão de Parecer Prévio n.° 540/19 – Segunda Câmara.
Os Conselheiros Ivan Lelis Bonilha e Artagão de Mattos Leão votaram pelo desprovimento do recurso de revista quanto à reforma do item "III.I" da parte dispositiva do Acórdão de Parecer Prévio n.° 540/19 – Segunda Câmara, de modo a manter a aplicação da multa prevista no artigo 87, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 (votos vencidos).
Integraram o quorum os Conselheiros ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL e IVENS ZSCHOERPER LINHARES e o Auditor SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA.
Presente a Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Plenário Virtual, 29 de abril de 2021 – Sessão Virtual n.° 6.
SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
Relator
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Presidente

_____

__1__. Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:
[...]
VI - nos três meses que antecedem o pleito:
[...]
b) com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;
__2__. Art. 73. [...]
[...]
VII - realizar, no primeiro semestre do ano de eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a média dos gastos no primeiro semestre dos três últimos anos que antecedem o pleito; (Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015)
__3__. Art. 87. As multas administrativas serão devidas independentemente de apuração de dano ao erário e de sanções institucionais, em razão da presunção de lesividade à ordem legal, aplicadas em razão dos seguintes fatos: (Redação dada pela Lei Complementar nº 168/2014)
[...]
III - No valor de 30 (trinta) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná – UPFPR: (Redação dada pela Lei Complementar nº 168/2014)
[...]
b) deixar de apresentar, no prazo fixado em ato normativo do Tribunal de Contas, as informações a serem disponibilizadas em meio eletrônico, em seus diversos módulos, ou apresentar informação falsa ou adulterada; (Redação dada pela Lei Complementar n. 213/18)
__4__. Art. 87. [...]
[...]
IV - No valor de 40 (quarenta) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná – UPFPR: (Redação dada pela Lei Complementar nº 168/2014)
[...]
g) praticar ato administrativo, não tipificado em outro dispositivo deste artigo, do qual resulte contrariedade ou ofensa à norma legal, independentemente da caracterização de dano ao erário;
__5__. Disponível em: <http://131.161.175.155:7476/SysPortal/public/paginaConteudoLink.xhtml?relatorioId=93&categoriaId=88>. Último acesso em: 13 mar. 2021.
__6__. Disponível em: <http://131.161.175.155:7476/SysPortal/public/paginaConteudoLink.xhtml?relatorioId=493&categoriaId=492>. Último acesso em: 14 mar. 2021.
__7__. VISTOS, relatados e discutidos, ACORDAM Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVAN LELIS BONILHA, por unanimidade, em:
[...]
III. aplicar ao gestor das contas, senhor Orlando Perez Frazatto:
III.I. por uma vez, com fundamento no artigo 87, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar Estadual 113/2005, multa por atraso no envio de dados ao SIM-AM;
III.II. por duas vezes, com fundamento no artigo 87, inciso IV, alínea "g", da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005, multa por: (a) despesas com publicidade institucional realizadas no período que antecede as eleições (exceto a publicação legal das normas, regulamentos e editais); (b) ausência de comprovação da Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO do quarto e quinto bimestres do exercício de 2016;
__8__. Art. 87. As multas administrativas serão devidas independentemente de apuração de dano ao erário e de sanções institucionais, em razão da presunção de lesividade à ordem legal, aplicadas em razão dos seguintes fatos:
[...]
III - No valor de 30 (trinta) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná – UPFPR:
[...]
b) deixar de apresentar, no prazo fixado em ato normativo do Tribunal de Contas, as informações a serem disponibilizadas em meio eletrônico, em seus diversos módulos;

TCEPR

SECRETARIA DA 1ª CÂMARA

"Nos termos do artigo 462 do Regimento Interno as SESSÕES ORDINÁRIAS PRESENCIAIS DA PRIMEIRA CÂMARA serão realizadas preferencialmente às SEGUNDAS-FEIRAS, às 14 horas. Nos termos do parágrafo 2º do artigo 1º da Resolução nº 77/2020, disponibilizada no DETC nº 2287 do dia 29 de abril de 2020, alterada pela Resolução nº 82/21 disponibilizada no DETC n° 2451, do dia 07 de janeiro de 2021, as sessões por Videoconferência seguirão as normativas definidas no Regimento Interno, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para as sessões presenciais. Nos termos do artigo 9 da Resolução nº 77/2020, disponibilizada no DETC nº 2287 do dia 29 de abril de 2020, alterada pela Resolução nº 82/21 disponibilizada no DETC n° 2451, do dia 07 de janeiro de 2021, as SESSÕES ORDINÁRIAS VIRTUAIS DA PRIMEIRA CÂMARA serão abertas às 12 horas das segundas-feiras e encerradas às 15 horas das quintas-feiras."

1ªSECAM - Pautas

Consulte a qualquer momento o site do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ no endereço HTTP://WWW.TCE.PR.GOV.BR na opção “CONSULTA PAUTA”. Nos termos do artigo 468 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, as partes interessadas em realizar SUSTENTAÇÃO ORAL, nos processos incluídos em pauta de julgamento de SESSÃO PRESENCIAL, devem apresentar requerimento nos autos, dirigido ao Presidente do Órgão Colegiado para fins de deferimento. Nos termos do artigo 22 da Resolução nº 77/2020, disponibilizada no DETC nº 2287 do dia 29 de abril de 2020, alterada pela Resolução nº 82/21 disponibilizada no DETC n° 2451, do dia 07 de janeiro de 2021, as partes interessadas em realizar SUSTENTAÇÃO ORAL, nos processos incluídos em pauta de julgamento de SESSÃO VIRTUAL, deverão apresentar requerimento nos autos dirigido ao Presidente do Órgão Colegiado, para fins de deferimento, acompanhado dos memoriais ou de link de acesso público que remeta a mídia, em formato de vídeo ou áudio, com duração máxima de 15 minutos. Informo que por determinação do Presidente desta Corte, é obrigatório o uso da beca, ou vestimenta adequada para participação nas sessões plenárias.

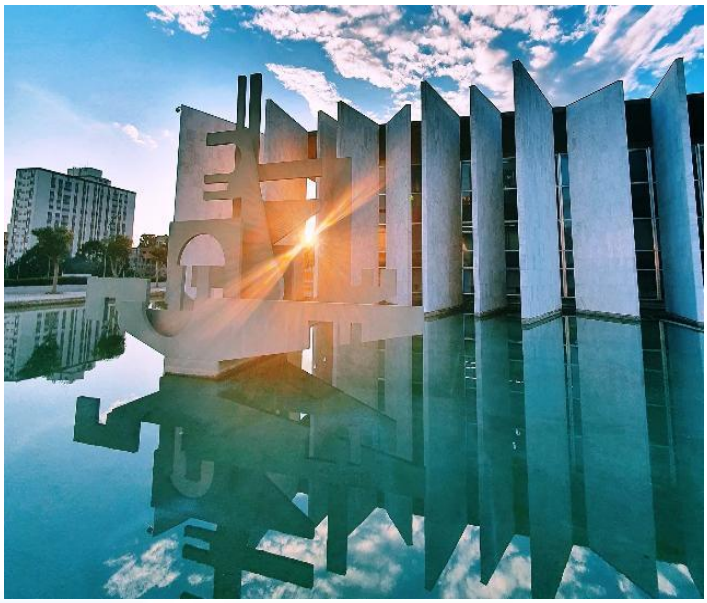
Sem publicações

1ªSECAM - Atas

Sem publicações

1ªSECAM - Acórdãos

Sem publicações



TCEPR

SECRETARIA DA 2ª CÂMARA

"Nos termos do artigo 462 do Regimento Interno as SESSÕES ORDINÁRIAS PRESENCIAIS DA SEGUNDA CÂMARA serão realizadas preferencialmente às TERÇAS-FEIRAS, às 14 horas. Nos termos do parágrafo 2º do artigo 1º da Resolução nº 77/2020, disponibilizada no DETC nº 2287 do dia 29 de abril de 2020, alterada pela Resolução nº 82/21 disponibilizada no DETC n° 2451, do dia 07 de janeiro de 2021, as sessões por Videoconferência seguirão as normativas definidas no Regimento Interno, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para as sessões presenciais. Nos termos do parágrafo 9 da Resolução nº 77/2020, disponibilizada no DETC nº 2287 do dia 29 de abril de 2020, alterada pela Resolução nº 82/21 disponibilizada no DETC n° 2451, do dia 07 de janeiro de 2021, as SESSÕES ORDINÁRIAS VIRTUAIS DA SEGUNDA CÂMARA serão abertas às 12 horas das segundas-feiras e encerradas às 15 horas das quintas-feiras."

2ªSECAM - Pautas

Consulte a qualquer momento o site do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ no endereço HTTP://WWW.TCE.PR.GOV.BR na opção “CONSULTA PAUTA”. Nos termos do artigo 468 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, as partes interessadas em realizar SUSTENTAÇÃO ORAL, nos processos incluídos em pauta de julgamento de SESSÃO PRESENCIAL, devem apresentar requerimento nos autos, dirigido ao Presidente do Órgão Colegiado para fins de deferimento. Nos termos do artigo 22 da Resolução nº 77/2020, disponibilizada no DETC nº 2287 do dia 29 de abril de 2020, alterada pela Resolução nº 82/21 disponibilizada no DETC n° 2451, do dia 07 de janeiro de 2021, as partes interessadas em realizar SUSTENTAÇÃO ORAL, nos processos incluídos em pauta de julgamento de SESSÃO VIRTUAL, deverão apresentar requerimento nos autos dirigido ao Presidente do Órgão Colegiado, para fins de deferimento, acompanhado dos memoriais ou de link de acesso público que remeta a mídia, em formato de vídeo ou áudio, com duração máxima de 15 minutos. Informo que por determinação do Presidente desta Corte, é obrigatório o uso da beca, ou vestimenta adequada para participação nas sessões plenárias.

Sem publicações

2ªSECAM - Atas

Sem publicações

2ªSECAM - Acórdãos

Sem publicações



TCEPR

ATOS DE RELATORIA

Conselheiro NESTOR BAPTISTA

PROCESSO N º: 148352/18
ORIGEM: MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
INTERESSADO: ADRIANO BARBOSA DE SANT ANA, ALEXANDRE CALAZANS NADRUZ, BRUNO PEREIRA MARTINS, GABRIEL DOS SANTOS ANTONIO, HISSAM HUSSEIN DEHAINI, LUCAS MARTINS ZANCOPE, MARIONEI SCHUH, MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA, REINALDO SOARES, RHAYANE BORGES BLUM, RODRIGO LUIZ MICHEL, RODRIGO TRZASKOS, SERGIO LUIZ RODAK, THIAGO GREGORIO FAGUNDES, VANDERLEI FERREIRA
ASSUNTO: ADMISSÃO DE PESSOAL
ADVOGADO/ PROCURADOR:
DESPACHO: 236/21
Tendo em vista a petição e documentos protocolados junto às peças 87 a 90 dos presentes autos, encaminhe-se o feito à Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão – CAGE, para apreciação.
Gabinete, em 28 de abril de 2021.
Luciane Maria Gonçalves Franco[1]
ANALISTA DE CONTROLE

_____
__1__. Por delegação do Relator, Conselheiro Nestor Baptista, conforme Instrução de Serviço nº 17/2011.

PROCESSO N º: 696736/20
ORIGEM: MUNICÍPIO DE ALVORADA DO SUL
INTERESSADO: MARCOS ANTONIO VOLTARELLI, ROBERES RIVELINO DA SILVA, STEL - SISTEMAS ELETRICOS LTDA
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
ADVOGADO/ PROCURADOR: FAUSTO TOSHISUKO SAKAKURA, NIDIA KOSIENCZUK ROSA GONÇALVES DOS SANTOS, RODOLFO KOSIENCZUK GOMES
DESPACHO: 302/21
Trata-se de Representação da Lei nº 8.666/93, formulada por Stel – Sistemas Eletrônicos Ltda., em face do Município de Alvorada do Sul, na qual narra supostas irregularidades na Tomada de Preços nº 09/2020, que tinha como objeto a "contratação de pessoa jurídica para a execução do projeto elétrico e luminotécnico do lago III", e na Tomada de Preços nº 10/2020, que tinha como objeto a "contratação de pessoa jurídica especializada na execução de reordenação luminotécnica de pontos do sistema de iluminação pública dos logradouros, praças, monumentos históricos e áreas públicas."
O município informou que determinou a alteração dos critérios editalícios futuros e promoveu a anulação dos dois certames.
A instrução 493/21 da Coordenadoria de Gestão Municipal que foi acompanhada pelo parecer 259/2021 do Ministério Público de Contas opina pelo arquivamento do processo sem julgamento de mérito.
Diante do exposto, pela perda do objeto da representação aplico, subsidiariamente, o art. 385, inciso IV do Código de Processo Civil, que prevê que o juiz não resolverá o mérito da causa quando verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo combinado com o art. 398, § 1º do Regimento Interno.
Publique-se o presente despacho e com o trânsito em julgado da presente decisão terminativa, remetam-se os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções (CMEX) para anotações e providências necessárias.
Após, encaminhe-se à Diretoria de Protocolo (DP) para encerramento e arquivamento do processo, nos termos do artigo 398, §1º do Regimento Interno deste Tribunal de Contas do Paraná.
Gabinete, em 28 de abril de 2021.
Conselheiro Nestor Baptista
Relator

PROCESSO N º: 233420/21
ORIGEM: MUNICÍPIO DE IBIPORÃ
INTERESSADO: EQUIPLANO SISTEMAS LTDA., MUNICÍPIO DE IBIPORÃ, ROSANGELA VAZ DOS SANTOS
ASSUNTO: RECURSO DE REVISTA
ADVOGADO/ PROCURADOR: ROSANGELA VAZ DOS SANTOS
DESPACHO: 303/21
Recebo o Protocolo n° 233420/21, de peças n° 75, apresentado pela Sra. Rosângela Vaz dos Santos como RECURSO DE REVISTA nos termos dos artigos 73, da Lei Complementar nº 113/2005, eis que tempestivo, nos seus efeitos devolutivos e suspensivos.
Remeta-se os autos para instrução da Coordenadoria de Gestão Municipal e emissão de parecer pelo Ministério Público de Contas, após retornem a esse Gabinete.
Gabinete, em 28 de abril de 2021.
Conselheiro Nestor Baptista
Relator

PROCESSO N º: 211469/21
ORIGEM: MUNICÍPIO DE MATINHOS
INTERESSADO: AILSON ORLEI MORO CAMARGO, JOSE CARLOS DO ESPIRITO SANTO, MUNICÍPIO DE MATINHOS
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
ADVOGADO/ PROCURADOR:
LAYZ GONZALES WAGNITZ
DESPACHO: 304/21
Tendo em vista os documentos juntados nas peças 22 a 26, bem como o Despacho nº 1085/21 do Gabinete da Presidência, que indeferiu o pedido cautelar de suspensão do Pregão Eletrônico nº 008/21, do Município de Matinhos, encaminhe-se os autos à Coordenadoria de Gestão Municipal para instrução, e, após colha-se o opinativo do Ministério Público de Contas (MPC).
Gabinete, em 29 de abril de 2021.
Luciane Maria Gonçalves Franco[1]
Analista de Controle

_____
__1__. Por delegação do Relator, Conselheiro Nestor Baptista, conforme Instrução de Serviço nº 17/2011.

PROCESSO N º: 185034/21
ORIGEM: FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
INTERESSADO: AUREA CECILIA DA FONSECA, FRANCISCO LACERDA BRASILEIRO, JIHED OMAIRI
ASSUNTO: REVISÃO DE PROVENTOS
ADVOGADO/ PROCURADOR: GUSTAVO OSVALDO DE LEÓN FERRAZ
DESPACHO: 307/21
Tratam-se os autos de Revisão de Proventos, concedida ao servidor Jihed Omairi, aposentado no cargo de Cirurgião Dentista, no Município de Foz do Iguaçu, tendo seu processo de inativação protocolado sob o nº 84572-3/19, em análise junto à Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão – CAGE.
Tendo em vista a Instrução nº. 749/21 da Coordenadoria de Gestão Municipal – CGM (peça 13), ainda que a revisão tenha sido reconhecida judicialmente, conforme consta na peça 27 dos autos de inativação, determino o sobrestamento do feito até que o processo acerca da aposentadoria do servidor seja definitivamente julgado, nos termos do art. 427 do Regimento Interno desta Corte.
Nesse sentido, retornem os autos à CGM para os devidos trâmites.
Gabinete, em 3 de maio de 2021.
Conselheiro Nestor Baptista
Relator

PROCESSO N º: 176396/21
ORIGEM: CÂMARA MUNICIPAL DE IVATÉ
INTERESSADO: JOAO CARLOS TESSAROLLO
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ADVOGADO/ PROCURADOR:
DESPACHO: 310/21
Diante do ofício nº 87/2021 da Câmara Municipal de Ivaté (Peça nº 7) e da Instrução nº 828/21 (Peça nº 08) da Coordenadoria de Gestão Municipal (CGM) determino a remessa do feito para a Diretoria de Protocolo para a correção da autuação do feito nos termos requeridos pelo jurisdicionado na Peça nº 7.
Após, encaminhe-se os autos para a Coordenadoria de Gestão Municipal.
Gabinete, em 4 de maio de 2021.
Conselheiro Nestor Baptista
Relator

PROCESSO N º: 616038/18
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE CURITIBA
INTERESSADO: ANTONIO CARLOS BONETTI, MARCIO FERNANDO NUNES, MARILZA DO CARMO OLIVEIRA DIAS, SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DO TURISMO (SEMA ATÉ 2019), SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE CURITIBA, SÉRGIO GALANTE TOCCHIO
ASSUNTO: RELATÓRIO DE MONITORAMENTO
ADVOGADO/ PROCURADOR:
DESPACHO: 313/21
Diante da Instrução 141/21 (peças 145) da CMEX, encaminhem-se os autos ao Ministério Público de Contas para manifestação conclusiva.
Gabinete, em 4 de maio de 2021.
Conselheiro Nestor Baptista
Relator

PROCESSO N º: 8372/15
ORIGEM: MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO
INTERESSADO: ADEMIR GABIATI, JOSE CARLOS BARALDI, ROSANGELA APARECIDA SELINO GABIATI, VALDELEI APARECIDO NASCIMENTO
ASSUNTO: PENSÃO
ADVOGADO/ PROCURADOR:
DESPACHO: 314/21
Diante do Despacho nº 5539, da Coordenadoria de Atos de Gestão e nos termos do § 1º, do art. 398, do Regimento Interno, determino o ENCERRAMENTO do presente processo.
Encaminhe-se à Diretoria de Protocolo (DP) para as providências necessárias.
Gabinete, em 5 de maio de 2021.
Conselheiro Nestor Baptista
Relator

PROCESSO N º: 453612/20
ORIGEM: MUNICÍPIO DE FAXINAL
INTERESSADO: FERNANDO DECARLE DE CAMPOS, FRANCISCO ALFREDO FERREIRA, HAIANE MANTOANI TRIZOTTI, MARCELA CARVALHO RODRIGUES, MENISA FREIRE FERREIRA, MUNICÍPIO DE FAXINAL, NEY LOPES, PEDRO DA SILVA MOREIRA, ROSANE APARECIDA TURRA DO PRADO, ROSEMAR DA SILVA, VINICIUS THEODOROVICZ COSTA, YLSON ALVARO CANTAGALLO
ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA
ADVOGADO/ PROCURADOR:
DESPACHO: 315/21
Tendo em vista as informações prestadas nos documentos acostados nas Peças nº 89 a 90, remeto os autos à Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM para instrução, e, após, para a coleta das manifestações do Ministério Público de Contas (MPC).
Gabinete, em 5 de maio de 2021.
Conselheiro Nestor Baptista
Relator

PROCESSO N º: 558252/20
ORIGEM: MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ
INTERESSADO: EDENILSON APARECIDO MILIOSSI, FAHEDER CRISTIAN DA SILVA, J. V. S. COMERCIAL LTDA, MATHEUS FARIA BRAGA, MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
ADVOGADO/ PROCURADOR: ALIKAN ZANOTTI, BRUNA MONALIZA BARBOSA DE MELO, THAISE MOESSA ALVES
DESPACHO: 322/21
Ciente da manifestação da Coordenadoria de Gestão Municipal – CGM - (peça 60) e do Ministério Público de Contas – MPTC - (peça 61), nas quais é sugerida a aplicação de multa prevista no art. 87, I, "d" da Lei Complementar Estadual n° 113/05, ao Sr. Edenilson Aparecido Miliossi, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo para, com esteio no art. 351, do Regimento Interno:
I) proceder a intimação do Sr. Edenilson Aparecido Miliossi para que se manifeste, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, sobre a multa sugerida pela CGM e MPTC;
Publique-se.
Gabinete, em 6 de maio de 2021.
Conselheiro Nestor Baptista
Relator

Conselheiro ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO

PROCESSO Nº: 497279/16
ENTIDADE: REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE PALMEIRA
INTERESSADO: EDIR HAVRECHAKI, JOAO MARIA TEIXEIRA DE FREITAS, LUIZ CARLOS DE CARVALHO, REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE PALMEIRA, SIMONE FOLLADOR, TANIA MARA TRINDADE
ASSUNTO: ATO DE INATIVAÇÃO
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA Nº 54/21
EMENTA: Aposentadoria de servidor municipal. Legalidade e registro.
O Relator Artagão de Mattos Leão, no uso das atribuições conferidas pelos arts. 32, III, 300 e 428, todos do Regimento Interno do Tribunal de Contas,
DECIDE em:
1. determinar o registro da Portaria nº 721/2021, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná do dia 05/02/2021, referente à Aposentadoria Municipal de JOÃO MARIA TEIXEIRA DE FREITAS, no cargo de Trabalhador Braçal, na modalidade voluntária, com fundamento no art. 40, § 1º, III, "b", da Constituição Federal, com 25 anos, 10 meses e 10 dias de contribuição, no valor mensal de R$ 846,02 (oitocentos e quarenta e seis reais e dois centavos), garantida a percepção do equivalente ao salário mínimo vigente, tendo em vista a Instrução da Coordenadoria de Gestão Municipal nº 758/21 (peça 86) e o Parecer do Ministério Público junto ao Tribunal nº 292/21 – 6PC (peça 87), favoráveis ao registro do Ato;
2. determinar, após a publicação e o trânsito em julgado da decisão, o encerramento do processo e o arquivo dos autos junto à Diretoria de Protocolo.
É a decisão.
GCAML, em 6 de maio de 2021.
ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº: 139237/21
ENTIDADE: PARANAPREVIDÊNCIA
INTERESSADO: FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, JOAO BATISTA CARDOSO SOBRINHO, MARCEL HENRIQUE MICHELETTO
PROCURADOR: ALIDA HELENA PEREIRA PINTO, ANA PAULA KUCANIZ, ANDREA CRISTINE ARCEGO, ANDREIA BRIZOLA DE OLIVEIRA FURINI, ANNA PAULA DO ROCIO OYA DOS SANTOS, CAROLINE FANTIN MARSARO, CLAUDINEI MARTINS GONZAGA, DANIELA DOS SANTOS TAVARES, DOUGLAS MURILO DOS REIS, FABIANO JORGE STAINZACK, HELOYSE CONTADOR ROCHA MAZIERO JAKIEMIV, ISABELLE GIONÉDIS GULIN, ISAC TEIXEIRA DE LIMA, IURI FERRARI COCICOV, JACSON LUIZ PINTO, JANAINA DE ASSIS, JOÃO PAULO OPUSZKA MACHADO, JOSE MANUEL JUSTO SILVA, JUAREZ PEREIRA DE SOUZA, LUCIANA DE OLIVEIRA FELIX BORGES, LUCIANO LORUSSO MIRANDA, MARIA ALICE TORNESI SOSINSKI, MICHELE CORREA, OZILDA DA SILVA COSTA, PATRICIA KAVETSKI SABADIN, PATRÍCIA RODRIGUES CAFFARATE, PRISCILA CRISTIANE JAWORSKI, RAFAEL AUGUSTO CASSOU, RAFAEL FORNECK BAHIENSE GOMES, RITA DE CASSIA RIBAS TAQUES, SHEILA FOGAÇA DE SOUZA, WELLINGTON NEVES SALMAZO
ASSUNTO: REVISÃO DE PROVENTOS
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA Nº 56/21
EMENTA: Revisão de aposentadoria de servidor estadual. Legalidade e registro.
Vistos e examinados estes autos, o Relator CONSELHEIRO ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, no uso das atribuições conferidas pelos arts. 32, III, 300 e 428, todos do Regimento Interno do Tribunal de Contas,
DECIDE em:
1. julgar pela legalidade e registro da Resolução nº 10.247, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná nº 10.871, do dia 11/02/2021, referente à Revisão de Aposentadoria Estadual de JOÃO BATISTA CARDOSO SOBRINHO, no cargo de Agente de Execução, para o valor mensal de R$ 4.613,01 (quatro mil seiscentos e treze reais e um centavo), com base no art. 1º, IV, da Lei Complementar nº 113/2005, e art. 298, II, do Regimento Interno, tendo em vista a Instrução da Coordenadoria de Gestão Estadual nº 316/21 (peça 12) e o Parecer do Ministério Público junto ao Tribunal nº 401/21 – 2PC (peça 14), ambos favoráveis à legalidade e registro da revisão do Ato;
2. determinar, após a publicação da decisão no Diário Eletrônico do TCE e a certificação do trânsito em julgado, as seguintes medidas:
a) a inclusão da decisão no registro competente;
b) o encerramento do processo.
É a decisão.
GCAML, em 6 de maio de 2021.
ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº: 218358/21
ENTIDADE: PARANAPREVIDÊNCIA
INTERESSADO: FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, MARCEL HENRIQUE MICHELETTO, ROBERTO SACILOTO DE LIMA
PROCURADOR: ALIDA HELENA PEREIRA PINTO, ANA PAULA KUCANIZ, ANDREA CRISTINE ARCEGO, ANDREIA BRIZOLA DE OLIVEIRA FURINI, ANNA PAULA DO ROCIO OYA DOS SANTOS, CAROLINE FANTIN MARSARO, CLAUDINEI MARTINS GONZAGA, DANIELA DOS SANTOS TAVARES, DOUGLAS MURILO DOS REIS, FABIANO JORGE STAINZACK, HELOYSE CONTADOR ROCHA MAZIERO JAKIEMIV, ISABELLE GIONÉDIS GULIN, ISAC TEIXEIRA DE LIMA, IURI FERRARI COCICOV, JACSON LUIZ PINTO, JANAINA DE ASSIS, JOÃO PAULO OPUSZKA MACHADO, JOSE MANUEL JUSTO SILVA, JUAREZ PEREIRA DE SOUZA, LUCIANA DE OLIVEIRA FELIX BORGES, LUCIANO LORUSSO MIRANDA, MARIA ALICE TORNESI SOSINSKI, MICHELE CORREA, OZILDA DA SILVA COSTA, PATRICIA KAVETSKI SABADIN, PATRÍCIA RODRIGUES CAFFARATE, PRISCILA CRISTIANE JAWORSKI, RAFAEL AUGUSTO CASSOU, RAFAEL FORNECK BAHIENSE GOMES, RITA DE CASSIA RIBAS TAQUES, SHEILA FOGAÇA DE SOUZA, WELLINGTON NEVES SALMAZO
ASSUNTO: REVISÃO DE PROVENTOS
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA Nº 57/21
EMENTA: Revisão de aposentadoria estadual. Legalidade e registro.
Vistos e examinados estes autos, o Relator CONSELHEIRO ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, no uso das atribuições conferidas pelos arts. 32, III, 300 e 428, todos do Regimento Interno do Tribunal de Contas,
DECIDE em:
1. julgar pela legalidade e registro da Resolução nº 10.561, publicada no Diário Oficial do Estado nº 10.897, do dia 19/03/2021, referente à Revisão de Proventos de inatividade de ROBERTO SACILTO DE LIMA, para o valor mensal de R$ 3.688,18 (três mil seiscentos e oitenta e oito reais e dezoito centavos), com base no art. 1º, IV, da Lei Complementar nº 113/2005, e art. 298, II, do Regimento Interno, tendo em vista a Instrução nº 474/21 (peça 14) da Coordenadoria de Gestão Estadual e o Parecer nº 407/21 – 2PC (peça 15) do Ministério Público junto ao Tribunal, favoráveis à legalidade e registro da revisão do Ato;
2. determinar, após a publicação da decisão no Diário Eletrônico do TCE e a certificação do trânsito em julgado, as seguintes medidas:
a) a inclusão da decisão no registro competente;
b) o encerramento do processo.
É a decisão.
GCAML, em 6 de maio de 2021.
ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº: 155062/21
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE MARINGÁ
INTERESSADO: DOCES PASSOS COMÉRCIO DE CALÇADOS E CONFECÇÕES LTDA, MUNICÍPIO DE MARINGÁ, ULISSES DE JESUS MAIA KOTSIFAS
PROCURADORES: FERNANDA SCHUHLI BOURGES, FRANCISCO BORBA IACOVONE, GILSON BONATO, RONALDO DOS SANTOS COSTA
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
DESPACHO: 478/21
I - Trata-se de Representação, com pedido cautelar, formulada pela empresa DOCES PASSOS COMÉRCIO DE CALÇADOS E CONFECÇÕES LTDA, que noticia supostas irregularidades na Concorrência Pública n°016/2020, do Município de Maringá, que tem como objeto a aquisição de itens para integrar o kit de uniforme escolar, a ser distribuído entre os alunos da rede pública de ensino do Município.
O Representante alega, em síntese, que:
a) Suas amostras foram desclassificadas pelos seguintes motivos: 1. a palmilha do tênis não atendeu ao descritivo constante do edital pois não estava personalizada com o nome do órgão, 2. a empresa não entregou o certificado de acreditação emitido pelo INMETRO; 3. ausência de laudo: BS EN 14372 (requisito de segurança-determinação de Ftalatos).
b) Entregou as suas amostras e seus laudos, conforme termo de entrega, mediante assinatura e atestação da presidente da Comissão de Licitação (Rosângela Moura de Souza Aguiar);
c) Foi devidamente entregue a certificação de acreditação do INMETRO do laboratório IBTeC e o laudo de Ftalatos, conforme solicitado nos memoriais descritivos dos itens 1 e 2, do lote I;
d) A representante da empresa foi de Curitiba à Maringá para fazer a entrega das amostras e laudos, esclarecer dúvidas e apresentar esclarecimentos, mas a Comissão se restringiu a fazer a ata de forma simples sem consignar as amostras e documentos entregues pela empresa e informou que as amostras seriam analisadas em outra ocasião, sem a presença dos licitantes;
e) ... "encerrada a "sessão", a sra. Sabrina, representante da Doces Passos, se retirou, sendo que as amostras e os documentos permaneceram com a comissão. No entanto, a empresa Sérgio Confecções – EPP, 3ª colocada, conhecida pelos presentes, eis que fornecedora do Município em licitações anteriores[1], permaneceu com a Comissão enquanto analisava as amostras e os documentos da Doces Passos";

f) O laudo das amostras não foi disponibilizado no momento do julgamento das amostras, apenas posteriormente, quando a representante já não se encontrava mais em Maringá;
g) As amostras dos tênis escolares foram desclassificadas devido a formalismo exacerbado pois atenderam todos os requisitos de qualidade e durabilidade dos produtos, atestadas pela Comissão avaliadora das amostras. O único detalhe foi que não trouxeram a "personalização com o nome do órgão" na palmilha, apesar de estar personalizado no solado e no tecido externo do calçado;
h) Este Tribunal de Contas e o Tribunal de Contas da União possuem posicionamentos consolidados contra o formalismo exagerado e já se manifestaram inúmeras vezes acerca do tema, como no Acórdão 3845/19, do Tribunal Pleno:
'Tendo em vista que a exigência que fora descumprida não era uma condição "sine qua non" para que o melhor concorrente fosse escolhido, acredito não haver irregularidade no prosseguimento do certame, em seguir os vários entendimentos jurídicos por ela apresentados à sua defesa, no sentido de que o excesso de formalismo da interpretação de Editais, salvo algumas exceções, pode sim prejudicar os processos licitatórios e seus principais objetivos'.
i) Há contradição nos fundamentos da Comissão entre o ato de desclassificação e a resposta ao recurso;
j) Além de apresentar a proposta mais vantajosa, a empresa se enquadra na condição de microempresa e deveria ter tratamento diferenciado e simplificado, ao contrário, houve excesso de formalismo da atuação administrativa no tocante ao procedimento e nos atos de desclassificação das amostras.
Por fim, requer, liminarmente, a suspensão do procedimento licitatório que se encontra na fase de amostras da terceira colocada e a abstenção da assinatura do contrato.
O Município de Maringá foi intimado para apresentar manifestação preliminar (peça n. º 22) acerca dos fatos alegados pela representante e, expôs, em síntese, que:
i. Quanto à alegação de que as amostras tenham sido desclassificadas por formalismos exacerbado, a empresa apresentou recurso administrativo quanto ao tema cuja resposta foi devidamente fundamentada pelo Município;
ii. A Administração não teve como aprovar o material faltando o laudo que comprova que não há produto cancerígeno nas papetes para as crianças (Laudo BS EM 14372), conforme exigido em edital;
iii. Quanto ao tratamento privilegiado devido ao fato de ser ME/EPP, inexiste qualquer previsão legal exigindo que a Administração deixe de exigir documentos previstos em edital ou aceite amostras fora do padrão por esse motivo.
Finalmente requer que a representação não seja recebida e subsidiariamente que a cautelar seja indeferida.
É o relatório.
II - Compulsando os autos, observa-se que estão presentes os requisitos de admissibilidade dos artigos 30 e 32 da Lei nº 113/2005, bem como dos artigos 275 e 277 do Regimento Interno, merecendo ser RECEBIDA a Representação.
No que tange ao pedido cautelar, há indícios de restrição da competitividade. Os fatos narrados pela Representantes e os documentos apresentados são suficientes para caracterizar o fumus boni iuris.
As manifestações preliminares apresentadas pelo Município não foram aptas a esclarecer as supostas incorfomidades alegadas pela Representante.
Parece-me desarrazoada a desclassificação da amostra de tênis por faltar o nome do Município na palmilha, dentre outras inúmeras exigências, que foram cumpridas corretamente pela representante. As amostras devem limitar-se à análise da durabilidade, usabilidade e qualidade do produto e a falta de personalização é condição sanável.
Em relação à certificado de acreditação no Inmetro, que a empresa afirma ter entregado, em rápida consulta no site do Inmetro, verificamos que o laboratório é acreditado, de modo que a simples consulta à certificação poderia ter sido objeto de diligência, nos termos do artigo 43, § 3.º, da Lei n.º 8.666/93.
Finalmente quanto ao Laudo BS EM 14372, que comprova a ausência de produtos cancerígenos nas papetes, a empresa afirma que o entregou juntamente com os outros documentos solicitados, dentro do envelope lacrado.
Ademais, a representante acostou cópia desse Laudo ao recurso administrativo (peça 26, folha 292) e ao presente auto, inclusive com data (25/11/2020) anterior à apresentação das amostras, o que demonstra que a possuía na data oportuna.
O periculum in mora resta demonstrado em função da homologação do procedimento e do início de vigência do contrato, colocando em risco a economicidade e o interesse público, já que a Representante foi vencedora do certame e apresentou proposta mais vantajosa à Administração.
Destarte, observa-se que os fatos noticiados merecem análise aprofundada por esta Corte de Contas, com o objetivo de se verificar se o certame contrariou as normas e princípios que regem as licitações.
III - Diante do exposto, RECEBO a presente Representação e acolho o pedido de expedição de MEDIDA CAUTELAR em face do Município de Maringá, para o fim de determinar a imediata suspensão do processo de registro de preço até decisão definitiva do mérito, já que a licitação já foi homologada e o contrato está vigente desde o dia 13/04/2021, conforme consulta ao portal de transparência do Município.
IV - Encaminhe-se à Diretoria de Protocolo para que, por via postal, mediante ofício registrado com aviso de recebimento, nos termos dos artigos 278, II e 380-A, I, ambos do Regimento Interno, proceda à CITAÇÃO do MUNICÍPIO MARINGÁ, por meio de seu representante legal, para que apresente, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme artigo 35, II, alínea "a", da Lei Orgânica deste Tribunal, defesa quanto aos fatos narrados;
V - Encaminhe-se ao Tribunal Pleno, considerando a necessidade de apreciação pelo colegiado acerca da cautelar concedida, nos termos do art. 32, XIII, e 282, §1º, do Regimento Interno
VI – Transcorrido o prazo para apresentação da defesa, encaminhe-se à Coordenadoria de Gestão Municipal – CGM e ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, para seus respectivos pareceres.
Curitiba, 22 de abril de 2021.
ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
Conselheiro Relator
DATIN

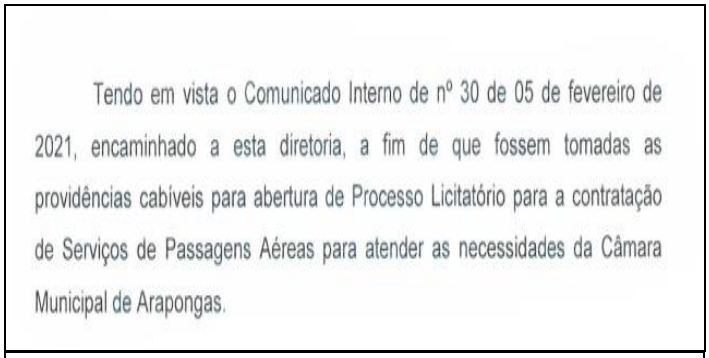
_____
1. Nos anos de 2017, 2018 e 2019, como GALERIA DOS ESPORTES EIRELI, do mesmo grupo econômico e familiar, documentos anexos.

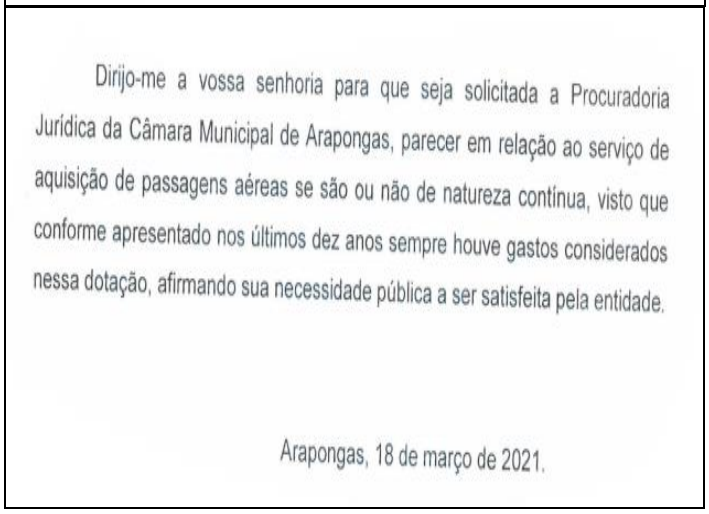
PROCESSO Nº: 246319/21
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
INTERESSADO: CAMILA VENTURIN ZAPPELLINI PAIVA
PROCURADORES: GABRIEL CARDOSO GALLI
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
DESPACHO: 493/21
I – Versa o presente expediente acerca de Representação da Lei nº 8666/93, com pedido liminar, protocolado por CAMILA VENTURIN ZAPPELINE PAIVA - ME, em face do Edital de Licitação de Concorrência nº 002/2021 – Registro de Preços nº 007/2021, realizado pelo MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, cujo objeto visa à contratação de empresa especializada para "prestação de serviços de desinsetização, desratização, limpeza e desinfecção de caixa d'água, em atendimento às Secretarias Municipais, pelo período de 12 (doze) meses."
II- Narra a Representante que haveria problema na cláusula 8.14.1 do citado edital, uma vez que esta exige a apresentação, para fins de comprovação técnica operacional da empresa que pretenda contratar com a Administração, de "Certidão de Acervo Técnico-CAT, com registro e atestado-atividade concluída".
No entanto, após a impugnação do Edital, formulada junto à autoridade competente, teria a sra. Sheila da Rosa Maria indeferido o seu pleito, fazendo constar do ato decisório que tal cláusula deveria ser retificada nos termos da impugnação anteriormente formulada pela empresa AKABINSETO, permitindo, assim, o registro junto a qualquer entidade responsável por tal averbação.
A ora Representante alega que não houve apreciação de sua impugnação nos termos propostos, carecendo, portanto, de motivação. Ademais, não teria pleiteado a inclusão de exigência de comprovação de atestado de capacidade técnica operacional registrada em Conselho, mas ao contrário, teria solicitado a exclusão de qualquer tipo de registro neste sentido.
Formulou, ainda, ponderações acerca da diferença entre a qualificação técnica e a capacidade técnico-profissional dos licitantes, aduzindo que nos termos da Resolução nº 1025/09 do CONFEA, a Certidão de Acervo Técnico é um documento do profissional e não operacional da empresa. Que tal Conselho não faz registro do acervo técnico da pessoa jurídica, considerando que sua incumbência é perante o profissional, sendo opcional o pedido de registro de seu acervo junto ao CREA.
Concluiu seu arrazoado aduzindo que deve a Administração excluir do edital em tela a exigência de comprovação de Atestado de Capacidade Técnico-Operacional registrado em Conselho de Classe. Por derradeiro, rogou pelo recebimento do presente feito, assim como pela imediata suspensão do procedimento licitatório, de forma liminar, para que "a autoridade pregoeira realize a devida apreciação da impugnação anteriormente apresentada, com a devida fundamentação", além de que sejam analisados os termos do Edital de Concorrência º 002/2021, nos termos da fundamentação.
É o breve relato.
III - Compulsando os autos, observa-se que estão presentes os requisitos de admissibilidade dos artigos 30 e 32 da Lei nº 113/2005, bem como dos artigos 275 e 277 do Regimento Interno.
Em sede de cognição sumária, denota-se que a exigência contida no item 8.14.1 do Edital, acerca do registro do atestado de capacidade técnica operacional nas entidades profissionais competentes, entendo tratar-se de verdadeira condição "sine qua non" de participação dos licitantes.
Tal exigência, além de possivelmente violar os princípios norteadores da Lei Geral de Licitações, também encontra-se em desacordo com recente julgado desta Corte de Contas, a qual, por meio do Acórdão nº 828/19-Tribunal Pleno, decidiu em sede de consulta, que "não é necessário o registro dos atestados relativos à qualificação técnico-operacional nas entidades profissionais competentes por falta de previsão legal ou regulamentar, aplicando-se o disposto no art. 30, §3º da Lei nº 8666/93"[1], motivo pelo qual RECEBO a presente Representação.
Salienta-se que a conclusão quanto à efetiva irregularidade será constatada somente após a fase instrutória.
IV- Entretanto, relativamente ao pedido cautelar para suspensão do certame, entendo que não merece ser provido, já que sua concessão está condicionada ao cumprimento de dois requisitos, cumulativamente: fumus boni iuris e periculum in mora.
Da análise da exordial, entendo que o Representante não se desincumbiu de demonstrar a existência dos pressupostos autorizados de sua expedição, uma vez que apenas faz menção à tal medida, citando: "LIMINARMENTE, a suspensão do processo licitatório (...) até que a autoridade pregoeira realize a devida apreciação da impugnação apresentada, com a devida fundamentação".
A efetiva demonstração de tais requisitos é essencial para que se evite o automatismo no provimento de medida acautelatória. Assim, a mera alegação acerca de supostos gravames que possam advir da não concessão da tutela liminar, por si só, não demonstram a existência de periculum in mora ou fumus boni iuris.
Logo, considerando que não foram preenchidos minimamente os requisitos para a concessão do pedido liminar, o INDEFIRO.
V – Encaminhe-se à Diretoria de Protocolo, para que adote as seguintes medidas:
a) Inclusão na autuação como interessados o MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, e de seu Prefeito Municipal, sr. MARCELO ROQUE, sra. SHEILA DA ROSA MARIA, Presidente da Comissão Permanente de Licitação, e dos demais membros da Comissão de Licitação, os quais subscreveram a análise da impugnação realizada pelo ora Representante: ANDRÉ LUIZ DA SILVA; CRISTIANNE MARIA GOMES TAVARES DO NASCIMENTO; CHRISTIAN NARA FOLKUENIG; FRANCIENY GABRIEL DAS NEVES MATOZO; TABAJARA MACHADO DE SOUZA JUNIOR e VANESSA CRISTINA DOS SANTOS SILVA;
b) Expedição, por via postal, mediante ofício registrado com aviso de recebimento, nos termos dos artigos 278, II e 380-A, I, ambos do Regimento Interno, das CITAÇÕES da PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, por meio de seu representante legal, o Prefeito Municipal, sr. MARCELO ROQUE, e de seu Prefeito Municipal, sr. MARCELO ROQUE, sra. SHEILA DA ROSA MARIA, Presidente da Comissão Permanente de Licitação, e os demais membros da Comissão de Licitação que subscreveram a análise da impugnação realizada pelo ora Representante: ANDRÉ LUIZ DA SILVA; CRISTIANNE MARIA GOMES TAVARES DO NASCIMENTO; CHRISTIAN NARA FOLKUENIG; FRANCIENY GABRIEL DAS NEVES MATOZO; TABAJARA MACHADO DE SOUZA JUNIOR e VANESSA CRISTINA DOS SANTOS SILVA, para que apresentem, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme artigo 35, II, alínea "a", da Lei Orgânica deste Tribunal, esclarecimentos quanto aos fatos narrados pelo Representante.

Alerto que a procedência da Representação poderá ensejar a aplicação das sanções previstas na Lei Orgânica desta Casa.
VI - Transcorrido o prazo para apresentação de defesa, encaminhe-se o presente à Coordenadoria de Gestão Municipal e ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, para suas respectivas manifestações.
VII – Após, voltem-me conclusos.
Curitiba, 27 de abril de 2021.
ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
Conselheiro Relator
cpb

_____
1. Rel. Cons. Ivens Z. Linhares.

PROCESSO Nº: 241104/21
ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPONGAS
INTERESSADO: RUBENS FRANZIN MANOEL
PROCURADORES:
ASSUNTO: CONSULTA
DESPACHO: 501/21
I - Trata-se de Consulta apresentada por RUBENS FRAZIN MANOEL, Presidente da Câmara Municipal de Arapongas, que formula o seguinte questionamento:
"Diante das funções e missão institucional do Poder Legislativo Municipal, o serviço de fornecimento de passagens aéreas nacionais por operadora ou agência de viagens pode ser considerado de natureza contínua e, portanto, passível de prorrogação contratual?"
A assessoria jurídica da Entidade emitiu o Parecer Jurídico n.º 31/2021 (peça n.º 4), no sentido de que "a aquisição de passagens aéreas pela Câmara Municipal de Arapongas não constitui serviço contínuo, já que não preenche os requisitos de essencialidade e habitualidade apontados pela doutrina e jurisprudência pátria e, assim, não se enquadra na hipótese de prorrogação autorizada pelo art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93."
Juntamente com a inicial, o feito foi instruído com um Comunicado Interno da Presidência da Câmara Municipal de Arapongas e com um Comunicado Interno da Diretoria de Licitações do órgão.
É o relatório.
II – Da análise, verifico que a Consulta não atende aos requisitos previstos no art. 311 do Regimento Interno desta Corte de Contas[1].
O Consulente visa esclarecimentos quanto à possibilidade de se considerar a aquisição de passagens aéreas como serviço contínuo.
Confrontando o teor da inicial com a documentação que instrui a Consulta, bem como a partir do parecer jurídico, verifica-se claramente que a presente não se trata de um questionamento em tese, mas de caso concreto, do qual essa Corte de Contas não está apta a se manifestar, entendimento esse, inclusive, sumulado:
Sumula n.º 03/TCE-PR: "As consultas que versarem sobre caso concreto não serão admitidas por este Tribunal, salvo se tratarem de assunto de relevante interesse público, devidamente motivado, situação em que delas se poderá conhecer, desde que satisfeitos todos os requisitos para a sua admissibilidade, constituindo-se a resposta em apreciação de tese, mas não de caso concreto." (grifamos)
Destaca-se que o Consulente apresenta sua dúvida, a partir do caso concreto, em razão da necessidade de abertura de Processo Licitatório, conforme se depreende do Comunicado Interno juntado aos autos (peça nº 6):


Tendo em vista o Comunicado Interno de nº 30 de 05 de fevereiro de 2021, encaminhado a esta diretoria, a fim de que fossem tomadas as providências cabíveis para abertura de Processo Licitatório para a contratação de Serviços de Passagens Aéreas para atender as necessidades da Câmara Municipal de Arapongas.


Dirijo-me a vossa senhoria para que seja solicitada a Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Arapongas, parecer em relação ao serviço de aquisição de passagens aéreas se são ou não de natureza contínua, visto que conforme apresentado nos últimos dez anos sempre houve gastos considerados nessa dotação, afirmando sua necessidade pública a ser satisfeita pela entidade.

Arapongas, 18 de março de 2021.

Salienta-se, não cabe a esse Tribunal de Contas prestar assessoria jurídica à Administração Pública, cuja incumbência é das Procuradorias, tampouco compete a essa Corte ratificar ou não determinada conduta (ato) que já vem sendo perpetrada(o).
Nesse sentido, é a jurisprudência:
"Consulta. Terceirização de serviços jurídicos. Artigos 13 e 25 da Lei nº 8.666/93. As Procuradorias e Departamentos Jurídicos devem deter estrutura qualitativa e quantitativa mínima para atender às necessidades ordinárias. Caso concreto. Não conhecimento.
(...)
Diante das incertezas apresentadas, deve o Jurisdicionado procurar orientação jurídica em sua própria Procuradoria, não sendo competência desta Corte de Contas prestar tal serviço. (...)"
(Ac. n.º 3335/18, do Pleno do TCE-PR, nos autos de Consulta n.º 374324/17, Rel. Cons. ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, in DETC de 20/11/18)
III – Diante do exposto, o NÃO CONHECIMENTO da Consulta formulada por RUBENS FRAZIN MANOEL, Presidente da Câmara Municipal de Arapongas, é medida que se impõe, ante a ausência dos requisitos de admissibilidade.
IV – Providencie-se o encerramento do feito, nos termos do art. 398, § 2º, do Regimento Interno, com posterior arquivamento.
V – Publique-se.
Curitiba, 3 de maio de 2021.
ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
Conselheiro Relator
ACP

_____
1. "Art. 311. A consulta formulada ao Tribunal de Contas, conforme o disposto no Título II, Capítulo II, Seção VII, da Lei Complementar nº 113/2005, deverá atender aos seguintes requisitos:
I - ser formulada por autoridade legítima;
II - conter apresentação objetiva dos quesitos, com indicação precisa de dúvida;
III - versar sobre dúvida na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes à matéria de competência do Tribunal;
IV - ser instruída por parecer jurídico ou técnico emitido pela assessoria técnica ou jurídica do órgão ou entidade consulente, opinando acerca da matéria objeto da consulta;
V - ser formulada em tese.
(...)"

PROCESSO Nº: 257671/21
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA
INTERESSADO: CONSTRUTORA ENGEMIN LTDA
PROCURADORES: FABIOLA GAMBARINI SCHMITT
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
DESPACHO: 511/21
I – Versa o presente expediente acerca de Representação da Lei nº 8666/93, em que a CONSTRUTORA ENGEMIN LTDA aduziu possuir contrato junto à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA, o qual foi firmado em janeiro de 2019.
Segundo seu relato, a obra ocorreu dentro da normalidade até dezembro de 2020, quando foi realizada a entrega provisória desta. Todos os pagamentos teriam sido efetuados pela municipalidade, à exceção dos valores decorrentes da última medição. Tal valor perfaz o montante de R$ 73.401,44 (setenta e três mil, quatrocentos e um reais e quarenta e quatro centavos).
Desta forma, aduziu ter havido desvio de valor, já que os funcionários do órgão teriam alegado que não sabiam qual o destino da verba, o que, configuraria improbidade administrativa.
Ao final, requereu o recebimento da presente Representação e a fixação do prazo de 05 dias para que a municipalidade efetive o pagamento do quantum acima mencionado à empresa Representante.
É o relatório.
II - Compulsando os autos, observa-se que não se encontram presentes os requisitos de admissibilidade dos artigos 30 e seguintes da Lei Complementar nº 113/2005, bem como dos artigos 275 e 277 do Regimento Interno.
Depreende-se que CONSTRUTORA ENGEMIN LTDA apresenta esta Representação com fulcro na Lei n.º 8.666/93, porém, desvirtuando, contudo, do verdadeiro fim deste instrumento, em especial de seu art. 113[1], pois se utiliza utilizar dele como meio tutelar direito subjetivo da empresa, não se valendo, portanto, como forma de salvaguardar o interesse público.
O Representante alega, em suma, que executou obra no Município de Nova Olímpia e que a municipalidade não haveria quitado a última parcela devida à empresa.
Além de não se extrair o interesse público de seus pedidos e alegações, estas últimas são desprovidas de elementos probatórios mínimos a amparar o prosseguimento do presente feito, uma vez que não há documento que comprove o alegado pelo Representante (sequer há notificação ou e-mail endereçado ao Município que verse sobre o assunto).
Vale dizer, pretende a empresa CONSTRUTORA ENGEMIN LTDA. se utilizar desta Representação para tutelar interesses próprios, visando exclusivamente assegurar o pagamento de serviços que minimamente foram comprovados nos autos terem sido prestados, de forma a figurar, erroneamente, esta Corte de Contas como substitutivo do Poder Judiciário (haja vista que a causa de pedir restringe-se à esta Corte utilizar de poder coercitivo para que seja saldado valor em prol do Representante). Da mesma forma, quanto às alegações referentes às supostas condutas ilícitas de agentes públicos, nada foi acostado aos autos.
Sobre o tema, cumpre destacar os oportunos ensinamentos de MARÇAL JUSTEN FILHO:
"A função do Tribunal de Contas é desenvolver o controle sobre a regularidade, a economicidade e a legitimidade dos atos que importem gestão de recursos públicos. Muitas vezes, isso importará controvérsias sobre o direito aplicável ao caso concreto. Mas dever-se-á adotar grande cautela para evitar que o Tribunal de Contas assuma função substitutiva do Poder Judiciário"[2]
Corroborando, é a jurisprudência:
"(...) os processos de controle externo, no âmbito deste Tribunal, em especial as representações, são direcionados à preservação do interesse público, e não à tutela de direitos subjetivos de terceiros, in casu, da representante. Nesse sentido converge nossa jurisprudência, a exemplo dos Acórdãos 1615/2011, 1280/2007 e 1426/2003, do Plenário; Acórdãos 3510/2011 e 4779/2011, da Primeira Câmara; e dos Acórdãos 5158/2011 e 3153/2006, da Segunda Câmara; entre muitos outros."[3]
"(...) É certo que a atuação deste Tribunal restringe-se à defesa do erário, não cabendo a ele tutelar interesses particulares subjetivos eventualmente atingidos. (...)"[4]

"Os processos de fiscalização que tramitam neste Tribunal não tem o condão de tutelar interesses individuais, mas sim de proteger interesses públicos primários e secundários, independentemente do tipo ou origem do processo, de modo que a desistência do particular autor de representação ou denuncia autuada nesta Corte não acarreta, necessariamente, a extinção do feito, ainda que solicitada."[5]
Assim, seja por inexistir elementos mínimos que confirmem as alegações da inicial (insubsistência das alegações), seja pelo fato de o Representante não buscar a tutela do interesse público, a NEGATIVA DE SEGUIMENTO do feito é medida que se impõe.
III - Diante do exposto, NEGO SEGUIMENTO à presente Representação, ante a ausência dos requisitos legais, nos termos do art. 276, caput, c/c art. 282, § 2º, ambos do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.
IV – Encaminhem-se ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas para ciência.
V - Após, retornem a este Gabinete para comunicação na sessão do Tribunal Pleno, em conformidade com o artigo 436, parágrafo único, IV, do Regimento Interno[6], e posterior encerramento e arquivamento, com fulcro no artigo 32, XII[7], e 398, § 2º[8], do mesmo diploma regimental.
VI - Publique-se.
Curitiba, 30 de abril de 2020.
ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
Conselheiro Relator
cpb

_____

1. *"Art. 113. O controle das despesas decorrentes dos contratos e demais instrumentos regidos por esta Lei será feito pelo Tribunal de Contas competente, na forma da legislação pertinente, ficando os órgãos interessados da Administração responsáveis pela demonstração da legalidade e regularidade da despesa e execução, nos termos da Constituição e sem prejuízo do sistema de controle interno nela previsto.*
§ 1º Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar ao Tribunal de Contas ou aos órgãos integrantes do sistema de controle interno contra irregularidades na aplicação desta Lei, para os fins do disposto neste artigo.
§ 2º Os Tribunais de Contas e os órgãos integrantes do sistema de controle interno poderão solicitar para exame, até o dia útil imediatamente anterior à data de recebimento das propostas, cópia de edital de licitação já publicado, obrigando-se os órgãos ou entidades da Administração interessada à adoção de medidas corretivas pertinentes que, em função desse exame, lhes forem determinadas."
2. *JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 17 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 1.455.*
3. *Ac. 8203/11, da 2 C. do TCU, na Rep. 006.046/2011-8, j em 20/09/11.*
4. *Ac. 1923/12, do plenário do TCU, na Rep. 013.360/2009-6, j em 25/07/12.*
5. *Ac. 950/07, do Plenário do TCU, na Rep. 010.641/2006-9, j. em 23/05/07.*
6. *Art. 436. Nas sessões ordinárias, será observada, preferencialmente, a seguinte ordem de trabalho:*
Parágrafo único. Incluem-se nas comunicações a que se refere o inciso II, dentre outros casos previstos nesse Regimento:
IV - arquivamento de denúncias e representações em juízo de admissibilidade;
7. *Art. 32. Como Relator, compete ao Conselheiro:*
XII - exercer o juízo de admissibilidade, presidir a instrução, relatar e adotar as medidas necessárias, inclusive de natureza cautelar, nos processos de denúncia e representação, bem como na hipótese do art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, e nas comunicações originárias da Ouvidoria;
8. *Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização.*
§ 2º O relator poderá determinar o encerramento do processo, em sede de juízo de admissibilidade, nas hipóteses previstas regimentalmente.

PROCESSO Nº: 243026/21
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE COLOMBO
INTERESSADO: ENGE TAU CONSTRUTORA EIRELI, GIORDANO JOAO TOSI
PROCURADORES:
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
DESPACHO: 531/21

I - Trata-se de Representação apresentada por ENGE TAU CONSTRUTORA EIRELI, noticiando supostas irregularidades praticadas relacionadas ao Contrato n.º 347/2018 oriundo do processo licitatório CP 015/2018 para construção do Centro Municipal de Educação Infantil (PROINFANCIA – TIPO 1) Jardim Paraná, firmado entre a Enge Tau Construtora e Secretaria de Educação - SEMED do Município de Colombo em 26/11/2018.
Para tanto, sustenta a Representante que:
a) Em 01/12/2020 a construtora protocolou na Secretaria de Obras e Viação – SEMOV a 18ª medição regular da planilha de edificação (NF 456), a 7ª medição da planilha de implantação (NF 458) e a 3ª medição do aditivo de contrato (NF 454), totalizando R$ 187.966,30, sendo a previsão de pagamento para a 1ª semana de janeiro;
b) Até a presente data as 3 notas fiscais permanecem integralmente retidas pela Secretaria de Fazenda- SEFAZ que alega respaldo legal em manter posse dos valores até que a empresa apresente a CND da obra;
c) Ocorre que essa certidão é gerada pela Receita Federal após a baixa da Declaração e Informação Sobre a Obra-DISO, entretanto, embora exaustivamente questionada, a Receita não apresentou o documento;
d) A SEFAZ- Colombo realizou a retenção de 9,58% sobre o valor do montante contratado, e não sobre a última fatura ou nota fiscal a que este se refere, desconfigurando o art. 31 da Lei 8.212/91. Como agravante, negou a comprovação de quitação tributária como fator determinante à liberação do montante retido;
e) A empresa precisa anexar ao processo todos os aditivos contratuais, o termo de recebimento provisório (TRP) e o certificado de vistoria e conclusão de obras (CVCO) para solicitar a baixa da CNO/DISO perante a Receita Federal. Embora a obra tenha sido entregue em outubro/2020, a empresa não teve acesso ao TRP e ao CVCO;
f) Após diversos ofícios de cobranças, pedidos de esclarecimentos por e-mail e reuniões com os fiscais da Obra e Contrato, a empresa deu por esgotadas as possibilidades de tratativa na esfera administrativa, estando em risco iminente a manutenção do patrimônio da empresa e a estabilidade de emprego de seus funcionários;
Por fim, solicita que a CGF apresente parecer quanto à ilicitude da retenção praticada pela Secretaria de Fazenda de Colombo perante o contrato 347/2018 e, se comprovada a irregularidade do ato, que o Tribunal de Contas do Estado direcione ao Secretário de Fazenda Sr. Clamilto Tiblier uma ordem de pagamento em favor da Enge Tau Construtora.
É o relatório.

II - Compulsando os autos, observa-se que não estão presentes os requisitos de admissibilidade dos artigos 30 e seguintes da Lei Complementar nº 113/2005, bem como dos artigos 275 e 277 do Regimento Interno, NÃO merecendo ser RECEBIDA a Representação, ante a insubsistência das alegações.
Depreende-se que a ENGE TAU CONSTRUTORA EIRELI, apresenta petição de peça n.º 03 e documentos, autuados perante esta Corte de Contas como Representação da Lei n.º 8666/93, o que se faz de forma desvirtuada do verdadeiro fim a que se destina mencionado instrumento, em especial o previsto no artigo 113, §1.º[1] da referida norma. Esse instituto tem como interesse mediato preservar, tutelar o interesse público e não o privado.
A empresa se utiliza da Representação como meio de tutelar seu direito subjetivo, receber pagamento que alega ser devido em função de contrato firmado com a Secretaria de Educação do Município de Colombo. Entretanto, não incumbe a este Tribunal a análise de atos administrativos dos quais não sobressaia o interesse público.
Pretende a ENGE TAU CONSTRUTORA EIRELI se utilizar desta representação para tutelar seus interesses particulares, de forma a figurar, erroneamente, esta Corte de Contas como instância recursal ou mesmo como substitutivo do Poder Judiciário, não apresentando tema que efetivamente consista em análise de interesse público
Sobre o tema, cumpre destacar os oportunos ensinamentos de MARÇAL JUSTEN FILHO:
"A função do Tribunal de Contas é desenvolver o controle sobre a regularidade, a economicidade e a legitimidade dos atos que importem gestão de recursos públicos. Muitas vezes, isso importará controvérsias sobre o direito aplicável ao caso concreto. Mas dever-se-á adotar grande cautela para evitar que o Tribunal de Contas assuma função substitutiva do Poder Judiciário"[2]
Corroborando, é a jurisprudência:
"(...) os processos de controle externo, no âmbito deste Tribunal, em especial as representações, são direcionados à preservação do interesse público, e não à tutela de direitos subjetivos de terceiros, in casu, da representante. Nesse sentido converge nossa jurisprudência, a exemplo dos Acórdãos 1615/2011, 1280/2007 e 1426/2003, do Plenário; Acórdãos 3510/2011 e 4779/2011, da Primeira Câmara; e dos Acórdãos 5158/2011 e 3153/2006, da Segunda Câmara; entre muitos outros."[3]
"(...) É certo que a atuação deste Tribunal restringe-se à defesa do erário, não cabendo a ele tutelar interesses particulares subjetivos eventualmente atingidos. (...)"[4]
"(…) Entretanto, não há falar em este Tribunal tutelar interesses privados. Em que pese, por via transversa, eventual decisão do TCU beneficiar empresa representante que tenha noticiado possíveis irregularidades contratuais, há de sobrepujar o interesse público na análise de contratos firmados entre a Administração e o particular, pois o interesse mediato do instituto da representação discriminada no art. 113, § 1º, da Lei de Licitações, consiste em preservar, tutelar o interesse público e não o privado. Não identificado o interesse público na relação contratual, deve-se afastar a competência do TCU para analisá-la, por não ser o foro adequado(...[5]).
Desse modo, como não identificado interesse público na situação apresentada pela Representante, deve-se afastar a competência do Tribunal de Contas do Paraná por não ser o foro adequado.
III - Diante do exposto, NEGO SEGUIMENTO a presente Representação, ante a ausência dos requisitos legais, nos termos do art. 276, caput, c/c art. 282, § 2º, ambos do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.
IV – Encaminhem-se ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas para ciência.
V - Após, retornem a este Gabinete para comunicação na sessão do Tribunal Pleno, em conformidade com o artigo 436, parágrafo único, IV, do Regimento Interno[6], e posterior encerramento e arquivamento, com fulcro no artigo 32, XII[7], e 398, § 2º[8], do mesmo diploma regimental.
VI - Publique-se.
Curitiba, 4 de maio de 2021.
ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
Conselheiro Relator
DATIN

_____

1. *Art. 113. O controle das despesas decorrentes dos contratos e demais instrumentos regidos por esta Lei será feito pelo Tribunal de Contas competente, na forma da legislação pertinente, ficando os órgãos interessados da Administração responsáveis pela demonstração da legalidade e regularidade da despesa e execução, nos termos da Constituição e sem prejuízo do sistema de controle interno nela previsto.*
§ 1º Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar ao Tribunal de Contas ou aos órgãos integrantes do sistema de controle interno contra irregularidades na aplicação desta Lei, para os fins do disposto neste artigo.
2. *JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 17 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 1.455.*
3. *Ac. 8203/11, da 2 C. do TCU, na Rep. 006.046/2011-8, j em 20/09/11.*
4. *Ac. 1923/12, do plenário do TCU, na Rep. 013.360/2009-6, j em 25/07/12.*
5. *Ac. 789/09, do plenário do TCU*
6. *"Art. 436. Nas sessões ordinárias, será observada, preferencialmente, a seguinte ordem de trabalho:*
Parágrafo único. Incluem-se nas comunicações a que se refere o inciso II, dentre outros casos previstos nesse Regimento:
(...)
IV - arquivamento de denúncias e representações em juízo de admissibilidade;
(...)"
7. *"Art. 32. Como Relator, compete ao Conselheiro:*
(...)
XII - exercer o juízo de admissibilidade, presidir a instrução, relatar e adotar as medidas necessárias, inclusive de natureza cautelar, nos processos de denúncia e representação, bem como na hipótese do art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, e nas comunicações originárias da Ouvidoria;
(...)"
8. *"Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização.*
(...)
§ 2º O relator poderá determinar o encerramento do processo, em sede de juízo de admissibilidade, nas hipóteses previstas regimentalmente.
(...)"

PROCESSO Nº: 355720/12
ENTIDADE: VALDOMIRO ABRAAO PERSCH
INTERESSADO: EDSON JUCEMAR HOFFMANN PRADO, NELTO CELA ZOLET, VALDOMIRO ABRAAO PERSCH, VALDOMIRO PERSCHE ME
PROCURADORES: ALDO DE MATTOS SABINO JUNIOR, NEIA MARTINS
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
DESPACHO: 532/21

Retorna o expediente, tendo em vista a juntada da Petição Intermediária nº 271305/21 (peças 49 e 50), que trata de Embargos Declaratórios opostos por integrante do Ministério Público junto a esta Corte contra o Acórdão nº 712/21 (peça 47), em que o Tribunal Pleno desta Corte decidiu pelo encerramento da representação em razão da perda de seu objeto.
O referido Acórdão foi disponibilizado no DETC nº 2.524, de 23/04/2021, sendo que a peça embargante foi apresentada no dia 03/05/2021.
Diante disso e considerando o disposto nos artigos 477 e 490, do Regimento Interno desta Casa, constata-se assim, a tempestividade dos Embargos e se determina o encaminhamento a Diretoria de Protocolo para nova autuação (art. 477, § 2º do RI).
Cumprido isto, retornem a este Relator.
Publique-se.
Gabinete do Conselheiro, em 4 de maio de 2021.
ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
Conselheiro Relator
wk

PROCESSO Nº: 307821/17
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE DOURADINA
INTERESSADO: EDSON ANTONIO GOMES, FRANCISCO APARECIDO DE ALMEIDA, JOAO JORGE SOSSAI, MUNICÍPIO DE DOURADINA, OBERDAM JOSE DE OLIVEIRA
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
DESPACHO: 534/21

Cuida-se na presente fase processual de obter o cumprimento do Acórdão de Parecer Prévio nº 43/20 – Segunda Câmara (peça 101), parcialmente modificado pelo Acórdão de Parecer Prévio nº 550/20 – Tribunal Pleno (peça 120).
Após adotadas as providências necessárias ao recolhimento das multas remanescentes, conforme Informação nº 1.533/21 – CMEX (peça 139), encaminhou-se expediente ao Sr. EDSON ANTONIO GOMES, Controlador Interno do MUNICÍPIO DE DOURADINA, no período de 29/09/2008 à 31/12/2020, visando o cumprimento do item III da decisão originária, lavrada nos seguintes termos:
III- determinar ao Controlador Interno do Município à época, senhor Edson Antônio Gomes, CPF 897.086.799-68, que, no prazo de até 60 dias, traga aos autos documentação suficiente no sentido de comprovar as notificações tempestivas ao Gestor do Exercício relacionadas as inconformidades observadas naquele exercício, sob pena de aplicação da multa prevista no artigo 87, III, "f" da L.C.E. 113/05;
Este, via petição intermediária nº 275092/21 (peças 144/146), solicita a conversão da multa a ele imputada em recomendação e, também, que a pendência não obstaculize a emissão da certidão liberatória ao Município.
Da análise, entendemos que a revisão da decisão não mais é possível no presente processo, dado que o trânsito em julgado ocorreu em 24/11/2020, portanto descabida a pretensão de conversão da multa em recomendação.
Já quanto a inscrição dessa pendência como impeditiva à Certidão Liberatória, merece acolhida o pedido para sua exclusão.
Trata-se de uma determinação de cunho pessoal, dirigida a servidor integrante dos quadros municipais, e não ao Poder Executivo ou ao Prefeito Municipal.
Do exposto, determino a remessa do feito à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para retirada da lista de pendências do MUNICÍPIO DE DOURADINA da obrigação decorrente do item III do Acórdão de Parecer Prévio nº 43/20 – Segunda Câmara.
Publique-se.
Gabinete do Relator, 4 de maio de 2021.
ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
Conselheiro Relator
wk

PROCESSO Nº: 425252/20
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE LONDRINA
INTERESSADO: COMPANHIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E URBANIZAÇÃO DE LONDRINA, CONSORCIO LONDRINA SEGURA, FABIO CHAGAS THEOPHILO, FLÁVIO TOSHIO HATANAKA, MARCELO BELINATI MARTINS, MUNICÍPIO DE LONDRINA
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
DESPACHO: 543/21

Retorna o expediente, tendo em vista a juntada do protocolo nº 257329/21 (peças 125 e 125), por meio do qual FABIO CHAGAS THEOPHILO apresenta recurso de agravo aos termos do Despacho 341/21 (peça 117), deste Gabinete, que revogou medida cautelar que suspendeu o Pregão Presencial nº 53/2020 do Município de Londrina.
O referido Despacho foi disponibilizado no DETC nº 2.506, de 25/03/2021, e a peça recursal foi apresentada no dia 20/04/2021, de forma intempestiva.
Tal conclusão decorre da apresentação do agravo no 15º (décimo quinto) dia útil após a publicação do ato atacado, ao passo que o Regimento Interno deste Tribunal, em seu artigo 489[1], estabelece que medida recursal pretendida deve observar o lapso temporal máximo de 10 (dez) dias.
Portanto, DEIXO DE CONHECER do recurso de agravo inserido na peça 126.
Publique-se.
Gabinete do Conselheiro, em 6 de maio de 2021.
ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
Conselheiro Relator
WK

__1__. Art. 489. Cabe Recurso de Agravo, no prazo de 10 (dez) dias, com efeito apenas devolutivo, contra decisão monocrática do Conselheiro, do Auditor ou do Presidente do Tribunal, excetuadas as hipóteses de cabimento de Recurso Administrativo e Embargos de Liquidação.

PROCESSO Nº: 199086/09
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE SANTA MARIANA
INTERESSADO: JORGE RODRIGUES NUNES, MARIA APARECIDA DE SOUZA LIMA BASSI, MUNICÍPIO DE SANTA MARIANA, ROZANA TRAQUETTA FÁVARO
ASSUNTO: ADMISSÃO DE PESSOAL
DESPACHO: 537/21

I. Mediante o Acórdão nº 2.098/19 – Segunda Câmara (peça 28), este Tribunal aplicou multa ao Sr. Jorge Rodrigues Nunes e impôs determinações ao Município de Santa Mariana e à então titular do Controle Interno, conforme se verifica no excerto a seguir:

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, por unanimidade, em:

I- aplicar a **multa** constante no artigo 87, I, "b", da Lei Complementar Estadual nº 113/05 ao Prefeito Municipal do Município De Santa Mariana, senhor **Jorge Rodrigues Nunes** ante o não atendimento do pedido de informações realizado àquele ente por esta Corte de Contas;

II – **determinar** ao Município de Santa Mariana, na pessoa de seu representante legal, o envio das informações requeridas pela Coordenadoria de Gestão Municipal em seus Despachos nº 431/19 e 648/19, no prazo de **15 dias**, sob pena de aplicação de multa em caso de descumprimento, além do bloqueio da Certidão Liberatória, conforme determina o artigo 292-A, do RI/TCE-PR;

III – **determinar** a expedição de Ofício diretamente à Controladora Interna do Município, senhora **Rozana Traquetta Fávaro**, para que tome as providências cabíveis.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, IVAN LELIS BONILHA e IVENS ZSCHOERPER LINHARES.

II. O Prefeito Municipal à época, Sr. Jorge Rodrigues Nunes, interpôs recurso de revista, o qual foi improvido pelo Acórdão nº 3.054/20 – Tribunal Pleno (peça 42).
III. Da análise dos autos, extrai-se que, a despeito do feito já ter merecido julgamento, mediante o Acórdão nº 2098/19 – Segunda Câmara, verifica-se que este visou unicamente impulsionar o Município para o atendimento das diligências feitas por este Tribunal, permanecendo pendente a decisão quanto ao registro dos atos de admissão.
IV. Do exposto, solicita-se o envio do feito à Coordenadoria de Gestão Municipal para nova instrução e ao Ministério Público junto a esta Corte para novo Parecer, em que deverão ser consideradas as razões expostas pelo Município de Santa Mariana (peça 54) e pela responsável pelo Controle Interno Municipal (peça 63), bem como os julgamentos precedentes proferidos nos processos do mesmo certame[1].
Gabinete do Relator, 5 de maio de 2021.
ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
Conselheiro Relator
wk

__1__. Decisões Definitivas Monocráticas de nº 1.487/06, nº 1.711/07, nº 304/08 e 835/09, do GCAML, Decisão Definitiva Monocrática nº 05/19, do GCFAMG, e Acórdão nº 3.707/19 – Segunda Câmara.

PROCESSO Nº: 523777/19
ENTIDADE: FUNDO DE URBANIZAÇÃO DE CURITIBA
INTERESSADO: FUNDO DE URBANIZAÇÃO DE CURITIBA, MARCOS VALENTE ISFER, ROBERTO GREGORIO DA SILVA JUNIOR
PROCURADORES: AMANDA CRISTHINA ALMEIDA SAVA, CLAUDIA PRADO MARCON, RODRIGO BINOTTO GREVETTI
ASSUNTO: RECURSO DE REVISTA
DESPACHO: 546/21

Retorna o expediente tendo em vista a juntada da Petição Intermediária nº 281963/21 (peças 87 a 91), que trata de recurso de revisão interposto por URBS – URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A., administradora do FUNDO DE URBANIZAÇÃO DE CURITIBA, neste ato representada por procurador (peça 89), em face da manutenção, em sede de recurso de revista, dos termos do Acórdão nº 1.915/19 – Segunda Câmara (peça 68), que julgou irregulares as contas do citado Fundo relativas ao exercício de 2012.

Ampara-se o pedido nas hipóteses previstas nos incisos III e IV do artigo 486 do Regimento Interno deste Tribunal.

Considerando que o Acórdão nº 696/21 (peça 85), que julgou o recurso de revista, foi disponibilizado no DETC nº 2.521, em 19/04/2021 e que a nova peça recursal foi juntada aos autos em 05/05/2021, observa-se que esta goza de tempestividade, nos termos do parágrafo 3º do artigo 386 do mesmo Diploma.

Diante disso e considerando o disposto nos artigos 477 e 486 do Regimento Interno, ENTENDO presentes os requisitos para admissibilidade do recurso proposto, DETERMINANDO seu encaminhamento à Diretoria de Protocolo para nova autuação e distribuição.

Publique-se.

Gabinete do Conselheiro, em 6 de maio de 2021.

ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
Conselheiro Relator
wk

PROCESSO Nº: 283028/21
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE PIRAÍ DO SUL
INTERESSADO: JULIANA APARECIDA CORDEIRO & CIA LTDA
PROCURADORES: ALESSANDRO LIGESKI
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
DESPACHO: 547/21

I - Trata-se de Representação apresentada por JULIANA APARECIDA CORDEIRO & CIA LTDA, noticiando supostas irregularidades praticadas relacionadas ao Pregão Eletrônico nº 16/2021, realizado pelo MUNICÍPIO DE PIRAÍ DO SUL, objetivando a "contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de levantamento Planialtimétrico Cadastral em vias Urbanas e Rurais do Município."

A sessão de abertura e julgamento das propostas está prevista para 07 de maio de 2021, às 9:00 hs.

A Representante alega, em síntese, que o Edital de Licitação incorreu em violação ao §1º, artigo 3º da Lei nº 8.666/93[1], bem como à doutrina e jurisprudência pátrias, na medida que exigiu, para a qualificação técnica, Atestados de Capacidade Técnica registrados no acervo técnico do profissional e da empresa junto ao CREA/CAU.

Defende que o Atestado de Capacidade Técnica pode ser comprovado com a simples apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica, sem o devido registro no CREA/CAU, assim permitindo a aferição da plena capacidade mencionada.

Sustenta ainda, haver perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, pois a manutenção das cláusulas questionadas, sem a devida justificativa, implica em restrição à participação de empresas no certame, impedindo maior competitividade.

É o relatório.

II - Em que pese o noticiado, entendo que a presente Representação não merece ser recebida.

A matéria a ser debatida encontra-se prevista no art. 30, caput, II, e §1º, I, da Lei nº 8.666/93, que estabeleceu a possibilidade de exigência de requisitos de qualificação técnica limitada a duas situações: a comprovação da capacidade técnica-operacional e da capacidade técnica-profissional, in verbis:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:
(...)
II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;
(...)
§ 1o A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)
I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos; (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994).

Embora não conste dos autos cópia do Edital, é possível extrair-se que a exigência de documentação relativa à qualificação técnica ora questionada referiu-se à Atestados de Capacidade Técnico-profissional registrado junto ao CREA/CAU, e não à Atestados de Capacidade Técnico-operacional da empresa.

Nesse sentido é a resposta do Município apresentada à impugnação administrativa formulada pela ora Representante:

"(...)Em continuidade o requerente questiona que o Atestado de Capacidade Técnica tenha seu registro na entidade profissional em nome da empresa e do responsável técnico. A princípio cumpre esclarecer que a emissão dessa certidão cumpre parâmetros estabelecidos específicos e claros quanto a serem relativos a atividades consignadas no acervo técnico do profissional, o qual pode ser consultado no endereço eletrônico: https://www.crea-pr.org.br/ws/art-anotacao-de-responsabilidade-tecnica/certidao-de-acervo-tecnico. Nesse local poderão observados os requisitos para obtenção da certidão, mas sempre em nome do responsável técnico da empresa, para constituir o acervo técnico pessoal e intransferível, com a vinculação à empresa atual.

Não há, no edital, nenhuma menção quanto a apresentação de documentação técnica-operacional dedicada exclusivamente à empresa, sendo vinculada ao profissional responsável técnico tal interpretação." (grifos nossos).

Conforme prenunciado na resposta à impugnação administrativa apresentada, o atestado a ser registrado, embora atinente a serviço executado por pessoa jurídica, constará apenas do acervo técnico do profissional por ela responsável.

Isso porque, consoante resposta em sede de consulta nesta Corte (Acórdão nº 828/19-Tribunal Pleno - autos nº 386861/17[2]), diferentemente da capacidade técnico-profissional, relacionada à existência de profissionais na empresa com acervo técnico compatível com a obra ou serviço de engenharia a ser licitado, a capacidade técnico-operacional "é atributo da pessoa jurídica destinada a comprovar que possui aparelhagem, pessoal e demais elementos materiais para a execução da obra ou serviço."

Não haveria, desta feita, "pelas próprias características e conteúdo dos atestados voltados à comprovação da capacidade técnico- operacional da empresa", justificativa para a exigência de seu registro junto aos órgãos competentes, sendo plausível a sua cobrança apenas em relação aos atestados de capacidade técnico-profissional, eis que se referem à "experiência anterior dos profissionais detentores da responsabilidade técnica."

Tal entendimento é corroborado pela orientação constante do item 1.3, Capítulo IV, do Manual de Procedimentos Operacionais para aplicação da Resolução CONFEA nº 1.025/2009, que estabelece que o Crea não emitirá Certidão de Acervo Técnico (CAT) em nome da pessoa jurídica para prova de capacidade técnico-operacional por falta de dispositivo legal. in verbis:

1.3. Recomendação
Esclarecer às comissões de licitação, aos profissionais e às empresas que:
(...)
- O Crea não emitirá CAT em nome da pessoa jurídica contratada para prova de capacidade técnico-operacional por falta de dispositivo legal que o autorize a fazê-lo.

Em que pese as alegações de que o Atestado de capacidade técnica pode ser comprovado com mera apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica, sem o devido registro no CREA/CAU, consoante entendimento firmado em sede da mesma consulta já citada "a exigência de registro dos atestados de capacidade técnico profissional em entidades profissionais competentes deve ser interpretada como limitada ao exercício de atividade de engenharia (na acepção ampla do termo) ou quando o registro decorrer de previsão legal."

Observa-se que o objeto licitado refere-se a "levantamento Planialtimétrico Cadastral", definido como "serviço realizado através de técnicas de medição que permitem determinar o tamanho, área e o desnível de um terreno, resultando uma planta topográfica"[3], o qual pode ser considerado como típico serviço desempenhado por profissional de engenharia, possibilitando assim, nos termos do entendimento desta Corte, a exigência de registro dos atestados de capacidade técnico-profissional.

Assim sendo, tendo em vista que não se demonstrou nos autos qualquer alusão editalícia à apresentação de Atestado Técnico-operacional da empresa, sendo possível, para a atividade licitada, nos termos da jurisprudência desta Corte, a exigência de registro dos Atestados de Capacidade técnico-profissional em entidades profissionais competentes, deixo de conhecer da presente Representação, eis que ausentes os pressupostos de admissibilidade.

Indefere-se ademais, o pedido de concessão de medida liminar, eis que ausentes os pressupostos para sua concessão, quais sejam, o "fumus boni iuris" e o "periculum in mora".

III - Diante do exposto, a NEGATIVA DE SEGUIMENTO da presente é medida que se impõe, com fulcro no artigo 276 do Regimento Interno.

IV – Encaminhem-se ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas para ciência.

V - Após, retornem a este Gabinete para comunicação na sessão do Tribunal Pleno, em conformidade com o artigo 436, parágrafo único, IV, do Regimento Interno[4], e posterior encerramento e arquivamento, com fulcro no artigo 32, XII[5], e 398, § 2º[6], do mesmo diploma regimental.

VI - Publique-se.

Curitiba, 7 de maio de 2021.

ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
Conselheiro Relator
cgl

_____

1. *Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010) (Regulamento) (Regulamento) (Regulamento)*
§ 1º É vedado aos agentes públicos:
I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)
2. *Relator Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares.*
3. *http://www.precisaotopografia.eng.br/servicos-topograficos/servicos-topograficos-urbanos/levantamento-planialtimetrico-cadastral*
4. *"Art. 436. Nas sessões ordinárias, será observada, preferencialmente, a seguinte ordem de trabalho:*
Parágrafo único. Incluem-se nas comunicações a que se refere o inciso II, dentre outros casos previstos nesse Regimento:
(...)
IV - arquivamento de denúncias e representações em juízo de admissibilidade;
(...)"
5. *"Art. 32. Como Relator, compete ao Conselheiro:*
(...)
XII - exercer o juízo de admissibilidade, presidir a instrução, relatar e adotar as medidas necessárias, inclusive de natureza cautelar, nos processos de denúncia e representação, bem como na hipótese do art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, e nas comunicações originárias da Ouvidoria;
(...)"
6. *"Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização.*
(...)
§ 2º O relator poderá determinar o encerramento do processo, em sede de juízo de admissibilidade, nas hipóteses previstas regimentalmente.
(...)"

PROCESSO Nº: 593359/16
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
INTERESSADO: CAMILA GUEDES, CASA DE APOIO SETE ANJOS, CLAUDIO CESAR CASAGRANDE, CLEUSA OLIVEIRA DO PRADO, ELISANGELA MAZAROTO, KARLA MIRIAN DA SILVA SANTOS, LOUVANIR JOÃOZINHO MENEGUSSO, MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
PROCURADORES: JOSE ARI NUNES
ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
DESPACHO: 549/21
Em atenção à incorreção verificada no Despacho nº 522/21-GCAML (peça 99), faz-se necessária sua retificação, para que passe a constar nos seguintes termos:
Nos termos do art. 32, I e V, do Regimento Interno, determina-se à Diretoria de Protocolo:
I – Por meio eletrônico, ou, na impossibilidade, por ofício acompanhado de AR, a intimação do MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO, na pessoa de seu representante legal, para que este, no prazo de 15 (quinze) dias, comprove nos presentes autos o pagamento, o parcelamento do débito ou o ajuizamento da execução fiscal referente à Certidão de Débito nº 623/20, sob pena de eventual aplicação de sanções previstas na Lei Complementar n° 113/2005, entre as quais a restrição à obtenção online da Certidão Liberatória;
II – Em havendo resposta protocolada no prazo, encaminhe-se à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para nova manifestação. Retorne o processo a este Gabinete no caso de resposta protocolada extemporaneamente
III - Retorne o processo a este Gabinete no caso de resposta protocolada extemporaneamente.
Gabinete do Relator, 7 de maio de 2021.
ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
Conselheiro Relator
wk

Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES

Sem publicações

Conselheiro IVAN LELIS BONILHA

PROCESSO N.º: 257450/21
ENTIDADE: 5ª CÂMARA CÍVEL - PROJUDI
INTERESSADO: 5ª CÂMARA CÍVEL - PROJUDI
PROCURADOR/ADVOGADO:
ASSUNTO: REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO: 579/21
Trata-se de Requerimento Externo originário da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por meio do qual envia notificação a servidor desta Corte, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, sejam prestadas informações nos Embargos de Declaração nº 0067270-25.2020.8.16.0000/2.
A Diretoria Jurídica – DIJUR emitiu a Informação nº 290/21[1], esclarecendo que ditos embargos foram opostos nos autos de Mandado de Segurança nº 067270-25.2020.8.16.0000, cujos atos têm sido acompanhados no bojo do Requerimento Externo nº 721951/20 e seus apensos.
Salienta que o número de registro do feito judicial principal não foi alterado pela oposição dos embargos, de modo que os posteriores andamentos constituem fase de um mesmo processo, acautelado sob igual signo numérico.
Assim, para manter o acompanhamento em um mesmo procedimento e para que não haja duplicidade, a DIJUR sugere o encerramento deste expediente.
Por determinação da Presidência (Despacho nº 1177/21-GP[2]), vêm os autos a este gabinete para deliberação, haja vista que os referidos embargos declaratórios estão relacionados à Tomada de Contas Extraordinária nº 641214/20, de minha relatoria.
Pois bem.
Não obstante o opinativo da DIJUR pelo imediato encerramento do presente expediente, entendo mais adequado que seja ele apensado ao Requerimento Externo nº 721951/20, tal como ocorreu quando do recebimento das demais notificações advindas do mesmo processo judicial.
Convém assinalar não ter restado esclarecido pela DIJUR se foi ou será atendida a notificação judicial contida neste protocolado, mediante a prestação das informações nos embargos de declaração.
Diante disso, retornem os autos ao Gabinete da Presidência, com a sugestão de encaminhamento à DIJUR para as providências pertinentes em relação ao apensamento deste expediente ao Requerimento Externo nº 721951/20 e ao atendimento da notificação judicial.
Publique-se.
Curitiba, 6 de maio de 2021.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____
1. *Peça 3.*
2. *Peça 4.*

PROCESSO N.º: 962067/15
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS
INTERESSADO: ADELMO LUIZ KLOSOWSKI, GILVAN PIZZANO AGIBERT, JOAO CARLOS DOS SANTOS, JOAO HULHAK SOBRINHO, MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS, OSNEI STADLER, ROBISOM ANTONELI IENKE, SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE PRUDENTÓPOLIS
PROCURADOR/ADVOGADO: ANTONIO MARCOS PENTEADO DE CARVALHO
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE TRANSFERÊNCIA
DESPACHO: 580/21
Vieram os autos a este Gabinete em razão da juntada de procuração às peças processuais 65-66, em que os senhores Gilan Pizzando Agibert e Josão Carlos dos Santos outorgam poderes ao advogado Antônio Marcos Penteado de Carvalho.
Analisando as informações do processo, denota-se que a Diretoria de Protocolo já realizou a inclusão do advogado na autuação do feito.
Não havendo mais providências, retornem os autos ao arquivo.
Publique-se.
Curitiba, 6 de maio de 2021.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

PROCESSO N.º: 281776/17
ENTIDADE: AGÊNCIA CURITIBA DE DESENVOLVIMENTO S/A
INTERESSADO: AGÊNCIA CURITIBA DE DESENVOLVIMENTO S/A, ANA CRISTINA MARTINS ALESSI, FREDERICO AUGUSTO MUNHOZ DA ROCHA LACERDA, GINA GULINELI PALADINO
PROCURADOR/ADVOGADO: CAMILA COTOVICZ FERREIRA, CASSIO PRUDENTE VIEIRA LEITE, GUILHERME MALUCELLI, GUSTAVO BONINI GUEDES, JAYNE PAVLAK DE CAMARGO, LUIZ PAULO MULLER FRANQUI
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
DESPACHO: 581/21
À peça 105, a Coordenadoria de Monitoramento e Execuções - CMEX atesta que o montante recolhido por Gina Gulineli Paladino, correspondente à multa administrativa imposta no item II do Acórdão nº 1337/20-S2C (peça 69), está correto, motivo pelo qual recomenda a baixa de sua responsabilidade pecuniária, conforme Instrução nº 332/21.
Portanto, autorizo a baixa de responsabilidade de Gina Gulineli Paladino, nos termos do Art. 514[1] do Regimento Interno, sem prejuízo ao resultado do julgamento das contas (Art. 504[2] do Regimento).
Encaminhe-se à CMEX para expedir a respectiva Certidão de Quitação.
Não havendo outras medidas executórias a serem adotadas, desde logo declaro encerrado este processo, determinando o arquivamento dos autos junto à Diretoria de Protocolo, nos termos do Art. 398, § 4º[3], e do Art. 168, VII[4], ambos do Regimento Interno deste Tribunal.
Publique-se.
Curitiba, 6 de maio de 2021.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____
1. *Art. 514. Comprovado o recolhimento integral e/ou adimplidas as obrigações de fazer ou não fazer, o Tribunal expedirá a certidão de quitação do débito, da obrigação ou da multa, com a consequente baixa de responsabilidade.*
2. *Art. 504. Provado o pagamento integral, o Tribunal expedirá a quitação do débito ou da multa ao responsável.*
Parágrafo único. O pagamento integral do débito ou da multa não importa em modificação do julgamento quanto à irregularidade das contas.
3. *Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (...)*
§ 4º Os processos julgados regulares com ressalvas, ou contendo determinações e recomendações, após as devidas anotações e cumprimento das eventuais comunicações, serão encerrados, mediante despacho do Relator.
4. *Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (...)*
VII – arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio;

PROCESSO N.º: 192142/20
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
INTERESSADO: CLAUDIO CESAR CASAGRANDE
PROCURADOR/ADVOGADO: ADRIANE TEREBINTO DI BACCO
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
DESPACHO: 582/21
Presentes os requisitos de admissibilidade (tempestividade, adequação procedimental, legitimidade e interesse), com fundamento no Art. 490[1] do Regimento, recebo, em seu efeito suspensivo, os Embargos de Declaração interpostos por Cláudio Cesar Casagrande (peça 28).
À Diretoria de Protocolo, para nova autuação, observada a regra do § 1º do Artigo mencionado.
Após, retornem.
Publique-se.
Curitiba, 6 de maio de 2021.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____
1. *Art. 490. Cabem Embargos de Declaração, no prazo de 5 (cinco) dias, com efeito suspensivo, quando a decisão:*
I – contiver obscuridade, dúvida ou contradição; ou
II – omitir ponto sobre o qual deveria pronunciar-se.
§ 1º Os Embargos de Declaração serão distribuídos ao Relator que houver proferido a decisão embargada e será incluído em pauta para julgamento no órgão colegiado em que foi proferida essa mesma decisão.
§ 2º A interposição de Embargos de Declaração interrompe o prazo para interposição de recursos contra a decisão embargada, desde que tempestivos.
§ 3º Não haverá nova instrução da unidade administrativa, nem nova manifestação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.
§ 4º O relator poderá decidir os embargos de declaração independentemente de nova autuação e sem submetê-lo ao órgão colegiado quando interpostos contra decisão monocrática.

PROCESSO N.º: 257477/21
ENTIDADE: 5ª CÂMARA CÍVEL - PROJUDI
INTERESSADO: 5ª CÂMARA CÍVEL - PROJUDI
PROCURADOR/ADVOGADO:
ASSUNTO: REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO: 585/21
Trata-se de Requerimento Externo originário da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por meio do qual envia notificação a servidor desta Corte, a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, sejam prestadas informações nos Embargos de Declaração nº 0067270-25.2020.8.16.0000/2.
A Diretoria Jurídica – DIJUR emitiu a Informação nº 291/21[1], esclarecendo que ditos embargos foram opostos nos autos de Mandado de Segurança nº 067270-25.2020.8.16.0000, cujos atos têm sido acompanhados no bojo do Requerimento Externo nº 721951/20 e seus apensos.
Salienta que o número de registro do feito judicial principal não foi alterado pela oposição dos embargos, de modo que os posteriores andamentos constituem fase de um mesmo processo, acautelado sob igual signo numérico.

Assim, para manter o acompanhamento em um mesmo procedimento e para que não haja duplicidade, a DIJUR sugere o encerramento deste expediente.
Por determinação da Presidência (Despacho nº 1178/21-GP[2]), vêm os autos a este gabinete para deliberação, haja vista que os referidos embargos declaratórios estão relacionados à Tomada de Contas Extraordinária nº 641214/20, de minha relatoria.
Pois bem.
Não obstante o opinativo da DIJUR pelo imediato encerramento do presente expediente, entendo mais adequado que seja ele apensado ao Requerimento Externo nº 721951/20, tal como ocorreu quando do recebimento das demais notificações advindas do mesmo processo judicial.
Convém assinalar não ter restado esclarecido pela DIJUR se foi ou será atendida a notificação judicial contida neste protocolado, mediante a prestação das informações nos embargos de declaração.
Diante disso, retornem os autos ao Gabinete da Presidência, com a sugestão de encaminhamento à DIJUR para as providências pertinentes em relação ao apensamento deste expediente ao Requerimento Externo nº 721951/20 e ao atendimento da notificação judicial.
Publique-se.
Curitiba, 6 de maio de 2021.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____
__1__. Peça 3.
__2__. Peça 4.

PROCESSO N.º: 574234/17
ENTIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
INTERESSADO: CARLOS ALBERTO GEBRIM PRETO, JOSE JURACY MACEDO, JULIANO SCHIMIDT GEVAERD, LEONARDO BITTENCOURT GASPARIN, LUÍS GUSTAVO LORGA, MANOEL PIRES DE PAIVA, MARCIA CECILIA HUÇULAK, MARIA TERESA RODRIGUES PAHL, MAXIMO BRUNO DUCCI, MICHELE CAPUTO NETO, MV SISTEMAS LTDA, OLGA REGINA COTOVICZ DE CASTRO DEUS, PAULO LUIZ ALVES MAGNUS, PYTHAGORAS SCHEMIDT SCHROEDER, SEZIFREDO PAULO ALVES PAZ, VINICIUS AUGUSTO FILIPAK
PROCURADOR/ADVOGADO: ARMANDO JOSE PEREIRA DE BARROS JUNIOR, CARLOS ALEXANDRE LORGA, FABRICIO DA SILVA FIGUEIRA, HENRIQUE SBRISSIA, IGOR XAVIER ARMENIO PEREIRA, RAFAEL SBRISSIA
ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA
DESPACHO: 586/21
Encaminhem-se os autos à 3ª Inspetoria de Controle Externo – 3ICE para que proceda à juntada da documentação indicada pela 7ª Inspetoria de Controle Externo – 7ICE na Instrução nº 31/21[1].
Na sequência, retornem à 7ICE.
Publique-se.
Curitiba, 6 de maio de 2021.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____
__1__. Peça 342.

PROCESSO N.º: 203696/13
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE TIBAGI
INTERESSADO: EMANUELLE DE ALMEIDA RAVARENA, MUNICÍPIO DE TIBAGI, SILVIO JOSÉ BITTENCOURT, SINVAL FERREIRA DA SILVA
PROCURADOR/ADVOGADO: ADRIANE TEREBINTO DI BACCO
ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA
DESPACHO: 587/21
Em atenção à solicitação formulada pelo Ministério Público de Contas em seu Parecer nº 382/21-2PC[1], encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para proceder ao desentranhamento do Parecer nº 238/21-2PC[2].
Após, remetam-se à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções – CMEX, nos termos do Despacho nº 437/21-GCILB[3].
Publique-se.
Curitiba, 6 de maio de 2021.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____
__1__. Peça 111.
__2__. Peça 108.
__3__. Peça 109.

PROCESSO N.º: 207330/21
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO
INTERESSADO: CAMILA PAULA BERGAMO, EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS, MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, SILVIA FERNANDA NUNES
PROCURADOR/ADVOGADO:
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
DESPACHO: 588/21
Ciente do peticionamento às peças 17 a 21.
Retornem os autos à Diretoria de Protocolo, para aguardar o decurso de prazo.
Após, à Coordenadoria de Gestão Municipal e ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, para instrução e parecer, respectivamente, nos termos do Despacho n.° 571/21 (peça 24), considerando que eventual encerramento do processo dependerá de decisão colegiada, conforme o artigo 398[1], §3º, do Regimento Interno desta Corte.
Publique-se.
Curitiba, 6 de maio de 2021.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____
__1__. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
(...)
§ 3º Nos demais casos o encerramento de processo dependerá de decisão colegiada. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)

PROCESSO Nº: 377056/17
ENTIDADE: PARANAGUA PREVIDENCIA
INTERESSADO: ADRIANA MAIA ALBINI, MARCELO ELIAS ROQUE, MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, ODAIR JOSE PEREIRA, PARANAGUA PREVIDENCIA, RAUL DA GAMA E SILVA LUCK, SUELI APARECIDA GOMES RODRIGUES
PROCURADOR/ADVOGADO: ACYR CORREIA NETO, ADRIANA PENICHE DOS SANTOS, ALEXANDRE GONÇALVES RIBAS, AMANDA DOS SANTOS DOMARESKI, ANA CARLA MENEZES PATRIOTA, ANTONIO JULIO MACHADO LIMA FILHO, BRUNNA HELOUISE MARIN, EDISON SANTIAGO FILHO, FERNANDA GRECA MARTINS, FILIPE ALMEIDA DOMINGUES, FRANCIENY GABRIELI DAS NEVES MATOZO, KELLY CHRISTINA FROTA KRAVITZ PECINI, LEÃO SALOMÃO NETO, LISIENNE DO ROCIO DE MELLO MARON MACHADO LIMA, MARCO AURELIO PEREIRA MACHADO, PAULA SCOMAÇÃO PEREIRA DE CARVALHO D´AGOSTINI, PAULO CHARBUB FARAH, REGINALDO MARTINS, ROBERTO TSUGUIO TANIZAKI
ASSUNTO: ATO DE INATIVAÇÃO
DESPACHO: 589/21
Acolho a sugestão do Ministério Público de Contas, conforme Parecer nº 303/21-4PC (peça 166).
Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo, com o fim de que, nos termos regimentais, proceda à intimação da Paranaguá Previdência para que, no prazo de 15 (quinze) dias:
I. Apresente a memória de cálculo do benefício, discriminando o valor correto dos proventos desde a data da inativação originária ocorrida em maio de 2017, até o mês corrente;
II. Informe os índices de correção aplicados até abril de 2021;
III. Informe quais providências foram adotadas em relação aos pagamentos a maior, esclarecendo a forma como irá proceder à respectiva compensação dos valores pagos indevidamente;
IV. Anexe as fichas financeiras de fevereiro, março e abril de 2021, bem como os documentos comprobatórios da efetiva alteração do montante dos proventos pagos à segurada, a partir de março de 2021;
V. Informe no SIAP todos os dados pertinentes ao ato de retificação levado a efeito pela Portaria nº 22/2021.
Cumprida a diligência, encaminhe-se o expediente à Coordenadoria de Gestão Municipal, para instrução.
Publique-se.
Curitiba, 7 de maio de 2021.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

Conselheiro JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL

Sem publicações

Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO

Sem publicações



Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES

PROCESSO Nº: 300014/18
ORIGEM: MUNICÍPIO DE SABÁUDIA
INTERESSADO: EDSON HUGO MANUEIRA, MOACIR RODRIGUES BORÇATO POLETTO, MOISÉS SOARES RIBEIRO, MUNICÍPIO DE SABÁUDIA
ASSUNTO: ATO DE INATIVAÇÃO
DESPACHO: 562/21
1. Remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo, a fim de que seja intimado o Município de Sabáudia, para atendimento, no prazo de 15 (quinze) dias, ao contido na Instrução nº 888/21, elaborada pela Coordenadoria de Gestão Municipal (peça 60).
2. Publique-se.
Tribunal de Contas, 5 de maio de 2021.
Cinthya Pedron Caciatori
Diretora de Gabinete[1]

_____
__1__. Delegação promovida pela Instrução de Serviço nº 82/2014, publicada no Diário Eletrônico deste Tribunal sob nº 987, em 16/10/2014.

PROCESSO Nº: 30519/13
ORIGEM: CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA
INTERESSADO: ADALBERTO JORGE GELBECKE JUNIOR, CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, CLAUDIA QUEIROZ GUEDES, EDITORA O ESTADO DO PARANÁ S/A, JOAO CARLOS MILANI SANTOS, JOÃO CLAUDIO DEROSSO, LUIZ EDUARDO GLUCK TURKIEWICZ, NELSON GONCALVES DOS SANTOS, RELINDO SCHLEGEL, VISAO PUBLICIDADE LTDA – EPP
PROCURADOR: ALISSON LUIZ NICHEL, ALVARO AUGUSTO CASSETARI, ANA LETICIA LOCH GUSMAN, ANDRÉ LEONARDO MEERHOLZ, ANTONIO AUGUSTO FIGUEIREDO BASTO, FERNANDA FORTUNATO MAFRA RIBEIRO, FRANCISCO AUGUSTO ZARDO GUEDES, IVO ARY MEIER JUNIOR, JULIO CESAR BROTTO, KISCIA BASTIAN, LUIS GUSTAVO RODRIGUES FLORES, LUIS HENRIQUE BRAGA MADALENA, MARCELO JOSE CISCATO, MARCOS PAULO DE CASTRO PEREIRA, MARIANA COSTA GUIMARAES, MAURICIO ANTONIO PELLEGRINO ADAMOWSKI, RAFAELA CASSETARI SAVARIS, RENE ARIEL DOTTI, RODOLFO HEROLD MARTINS, ROGERIA FAGUNDES DOTTI, THIAGO LIMA BREUS, VANESSA CRISTINA CRUZ CHEREMETA
ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA
DESPACHO: 570/21
1. Tendo em vista a comprovação do recolhimento dos valores a que se refere o item "g" do Acórdão nº 5562/15 – S1C de 17/11/2015 (peça 413), conforme as manifestações favoráveis contidas na Instrução nº 336/21 da Coordenadoria de Monitoramento e Execuções e no Parecer nº 301/21 do Ministério Público de Contas, remetam-se os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, para expedição de certidão de quitação de débito relativa ao presente processo em favor de RELINDO SCHLEGEL, CPF nº 098.701.301-78, com a consequente baixa de responsabilidade pecuniária, nos termos do art. 514 do Regimento Interno.
2. Publique-se.
Tribunal de Contas, 6 de maio de 2021.
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Conselheiro

PROCESSO Nº: 596987/19
ORIGEM: CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
INTERESSADO: CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU, NILSON RIBEIRO CHAGAS
ASSUNTO: RECURSO DE REVISTA
DESPACHO: 572/21
1. Tendo em vista a comprovação do recolhimento dos valores a que se refere o item II do Acórdão nº 2196/19 – Primeira Câmara (peça 33) e mantido pelo Acórdão nº 2443/2020 - Tribunal Pleno (peça 46), conforme as manifestações favoráveis contidas na Instrução nº 328/21 da Coordenadoria de Monitoramento e Execuções e no Parecer nº 290/21 do Ministério Público de Contas, remetam-se os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, para expedição de certidão de quitação de débito relativa ao presente processo em favor de NILSON RIBEIRO CHAGAS, CPF nº 016.443.929-33, com a consequente baixa de responsabilidade pecuniária, nos termos do art. 514 do Regimento Interno, sem prejuízo da manutenção do julgamento das presentes contas.
2. Após, à Diretoria de Protocolo, para encerramento do processo e arquivamento.
3. Publique-se.
Tribunal de Contas, 6 de maio de 2021.
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Conselheiro

PROCESSO Nº: 314895/17
ORIGEM: MUNICÍPIO DE IPORÃ
INTERESSADO: ARISTIDES ANTONIO CAMPOS, ROBERTO DA SILVA, SERGIO LUIZ BORGES
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
DESPACHO: 573/21
1. Tendo em vista a comprovação do recolhimento dos valores a que se refere o item '2' do Acórdão de Parecer Prévio nº 385/2020 - Segunda Câmara (peça 94), conforme as manifestações favoráveis contidas na Instrução nº 288/21 da Coordenadoria de Monitoramento e Execuções e no Parecer nº 248/21 do Ministério Público de Contas, remetam-se os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, para expedição de certidão de quitação de débito relativa ao presente processo em favor de ROBERTO DA SILVA, CPF nº 916.753.089-34, com a consequente baixa de responsabilidade pecuniária, nos termos do art. 514 do Regimento Interno, sem prejuízo da manutenção do julgamento das presentes contas.
2. Após, à Diretoria de Protocolo, para encerramento do processo e arquivamento.
3. Publique-se.
Tribunal de Contas, 6 de maio de 2021.
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Conselheiro

Auditor SERGIO RICARDO VALADARES FONSECA

PROCESSO N.°: 506481/19
ASSUNTO: RECURSO DE REVISTA
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE ADRIANÓPOLIS
RECORRENTE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS (ADRIPREV)
DECISÃO IMPUGNADA: ACÓRDÃO N.° 1810/19 – SEGUNDA CÂMARA
PROCURADORA: LILIANE APARECIDA COELHO
RELATOR: SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
DESPACHO N.°: 272/21
ADMISSIBILIDADE DE RECURSO
EMENTA
Embargos de Declaração. Verificação dos pressupostos de admissibilidade: tempestividade, adequação procedimental, legitimidade e interesse. Conhecimento dos embargos.
FUNDAMENTOS E DECISÃO
Trata-se de embargos de declaração com pedido de efeitos modificativos (peça 168) opostos pelo INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS (ADRIPREV) em face do Acórdão n.° 793/21 – Pleno (peça 164), por meio do qual este Tribunal negou provimento a recurso de revista interposto pelo ora embargante.
Os embargos são tempestivos, já que a decisão foi publicada no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná em 29/4/2021 (peça 165) e a presente impugnação foi oposta em 6/5/2021 (peça 167) – sendo observado, portanto, o prazo de 5 dias úteis previsto no artigo 76 da Lei Complementar Estadual n.° 113/2005[1] e no artigo 490 do Regimento Interno deste Tribunal[2].
Os embargos de declaração são instrumento processual adequado para suprir eventual omissão do Tribunal em suas decisões, nos termos do artigo 76, inciso II, da Lei Complementar Estadual n.° 113/2005 e do artigo 490, inciso II, do Regimento Interno.
O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS (ADRIPREV), na qualidade de parte do presente processo, é legitimado a opor embargos de declaração, nos termos do artigo 66 da Lei Complementar Estadual n.° 113/2005[3] e do artigo 474 do Regimento Interno[4].
Considerando que a oposição dos embargos visa a suprir suposta omissão em decisão que diz respeito à parte – sendo medida adequada e necessária para se alcançar esse objetivo –, está configurado o interesse recursal.
Dessa maneira, com fundamento no artigo 69 da Lei Complementar Estadual n.° 113/2005[5], conheço dos embargos de declaração.
Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para nova autuação, nos termos do artigo 477, § 2º, do Regimento Interno.
Curitiba, 7 de maio de 2021.
SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
Relator

_____
__1__. Art. 76. Cabem Embargos de Declaração, no prazo de 5 (cinco) dias, com efeito suspensivo, quando a decisão:
I – contiver obscuridade, dúvida ou contradição; ou,
II – omitir ponto sobre o qual deveria pronunciar-se.
__2__. Art. 490. Cabem Embargos de Declaração, no prazo de 5 (cinco) dias, com efeito suspensivo, quando a decisão:
I - contiver obscuridade, dúvida ou contradição; ou
II - omitir ponto sobre o qual deveria pronunciar-se.
__3__. Art. 66. Estão legitimados a interpor recurso, quem foi parte no processo, o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e o terceiro interessado ou prejudicado.
__4__. Art. 474. Estão legitimados a interpor recurso quem foi parte no processo, o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, representado por seu Procurador-Geral, e o terceiro interessado ou prejudicado.
__5__. Art. 69. A petição recursal, acompanhada das razões, será dirigida ao Relator, que deverá efetuar o juízo de admissibilidade, relativo à tempestividade, adequação procedimental, legitimidade e interesse.

PROCESSO N.°: 497920/08
ASSUNTO: ATO DE INATIVAÇÃO
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE PALMITAL
INTERESSADA: CLEIDE CUSTÓDIO OLIVEIRA DE SOUZA
RELATOR: SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
DESPACHO N.°: 273/21
Encaminhem-se os autos ao Ministério Público de Contas para sua manifestação.
Curitiba, 7 de maio de 2021.
FERNANDO JOSÉ DOS SANTOS DUTRA
TC 52253-8[1]

_____
__1__. Nos termos da Instrução de Serviço n.° 139/2019 (Publicada em 31/10/2019 na edição n.° 2176 do Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná).

PROCESSO N.°: 624455/15
ASSUNTO: ATO DE INATIVAÇÃO
ENTIDADE: REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANÁ
INTERESSADA: MARIA APARECIDA DE SOUZA
RELATOR: SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
DESPACHO N.°: 274/21
Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para que proceda, por meio eletrônico, à intimação do REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANÁ, na pessoa de seu atual representante legal, a fim de que, no prazo de 15 dias:
1) apresente cópia do ato de retificação da aposentadoria da servidora, demonstrando a respectiva publicação; e
2) insira os respectivos dados no Sistema Integrado de Atos de Pessoal (SIAP), conforme indicado pela Coordenadoria de Gestão Municipal à página 13 da peça 104.
Curitiba, 7 de maio de 2021.
FERNANDO JOSÉ DOS SANTOS DUTRA
TC 52253-8[1]

_____
__1__. Nos termos da Instrução de Serviço n.° 139/2019 (Publicada em 31/10/2019 na edição n.° 2176 do Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná).

PROCESSO N.°: 395895/17
ASSUNTO: ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE GUARATUBA
RESPONSÁVEIS: CLÁUDIO NAZÁRIO DA SILVA, MORDECAI MAGALHÃES DE OLIVEIRA
RELATOR: SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
DESPACHO N.°: 275/21

Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para que proceda, por meio eletrônico, à intimação da CÂMARA MUNICIPAL DE GUARATUBA, na pessoa de seu atual representante legal, a fim de que, no prazo de 15 dias:

1) insira os dados relativos aos presentes atos de admissão no Sistema Integrado de Atos de Pessoal (SIAP) – considerando, para tanto, os esclarecimentos prestados no processo n.° 178534/21 –, juntando os respectivos documentos a estes autos; e

2) manifeste-se quanto às demais observações da Coordenadoria de Gestão Municipal à peça 149.

Curitiba, 7 de maio de 2021.
FERNANDO JOSÉ DOS SANTOS DUTRA
TC 52253-8[1]

_____

__1__. Nos termos da Instrução de Serviço n.° 139/2019 (Publicada em 31/10/2019 na edição n.° 2176 do Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná).

PROCESSO N.°: 230357/17
ASSUNTO: ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA
RESPONSÁVEL: LUIZ FRANCISCONI NETO
RELATOR: SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
DESPACHO N.°: 276/21

Considerando as observações da Coordenadoria de Gestão Municipal no Parecer n.° 291/21 – CGM (peça 83), encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para que proceda, por meio eletrônico, à intimação do MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, na pessoa de seu atual representante legal, a fim de que, no prazo de 15 dias:

1) apresente o comprovante de publicação, na imprensa oficial, do extrato do contrato celebrado com a entidade organizadora, os comprovantes de capacidade técnica da instituição contratada e os orçamentos fornecidos por outras entidades, nos termos do artigo 12, inciso II, alíneas "b" (segunda parte), "c" e "e", respectivamente, da Instrução Normativa n.° 118/2016 deste Tribunal[1];

2) insira no Sistema Integrado de Atos de Pessoal (SIAP) os dados de outras entidades eventualmente contatadas para obtenção de orçamentos;

3) informe os profissionais responsáveis pela elaboração e correção das questões específicas das provas aplicadas no Concurso Público, juntando os respectivos diplomas;

4) apresente todos os documentos orçamentários e financeiros indicados na Instrução Normativa n.° 118/16 deste Tribunal; e

5) encaminhe a documentação relativa à "fase 4" do processo de admissão de pessoal, nos termos da referida Instrução Normativa.

Curitiba, 7 de maio de 2021.
FERNANDO JOSÉ DOS SANTOS DUTRA
TC 52253-8[2]

_____

__1__. Art. 12. [...]
II - ATOS PREPARATÓRIOS FINAIS:
b) Cópia do contrato firmado com a instituição contratada para execução do processo de seleção de pessoal, na hipótese de execução indireta, com a respectiva publicação do extrato [destaquei];
c) Cópia dos comprovantes de qualificação técnica da instituição apresentados no processo de contratação, inclusive acerca dos procedimentos e sistemas aplicados para garantia do sigilo das provas, na hipótese de execução indireta (registro ou inscrição na entidade profissional competente e comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da contratação);
[...]
e) Comprovação de compatibilidade do valor da contratação com o valor de mercado, na hipótese de dispensa ou de inexigibilidade.
__2__. Nos termos da Instrução de Serviço n.° 139/2019 (Publicada em 31/10/2019 na edição n.° 2176 do Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná).

Auditor THIAGO BARBOSA CORDEIRO

Sem publicações

Auditor CLAUDIO AUGUSTO KANIA

PROCESSO Nº 281211/10
ENTIDADE: INSTITUTO LATINOAMERICANO DE AGROECOLOGIA, EDUCAÇÃO, CAPACITAÇÃO E PESQUISA DA AGRICULTURA CAMPONESA - CONTESTADO - LAPA
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE TRANSFERÊNCIA
RESPONSÁVEIS: INSTITUTO LATINOAMERICANO DE AGROECOLOGIA, EDUCAÇÃO, CAPACITAÇÃO E PESQUISA DA AGRICULTURA CAMPONESA - CONTESTADO - LAPA, LUCIMAR DA ANUNCIAÇÃO DE OLIVEIRA, LUIS CLOVIS SCHONS E SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR.
DESPACHO 399/21

Considerando o disposto no art. 1º, inciso VIII[1], da Instrução de Serviço nº 032/2012[2] c/c o art. 1º da Instrução de Serviço nº 053/13[3] e considerando as manifestações uniformes da Coordenadoria de Gestão Estadual e da representante do Ministério Público, determino o encerramento do processo, haja vista o contido no art. 398 do Regimento Interno[4].

Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para as providências cabíveis, nos termos do art. 168, inciso VII, do Regimento Interno[5].

Publique-se.

Curitiba, 06 de maio de 2021.
Edgar Antônio dos Santos
Analista de Controle

_____

__1__. Art. 1º - Ficam delegados aos servidores deste Gabinete, ACE JERUSA HELENA PIAZ KLOCK, matrícula nº 51.281-8, e ACE MARCELO DA SILVA BENTO, matrícula nº 50.719-9, os despachos de mero expediente, sem caráter decisório, em processos que me foram distribuídos, nas seguintes hipóteses:
(...)
VIII- autorização e determinação de encerramento e arquivamento de processos, acolhendo pareceres uniformes da unidade técnica e do representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.
__2__. Publicada no periódico 'Atos Oficiais Eletrônicos' nº 333 de 20/01/2012, fls. 139 e 140.
__3__. Art. 1º O caput do art. 1º, da Instrução de Serviço nº 50/2013, publicada no periódico "Diário Eletrônico do Tribunal de Contas" nº 603, de 21/03/2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:
"Art. 1º Ficam delegados aos servidores deste Gabinete, EDGAR ANTONIO DOS SANTOS, Analista de Controle, matrícula nº 51.250-8, LUCIANO DINIS DE SOUZA, Analista de Controle, matrícula nº 51.738-0, MARCELO DA SILVA BENTO, Analista de Controle, matrícula nº 50.719-9, e PAULA FONSECA CAMERA, Analista de Controle, matrícula nº 51.702-0, os despachos de mero expediente, sem caráter decisório, em processos que me foram distribuídos, nas seguintes hipóteses:"
__4__. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
§ 2º O relator poderá determinar o encerramento do processo, em sede de juízo de admissibilidade, nas hipóteses previstas regimentalmente. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
§ 3º Nos demais casos o encerramento de processo dependerá de decisão colegiada. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
§ 4º Os processos julgados regulares com ressalvas, ou contendo determinações e recomendações, após as devidas anotações e cumprimento das eventuais comunicações, serão encerrados, mediante despacho do Relator. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
__5__. Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)

Auditor TIAGO ALVAREZ PEDROSO

Sem publicações



Sem publicações

Comissão Permanente de Proc. Administrativo Disciplinar

Sem publicações



Sem publicações



Sem publicações

TCEPR

INSTITUTO RUI BARBOSA

Sem publicações

TCEPR

ATOS DIVERSOS

Resenhas de Distribuição

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2302/2021
Processo Nº: 185972/21
Data e hora da distribuição: 07/05/2021 07:52:40
Assunto: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
Entidade: MUNICÍPIO DE INAJÁ
Interessado: CLEBER GERALDO DA SILVA
Exercício: 2020
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2303/2021
Processo Nº: 186162/21
Data e hora da distribuição: 07/05/2021 07:56:47
Assunto: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
Entidade: CAIXA DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE INAJÁ
Interessado: HÉLIO RODRIGUES DE JESUS
Exercício: 2020
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Auditor TIAGO ALVAREZ PEDROSO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2304/2021
Processo Nº: 265607/21
Data e hora da distribuição: 07/05/2021 10:18:21
Assunto: RECURSO DE AGRAVO
Entidade: FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO PARANA
Interessado: ALEXANDRE LOPES KIREEFF, CARLOS ALBERTO GEBRIM PRETO, FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO PARANA, MARCELO BELINATI MARTINS, MICHELE CAPUTO NETO, MUNICÍPIO DE LONDRINA, PAULO CESAR ALVES DE AZEVEDO E ALMEIDA (FALECIDO(A) EM 2017)
Exercício:
Modalidade de distribuição: distribuído ao relator do processo originário conforme Art. 477, § 2º, do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2305/2021
Processo Nº: 266190/21
Data e hora da distribuição: 07/05/2021 11:13:26
Assunto: ADITIVO DE CONVÊNIO E CONGÊNERES
Entidade: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANA
Exercício:
Modalidade de distribuição: conforme Art. 522 do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro Presidente FABIO DE SOUZA CAMARGO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2306/2021
Processo Nº: 285624/21
Data e hora da distribuição: 07/05/2021 12:23:24
Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
Entidade: COMPANHIA PARANAENSE DE GAS
Interessado: AUX CONTACT CENTER EIRELI
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2307/2021
Processo Nº: 271305/21
Data e hora da distribuição: 07/05/2021 12:39:37
Assunto: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Entidade: VALDOMIRO ABRAAO PERSCH
Interessado: EDSON JUCEMAR HOFFMANN PRADO, MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU, NELTO CELA ZOLET, VALDOMIRO ABRAAO PERSCH, VALDOMIRO PERSCHE ME
Exercício:
Modalidade de distribuição: distribuído ao relator do processo originário conforme Art. 477, § 2º, do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2308/2021
Processo Nº: 231613/21
Data e hora da distribuição: 07/05/2021 14:41:06
Assunto: ADITIVO DE CONTRATO
Entidade: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, V1 CINEVIDEO LTDA
Exercício:
Modalidade de distribuição: conforme Art. 522 do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro Presidente FABIO DE SOUZA CAMARGO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2309/2021
Processo Nº: 255598/21
Data e hora da distribuição: 07/05/2021 14:54:56
Assunto: RECURSO DE REVISTA
Entidade: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO
Interessado: GISELE POTILA FACCIN GUI, JOÃO PERICLES MARTINATI
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2310/2021
Processo Nº: 206503/21
Data e hora da distribuição: 07/05/2021 17:12:25
Assunto: ATOS DE CONTRATAÇÃO DO TRIBUNAL
Entidade: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Exercício:
Modalidade de distribuição: conforme Art. 522 do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro Presidente FABIO DE SOUZA CAMARGO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2311/2021
Processo Nº: 76710/19
Data e hora da distribuição: 07/05/2021 18:41:15
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: MUNICÍPIO DE IBIPORÃ
Interessado: ALAIANA CARINA DE MEDEIROS, AMANDA CAMILOTTI SIQUEIRA, ANA LUIZA BORTOLLETO DA SILVA SANTOS, ANA PAULA BORGES DA SILVA, ANGELA BIZARRIA DE OLIVEIRA, CRISTIANO PINHEIRO CARDOSO, FABIANA VIEIRA BATISTA, FLAVIA FABIANI RAVAGNANI SUZUKI, GABRIELA SANCHES GALAN DOS SANTOS, GENIVALDO COLHERI E OUTROS.
Exercício: 2016
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Auditor CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2312/2021
Processo Nº: 85140/19
Data e hora da distribuição: 07/05/2021 18:41:25
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: MUNICÍPIO DE IBIPORÃ
Interessado: ALEXANDRE JOSE DA SILVA, ALINE SILVA ESCOBAR, ALLINSON CLAYTON DE SOUZA, ANGELICA CRISTINA DOS SANTOS, CINTIA RAFAELA WEIGERT SUBTIL, DRIELLY MOIMAS DE ALMEIDA, FERNANDO SANTANA MARQUES, ISAAC ANTONIO DOS SANTOS, ISSA YOUSSEF ISSA, JANAINA DA SILVA CAETANO ROCHA E OUTROS.
Exercício: 2014
Modalidade de distribuição: dependência ao processo n.º 393410/15, conforme Art. 346 inciso II do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2313/2021
Processo Nº: 480350/20
Data e hora da distribuição: 07/05/2021 18:41:33
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: MUNICÍPIO DE MAMBORÊ
Interessado: INES MACHADO SANTOS, IZAURA REGINA DE PADUA PINTO, MARCIA REGINA VIEIRA DE SOUZA, MUNICÍPIO DE MAMBORÊ, RICARDO RADOMSKI, SANDRA APARECIDA ENGLER DOS SANTOS, VANESSA DOS SANTOS SILVA
Exercício: 2020
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2314/2021
Processo Nº: 246420/19
Data e hora da distribuição: 07/05/2021 18:41:42
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: MUNICÍPIO DE IBIPORÃ
Interessado: JOÃO TOLEDO COLONIEZI, JOSÉ MARIA FERREIRA, MUNICÍPIO DE IBIPORÃ, PATRICIA ALETHEA ALVES
Exercício: 2014
Modalidade de distribuição: dependência ao processo n.º 393410/15, conforme Art. 346 inciso II do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2315/2021
Processo Nº: 750997/17
Data e hora da distribuição: 07/05/2021 18:41:51
Assunto: ATO DE INATIVAÇÃO
Entidade: FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA-FILIAL
Interessado: FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA-FILIAL, LUIZ NICACIO, MARCELO BELINATI MARTINS, MARCO ANTONIO BACARIN, MARCOS JOSE DE LIMA URBANEJA, SHORAIA DE CASTRO
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2316/2021
Processo Nº: 597258/19
Data e hora da distribuição: 07/05/2021 18:42:03
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: MUNICÍPIO DE DOUTOR CAMARGO
Interessado: CLAUDIO MATIOLLI LONGUI, EDILEN HENRIQUE XAVIER, ELAINE CRISTINA DE SOUZA PEREIRA, MARCIO GOMES DA SILVA, MUNICÍPIO DE DOUTOR CAMARGO, SILVANA CRISTINA PIVATO
Exercício: 2019
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2317/2021
Processo Nº: 606431/18
Data e hora da distribuição: 07/05/2021 18:42:13
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
Interessado: ALANA ELIZA LEONARDI, ALEXANDRE DA SILVA, ALICE RISCZIK, ALINE CADENA RECARCATI, ALLISSON ANTONIO PATRIARCA PEREIRA, ANA CAROLINA SOSTER CAVALHEIRO, ANA CAROLINE DE MELLO, ANA CLAUDIA DREHER, ANA ELIZA RIBEIRO, ANA LUCIA GUERRAE OUTROS.
Exercício: 2016
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Impedimentos:

Editais

PROCESSO Nº: 385897/20
ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA
ENTIDADE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO: ELBIO GONÇALVES MAICH (CPF: 207.442.000-59)
EDITAL Nº 27/21
Em cumprimento ao Despacho nº 491/2021, do Relator do processo, CONSELHEIRO JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, pelo presente Edital fica CITADO o Sr. ELBIO GONÇALVES MAICH (CPF: 207.442.000-59), para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do término do prazo deste Edital[1], apresentar ao Tribunal as razões de contraditório no processo acima citado, em atenção ao disposto no art. 357 c/c o art. 381, IV, § 1º, "e" e § 2º e art. 386, V do Regimento Interno do Tribunal.
Diretoria de Protocolo, em 7 de maio de 2021.
PAULO SERGIO MOURA SANTOS
Diretor
TC 51.560-4

__1__. O prazo deste Edital é de 30 (trinta) dias contados de sua publicação, conforme § 2º do art. 381 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

PROCESSO Nº: 417299/18
ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA
ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
INTERESSADO: VALDEVINO SIMOES PERICO (CPF: 256.878.169-68)
EDITAL Nº 28/21
Em cumprimento ao Despacho nº 261/2021, do Relator do processo, CONSELHEIRO NESTOR BAPTISTA, pelo presente Edital fica CITADO o Sr. VALDEVINO SIMOES PERICO (CPF: 256.878.169-68), para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do término do prazo deste Edital[1], apresentar ao Tribunal as razões de contraditório no processo acima citado, em atenção ao disposto no art. 357 c/c o art. 381, IV, § 1º, "e" e § 2º e art. 386, V do Regimento Interno do Tribunal.
Diretoria de Protocolo, em 7 de maio de 2021.
PAULO SERGIO MOURA SANTOS
Diretor
TC 51.560-4

__1__. O prazo deste Edital é de 30 (trinta) dias contados de sua publicação, conforme § 2º do art. 381 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Despachos

Sem publicações

Informações

Sem publicações

Atos de Alerta Municipais

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE SANTANA DO ITARARÉ
INTERESSADO: JOSÉ DE JESUS ISÁC
ATO DO ALERTA: ALERTA - PESSOAL EXECUTIVO 95%
PERÍODO: 2º SEMESTRE DE 2020
Senhor Prefeito:
Em atenção ao artigo 59, § 1º, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, alertamos Vossa Excelência que a despesa total com pessoal do Poder EXECUTIVO ultrapassou 51,3% da Receita Corrente Líquida, excedendo, portanto, 95% do limite previsto no artigo 20, inciso III, alínea "b", da mesma lei, no período de apuração encerrado em 31/12/2020. Embora não tenha extrapolado o máximo legal, esse patamar impõe restrições que devem ser observadas pela administração municipal, nos termos dispostos no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, também da LRF.
Tribunal de Contas do Estado do Paraná, 6 de Maio de 2021.

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE RONDON
INTERESSADO: ROBERTO APARECIDO CORREDATO
ATO DO ALERTA: ALERTA - PESSOAL EXECUTIVO 90%
PERÍODO: 2º SEMESTRE DE 2020
Senhor Prefeito:
Em atenção ao artigo 59, § 1º, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, alertamos Vossa Excelência que a despesa total com pessoal do Poder EXECUTIVO ultrapassou 48,6% da Receita Corrente Líquida, excedendo, portanto, 90% do limite previsto no artigo 20, inciso III, alínea "b", da mesma lei, no período de apuração encerrado em 31/12/2020.
Tribunal de Contas do Estado do Paraná, 6 de Maio de 2021.

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE PEROBAL
INTERESSADO: ALMIR DE ALMEIDA
ATO DO ALERTA: ALERTA - PESSOAL EXECUTIVO 95%
PERÍODO: 2º SEMESTRE DE 2020
Senhor Prefeito:
Em atenção ao artigo 59, § 1º, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, alertamos Vossa Excelência que a despesa total com pessoal do Poder EXECUTIVO ultrapassou 51,3% da Receita Corrente Líquida, excedendo, portanto, 95% do limite previsto no artigo 20, inciso III, alínea "b", da mesma lei, no período de apuração encerrado em 31/12/2020. Embora não tenha extrapolado o máximo legal, esse patamar impõe restrições que devem ser observadas pela administração municipal, nos termos dispostos no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, também da LRF.
Tribunal de Contas do Estado do Paraná, 6 de Maio de 2021.

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE UNIFLOR
INTERESSADO: JOSÉ BASSI NETO
ATO DO ALERTA: ALERTA - PESSOAL EXECUTIVO 90%
PERÍODO: 2º SEMESTRE DE 2020
Senhor Prefeito:
Em atenção ao artigo 59, § 1º, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, alertamos Vossa Excelência que a despesa total com pessoal do Poder EXECUTIVO ultrapassou 48,6% da Receita Corrente Líquida, excedendo, portanto, 90% do limite previsto no artigo 20, inciso III, alínea "b", da mesma lei, no período de apuração encerrado em 31/12/2020.
Tribunal de Contas do Estado do Paraná, 7 de Maio de 2021.

Relatório de Gestão Fiscal

Sem publicações

TCEPR
COORDENADORIA-GERAL

Sem publicações



Sem publicações



GP - Despachos

PROCESSO Nº: 132488/21
ENTIDADE: RAFAEL LAREDO MENDONCA
INTERESSADO: RAFAEL LAREDO MENDONCA
ADVOGADOS:
ASSUNTO: PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO
DESPACHO: 1154/21

Retornam os autos com o Despacho nº 384/21-CGF (peça 5) por meio da qual a Coordenadoria-Geral de Fiscalização manifesta-se em relação à solicitação formulada por Rafael Laredo Mendonça, indicando links para acesso dos resultados do MMD-TC 2017 e MMD-TC 2019 e informando que a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, por meio de Resolução nº 01/2015-ATRICON, veda a utilização dos resultados das avaliações para fins de ranqueamento e a divulgação individualizada de dados.

Diante disso, considerando a vedação existente na mencionada Resolução, indefiro o acesso aos dados individualizados. Esclareço, por oportuno, que, nos termos do art. 18 da Resolução nº 45/2014 desta Corte, da decisão denegatória do "pedido de acesso à informação" poderá o interessado interpor Recurso de Agravo, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de publicação da decisão ou despacho no Diário Eletrônico do TCE/PR, nos termos do art. 54, II e §1º da Lei Orgânica, observando-se, no que couber, o procedimento do art. 489 do Regimento Interno.

Comunique-se ao solicitante na forma do art. 7º[1] da Instrução de Serviço nº 115/2017.

Encaminhem-se os autos à Ouvidoria de Contas para as anotações pertinentes, nos termos do art. 13 da Resolução nº 45/2014[2], e, na sequência, à Diretoria de Protocolo para disponibilização de cópia dos presentes autos ao interessado, e, após, para encerramento do feito, nos termos do art. 16, LVIII[3], do Regimento Interno deste Tribunal, e arquivamento do processo.

Gabinete da Presidência, 3 de maio de 2021.

-assinatura digital-
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Presidente

_____

1. *O Tribunal de Contas adotará, no que couber, as providências administrativas para o peticionamento e as comunicações, preferencialmente por meio eletrônico, referentes aos requerimentos externos e ofícios de que tratam os arts. 4º e 5º desta Instrução de Serviço.*
2. *Art. 13. Entregues as informações solicitadas ou, no caso de indeferimento, transcorrido o prazo legal sem que tenha havido interposição de recurso, o Presidente ou Relator, conforme o caso, determinará o encerramento do processo, com encaminhamento à Ouvidoria para anotação.*
3. *Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:*
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº: 522401/20
ENTIDADE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
ADVOGADOS:
ASSUNTO: REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO: 1162/21

Tratam os autos de Requerimento Externo instaurado a partir de ofício encaminhado pelo Tribunal de Justiça, por meio do qual comunicou o deferimento de tutela de urgência nos autos de Mandado de Segurança nº 004562541.2020.8.16.0000, impetrado pelo Município de Paranaguá, contra APA que culminou na instauração da Tomada de Contas Extraordinária nº 480881/20.

O Conselheiro Ivan Lelis Bonilha, relator do Processo n° 480881/20, por meio do Despacho nº 1206/20-GCILB (peça 6), declarou sua ciência da decisão judicial liminar e informou que ela seria comunicada, conforme artigo 436, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno, em sessão ordinária do órgão colegiado competente.

Por meio da Informação nº 32/21-DIJUR (peça 23), a Diretoria Jurídica informou a concessão da segurança pleiteada nos autos de Mandado de Segurança anteriormente mencionados e sugeriu nova remessa do expediente ao relator do processo nº 480881/20.

Através do Despacho nº 72/21-GCILB (peça 26) o Conselheiro Ivan Lelis Bonilha exarou sua ciência quanto a concessão da segurança pleiteada e, em vista da renúncia do prazo para manifestação, por parte da Procuradoria-Geral do Estado, os autos foram encaminhados à 3ª Inspetoria de Controle Externo que, por sua vez, solicitou esclarecimentos sobre o caso à PGE (Informação nº 10/21-3ICE, peça 32).

Com a resposta à sua solicitação (Ofício nº 052/2021-PGE, peça 35), a 3ª Inspetoria de Controle Externo pontuou que as informações acerca da renúncia ao prazo recursal constam da primeira parte do documento indicado, que na sequência do documento ocorreram questionamentos quanto a sua competência para a solicitação de esclarecimentos e fiscalização sobre a matéria e, ao final, remeteu os autos à Diretoria Jurídica (Informação nº 27/21-3ICE, peça 34).

A Diretoria Jurídica, em nova manifestação, considerando o informado pela unidade técnica anterior, sugeriu a remessa do expediente ao gabinete do relator dos autos de nº 480881/20 e requereu o seu retorno para acompanhamento da ação judicial.

Ante o exposto, em atenção ao sugerido pela Diretoria Jurídica, declaro ciência do contido no Ofício nº 52/2021-PGE, determino o encaminhamento dos autos ao Gabinete do Conselheiro Ivan Lelis Bonilha, relator da Tomada de Contas Extraordinária nº 480881/20, e seu retorno à Diretoria Jurídica para acompanhamento da demanda judicial.

Gabinete da Presidência, 3 de maio de 2021.

-assinatura digital-
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Presidente

PROCESSO Nº: 242968/21
ENTIDADE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
INTERESSADO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS:
ASSUNTO: REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO: 1194/21

Trata-se de Requerimento Externo formulado pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, no qual solicita a liberação da servidora Vivianeli Araújo Prestes, analista de controle deste Tribunal de Contas, em data a ser acordada, para ministrar curso de forma virtual ao TCE/SC, sobre os seguintes temas: atualização jurisprudencial STF, STJ, TCU e TCEs (prescrição e atos de pessoal); e fiscalização de editais de concursos públicos.

A Escola de Gestão Pública - EGP, na Informação nº 23/21 (peça 4), manifesta-se quanto à importância do evento do ponto de vista institucional e pela divulgação de suas atividades, e informa que está providenciando junto à organização do evento a participação da servidora Vivianeli Araujo Prestes.

Ressalte-se que a vedação constante do art. 5º da Resolução nº 54/2016[1] não atinge a entidade requerente posto que ela não é um dos Agentes Fiscalizados por esta Corte de Contas.

Além disso, no caso em tela, a servidora nominada não fará jus a gratificação por hora-aula em decorrência do evento não fazer parte dos eventos educacionais geridos pela EGP, incidindo assim na vedação do art. 16, inciso I, da Resolução nº 54/2016[2].

Diante do exposto, esta Presidência autoriza a indicação da servidora Vivianeli Araujo Prestes como palestrante do evento mencionado e determina o seguinte:

1. Expeça-se ofício ao Presidente do TCE/SC na forma do art. 7º da Instrução de Serviço nº 115/2017[3].
2. Retorne este Requerimento à Escola de Gestão Pública para as providências de participação da servidora no evento;
3. Após a conclusão do evento, com informação nos autos, volte este Requerimento a esta Presidência para determinar o encerramento e arquivamento.

Gabinete da Presidência, 5 de maio de 2021.

-assinatura digital-
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Presidente

_____

1. *Art. 5º É vedada a participação de servidores como facilitadores de aprendizagem em eventos externos dirigidos aos agentes fiscalizados pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná e que tratem de matérias sujeitas à sua fiscalização, ressalvada a hipótese de relevância institucional, quando a participação deverá ser autorizada expressamente pelo Presidente.*
2. *Art. 16. Não será considerada, para fins de gratificação por hora-aula, a atuação do servidor em:*
I – eventos educacionais não geridos pela Diretoria da Escola de Gestão Pública;
3. *O Tribunal de Contas adotará, no que couber, as providências administrativas para o peticionamento e as comunicações, preferencialmente por meio eletrônico, referentes aos requerimentos externos e ofícios de que tratam os arts. 4º e 5º desta Instrução de Serviço.*

PROCESSO Nº: 179620/21
ENTIDADE: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CANTAGALO
INTERESSADO: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CANTAGALO
ADVOGADOS:
ASSUNTO: REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO: 1196/21

Trata o presente processo de Requerimento Externo originado a partir do Ofício nº 197/2021 (peça 2), encaminhado pela Promotoria de Justiça de Cantagalo, referente ao Inquérito Civil n° MPPR 0026.20.000175-3, por meio do qual solicita que seja encaminhada cópia da "agenda de obrigações" referente ao Consórcio Municipal Cantuquiriguaçu.

Pelo Despacho 350/21 (peça 3), a Coordenadoria-Geral de Fiscalização – CGF, esclarece que de modo geral que as Instruções Normativas que determinam quais são os itens que devem ser entregues pelos Consórcios Públicos são atualizadas a cada exercício e podem ser consultadas no site deste Tribunal.

Oportunamente, visando dar atendimento a solicitação do requerente, a CGF solicitou consulta destes dados a Coordenadoria de Sistemas e Informações da Fiscalização – COSIF, que de pronto procedeu o encaminhamento das informações contidas na planilha de Excel indicada no link online e manifestou que apesar de ter encontrado algumas datas divergentes entre o banco de dados e as Instruções Normativas que tratam da agenda de obrigações, em especial à IN nº 129/2017, considerou-se para efeitos da pesquisa, as datas cadastradas nas tabelas do banco de dados deste Tribunal, que são de responsabilidade exclusiva dos representantes legais e técnicos da entidade que os enviou por meio dos sistemas captadores deste Tribunal de Contas.

Diante disso, comunique-se ao solicitante, na forma do art. 7º da Instrução de Serviço 115/2017[1].
Em seguida, encaminhe-se este expediente à Diretoria de Protocolo para disponibilização das informações ao interessado, e, após, para encerramento do feito nos termos do art. 16, LVIII[2], do Regimento Interno deste Tribunal, e arquivamento do processo.
Gabinete da Presidência, 5 de maio de 2021.
-assinatura digital-
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Presidente

_____
1. O Tribunal de Contas adotará, no que couber, as providências administrativas para o peticionamento e as comunicações, preferencialmente por meio eletrônico, referentes aos requerimentos externos e ofícios de que tratam os arts. 4º e 5º desta Instrução de Serviço.
2. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº: 266808/21
ENTIDADE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
INTERESSADO: ADIRCELIO DE MORAES FERREIRA JUNIOR
ADVOGADOS:
ASSUNTO: REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO: 1198/21
Trata-se de Requerimento Externo encaminhado pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/RS, no qual solicita a liberação do Ouvidor Ederson Patrick Severo Machado, desta Corte de Contas, para participar de evento sobre "1 – O que é controle social e como exercê-lo; 2 – A utilização da Ouvidoria, como meio de participação social e seus impactos Internos e Externos.", em data a ser acordada e de forma virtual, com transmissão pelo canal do YouTube do TCE/RS.
A Escola de Gestão Pública - EGP, na Informação nº 24/21 (peça 4), manifesta-se quanto à importância do evento do ponto de vista institucional e pela divulgação de suas atividades, e informa que está providenciando junto à organização do evento a participação do Ouvidor Ederson Patrick Severo Machado.
Ressalte-se que a vedação constante do art. 5º da Resolução nº 54/2016[1] não atinge a entidade requerente posto que ela não é um dos Agentes Fiscalizados por esta Corte de Contas.
Além disso, no caso em tela, o servidor nominado não fará jus a gratificação por hora-aula em decorrência do evento não fazer parte dos eventos educacionais geridos pela EGP, incidindo assim na vedação do art. 16, inciso I, da Resolução nº 54/2016[2].
Diante do exposto, esta Presidência autoriza a indicação do servidor Ederson Patrick Severo Machado como palestrante do evento mencionado e determina o seguinte:
1. Expeça-se ofício ao Presidente do TCE/SC na forma do art. 7º da Instrução de Serviço nº 115/2017[3].
2. Retorne este Requerimento à Escola de Gestão Pública para as providências de participação do servidor no evento;
3. Após a conclusão do evento, com informação nos autos, volte este Requerimento a esta Presidência para determinar o encerramento e arquivamento.
Gabinete da Presidência, 5 de maio de 2021.
-assinatura digital-
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Presidente

_____
1. Art. 5º É vedada a participação de servidores como facilitadores de aprendizagem em eventos externos dirigidos aos agentes fiscalizados pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná e que tratem de matérias sujeitas à sua fiscalização, ressalvada a hipótese de relevância institucional, quando a participação deverá ser autorizada expressamente pelo Presidente.
2. Art. 16. Não será considerada, para fins de gratificação por hora-aula, a atuação do servidor em: I – eventos educacionais não geridos pela Diretoria da Escola de Gestão Pública;
3. O Tribunal de Contas adotará, no que couber, as providências administrativas para o peticionamento e as comunicações, preferencialmente por meio eletrônico, referentes aos requerimentos externos e ofícios de que tratam os arts. 4º e 5º desta Instrução de Serviço.

PROCESSO Nº: 257523/21
ENTIDADE: SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DA POLICIA FEDERAL NO ESTADO DO PARANA
INTERESSADO: SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DA POLICIA FEDERAL NO ESTADO DO PARANA
ADVOGADOS:
ASSUNTO: REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO: 1204/21
Trata-se de Requerimento Externo encaminhado pela Superintendência Regional do Departamento da Polícia Federal no Estado do Paraná (Ofício nº 1077/2021), em que solicita com urgência, para fins de instrução do Inquérito Policial nº 2262/2015-4-SR/PF/PR, o original do documento apresentado pelo ex-prefeito municipal Onildo Gelatti, do Município de Mandirituba, CNPJ 76/./105.550/0001-37, perante o TCU, para embasar o aditivo 03/2014, do Termo de Parceria 01/2013, firmado entre aquele Município e o Instituto Confiancce, CNPJ 07.317.015/0001-27.
A Coordenadoria-Geral de Fiscalização, mediante o Despacho nº 395/21 (peça 3), informou que localizou o processo nº 335763/15 – Tomada de Contas Extraordinária, onde consta em sua peça 12, página 104 o referido Termo Aditivo nº 3 e na página 115 a referida publicação do Termo Aditivo nº 03/2014, conforme imagens constantes no despacho.
A disponibilização de cópia do processo de Recurso de Revisão nº 687427/20, de relatoria do Conselheiro José Durval Mattos do Amaral, ao qual se encontra apensado o de nº 335763/15, foi autorizada pelo Despacho nº 488/21-GCDA (peça 5).
Diante disso, encaminhe-se este expediente à Diretoria de Protocolo para disponibilização de cópia dos presentes autos ao interessado, bem como dos protocolados nº 335763/15 e 687427/20.
Expeça-se ofício ao interessado, para fins de comunicação.
Adotadas as medidas acima elencadas, determino o encerramento do feito nos termos do art. 16, LVIII[1], do Regimento Interno deste Tribunal, e o posterior arquivamento do processo.
Gabinete da Presidência, 6 de maio de 2021.
-assinatura digital-
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Presidente

_____
1. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº: 257604/21
ENTIDADE: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MARILANDIA DO SUL
INTERESSADO: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MARILANDIA DO SUL
ADVOGADOS:
ASSUNTO: REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO: 1205/21
Trata-se de Requerimento Externo encaminhado pelo Procurador-Geral de Justiça (Ofício nº 0437/2021-GAB), por meio do qual, com vistas à Instrução do Inquérito Civil nº MPPR-0087.21.000019-3, em trâmite na Promotoria de Justiça da Comarca de Marilandia do Sul, solicita cópia integral do processo nº 275300/17 "esclarecendo o trâmite atual do referido expediente a partir do julgamento do Pedido de Rescisão — Processo n° 341385/20, através do Acórdão de Parecer Prévio n°242/20 — Tribunal Pleno".
A disponibilização de cópia do processo nº 275300/17, de relatoria do Conselheiro José Durval Mattos do Amaral, ao qual está apensado o de nº 341385/20, foi autorizada por meio do Despacho nº 483/21-GCDA (peça 4).
Diante disso, encaminhe-se este expediente à Diretoria de Protocolo para disponibilização de cópia dos presentes autos ao interessado, bem como dos protocolados nº 275300/17 e 341385/20.
Outrossim, em atenção ao Ofício nº 193/2021 (peça 2), referida unidade técnica deverá enviar resposta ao solicitante mediante mensagem eletrônica para o e-mail marilandiadosul.prom@mppr.mp.br.
Adotadas as medidas acima elencadas, determino o encerramento do feito nos termos do art. 16, LVIII[1], do Regimento Interno deste Tribunal, e o posterior arquivamento do processo.
Gabinete da Presidência, 6 de maio de 2021.
-assinatura digital-
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Presidente

_____
1. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº: 104875/21
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
INTERESSADO: JOSE OLEGARIO RIBEIRO LOPES
ASSUNTO: REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO: 1212/21
Trata-se de expediente autuado como Requerimento Externo pelo qual José Olegário Ribeiro Lopes, Prefeito do Município de Congonhinhas, relata a ocorrência de supostas irregularidades ocorridas nos processos de Dispensa de Licitação nº 006/2020 e Pregão Presencial nº 032/2017, resultantes em possível ofensa ao Prejulgado nº 6 deste Tribunal bem como em terceirização indevida de atividades fins da Administração Pública, conforme documentos contidos às peças 4 a 21.
A Coordenadoria de Gestão Municipal, considerando que o Prefeito determinou a abertura de "comissão de apuração para o aprofundamento de investigação, individualização de condutas e de sendo o caso, sancionamento dos envolvidos", concluiu, em síntese, que o presente Requerimento Externo serve apenas para dar ciência a esta Casa das ações que estão sendo tomadas pelo alcaide, nos termos da Instrução 447/21 (peça 23).
Informou que caso o "requerente entenda que, mesmo ainda em momento de averiguação interna através do processo administrativo que relata já existir, cabe a esta Corte uma atuação neste momento" a via correta para tal intento é a Representação, sugerindo "já de antemão que venha instruída pela conclusão do processo administrativo que foi aberto".
Pelo Despacho nº 403/21 (peça 24), a Coordenadoria-Geral de Fiscalização, "considerando que os fatos narrados e documentos que instruíram os presentes autos já estão sendo objeto de apuração em procedimento administrativo próprio" e levando-se em conta os princípios da eficiência e da utilidade prática dos atos processuais, informa que incluiu o pleito na matriz de análise de riscos do Plano Anual de Fiscalização para avaliação, sugerindo, ao final, o encerramento do feito.
Não obstante o contido na Instrução nº 447/21 (peça 23) da Coordenadoria de Gestão Municipal e no Despacho nº 403/21 (peça 24) da Coordenadoria-Geral de Fiscalização, tratando-se de comunicação de irregularidade subscrita pelo Chefe do Poder Executivo do Município de Congonhinhas, tendo em vista o disposto no art. 32, II[1], da Lei Orgânica deste Tribunal, e, ciente esta Presidência, devem os autos ser encaminhados à Diretoria de Protocolo para reautuação do feito como Representação, sorteio de relator e regular processamento nos termos do art. 277, §2º[2] do Regimento Interno.
Gabinete da Presidência, 6 de maio de 2021.
-assinatura digital-
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Presidente

_____
1. Art. 32. A representação será encaminhada ao Presidente do Tribunal de Contas:
(...)
II – por comunicação de irregularidades subscritas por qualquer autoridade judiciária estadual ou federal, dos Ministérios Públicos Estadual e Federal, pelos Poderes Executivo e Legislativo.
2. Art. 277. A representação será encaminhada ao Presidente do Tribunal de Contas pelos interessados e autoridades, na forma prevista no art. 32, I a VI, da Lei Complementar nº 113/2005.
(...)
§ 2º Cumprido o trâmite previsto no § 1°, a representação será remetida pelo Gabinete da Presidência ao Gabinete do Conselheiro Relator para regular processamento.

PROCESSO Nº: 151954/21
ENTIDADE: PEDRO RAFAEL CAMPIOTTO GIMENES
INTERESSADO: PEDRO RAFAEL CAMPIOTTO GIMENES
ADVOGADOS:
ASSUNTO: PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO
DESPACHO: 1216/21

Trata-se de Pedido de Acesso à Informação protocolado pelo Sr. Pedro Rafael Campiotto Gimenes, por meio do qual solicita acesso aos relatórios de auditoria de cada cidade referentes ao PAF 2020 – Auditoria sobre a Receita Pública e ao PAF 2020 – Auditoria Resíduos Sólidos.

A Coordenadoria-Geral de Fiscalização, mediante o Despacho nº 410/21, prestou as seguintes informações:

"A fiscalização executada pela Coordenadoria de Auditorias - CAUD nos Municípios de Cascavel, Londrina e Paranavaí, na área de saneamento, em razão do estabelecido no Plano Anual de Fiscalização - PAF de 2020 deste Tribunal de Contas, cujo objetivo das auditorias foi avaliar a gestão de resíduos sólidos urbanos e a contratação do serviço de coleta de resíduos domiciliares, com enfoque nos custos dos serviços prestados, foi concluída e seu resultado materializado nos Relatórios de Auditoria nºs 128, 129 e 132/2020, peças 4, 5 e 6 do processo de Homologação de Recomendações nº 77306-4/20, sendo as recomendações sugeridas pela equipe de auditoria homologadas conforme Acórdão nº 285/21 do Tribunal Pleno.

Já a fiscalização executada pela Coordenadoria de Auditorias - CAUD na área de receita pública nos Municípios de Altônia, Arapongas, Carambeí, Imbituva, Itaperuçu, Laranjeiras do Sul, Mandaguari, Mandirituba, Marechal Cândido Rondon, Marialva, Palmas, Palmeira, Pinhão, Piraí do Sul, Piraquara, Quedas do Iguaçu, Reserva, Rio Branco do Sul, São Mateus do Sul, São Miguel do Iguaçu, Sarandi, Siqueira Campos e Telêmaco Borba, em razão do estabelecido no Plano Anual de Fiscalização - PAF de 2020 deste Tribunal de Contas, cujo objetivo das auditorias foi avaliar a gestão da receita pública dos municípios especificamente quanto ao Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, foi concluída e seu resultado materializado nos Relatórios de Auditoria nºs 57 a 69/2020, peças 4 a 26 do processo de Homologação de Recomendações nº 769210/20, sendo as recomendações sugeridas pela equipe de auditoria homologadas conforme Acórdão nº 284/21 do Tribunal Pleno."

Ao final, a CGF sugeriu a liberação de acesso aos processos nº 773064/20 e 769210/20 ao requerente, ambos de minha relatoria.

Diante disso, defiro o acesso aos referidos autos para o requerente.

Comunique-se ao solicitante na forma do art. 7º da Instrução de Serviço nº 115/2017[1].

Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para disponibilização de cópia dos presentes autos ao interessado, bem como dos autos nº 773064/20 e 769210/20 e, após, para encerramento do feito, nos termos do art. 16, LVIII[2], do Regimento Interno deste Tribunal, e o posterior arquivamento do processo.

Em seguida, encaminhe-se à Ouvidoria de Contas para as anotações pertinentes nos termos do art. 13 da Resolução n.º 45/2014[3].

Gabinete da Presidência, 6 de maio de 2021.

-assinatura digital-
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Presidente

_____

__1__. O Tribunal de Contas adotará, no que couber, as providências administrativas para o peticionamento e as comunicações, preferencialmente por meio eletrônico, referentes aos requerimentos externos e ofícios de que tratam os arts. 4º e 5º desta Instrução de Serviço.
__2__. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente: (...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.
__3__. Art. 13. Entregues as informações solicitadas ou, no caso de indeferimento, transcorrido o prazo legal sem que tenha havido interposição de recurso, o Presidente ou Relator, conforme o caso, determinará o encerramento do processo, com encaminhamento à Ouvidoria para anotação

PROCESSO Nº: 132500/21
ENTIDADE: CELIO ISAIAS DA SILVA
INTERESSADO: CELIO ISAIAS DA SILVA
ADVOGADOS:
ASSUNTO: PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO
DESPACHO: 1218/21

Retornam os autos com o Despacho nº 407/21-CGF (peça 5) por meio da qual a Coordenadoria-Geral de Fiscalização manifesta-se em relação à solicitação formulada pelo Sr. Célio Isaias da Silva.

Comunique-se ao solicitante na forma do art. 7º[1] da Instrução de Serviço nº 115/2017.

Encaminhem-se os autos à Ouvidoria de Contas para as anotações pertinentes, nos termos do art. 13 da Resolução nº 45/2014[2], e, na sequência, à Diretoria de Protocolo para disponibilização de cópia dos presentes autos ao interessado, e, após, para encerramento do feito, nos termos do art. 16, LVIII[3], do Regimento Interno deste Tribunal, e arquivamento do processo.

Gabinete da Presidência, 6 de maio de 2021.

-assinatura digital-
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Presidente

_____

__1__. O Tribunal de Contas adotará, no que couber, as providências administrativas para o peticionamento e as comunicações, preferencialmente por meio eletrônico, referentes aos requerimentos externos e ofícios de que tratam os arts. 4º e 5º desta Instrução de Serviço.
__2__. Art. 13. Entregues as informações solicitadas ou, no caso de indeferimento, transcorrido o prazo legal sem que tenha havido interposição de recurso, o Presidente ou Relator, conforme o caso, determinará o encerramento do processo, com encaminhamento à Ouvidoria para anotação.
__3__. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº: 81444/21
ENTIDADE: VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE URAI - PROJUDI
INTERESSADO: VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE URAI - PROJUDI
ADVOGADOS:
ASSUNTO: REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO: 1219/21

Tratam os autos de Requerimento Externo protocolado pela Vara da Fazenda Pública da Comarca de Uraí, por meio do qual encaminhou ofício noticiando decisão liminar proferida nos autos de Ação Civil Pública nº 001467-55.2020.8.16.0175, para ciência e eventuais providências.

A Diretoria Jurídica, através do Despacho nº 51/21-DIJUR (peça 3), solicitou que a Vara da Fazenda Pública da Comarca de Uraí fosse comunicada para que encaminhasse os documentos indicados na inicial, posto que deixou de acostar cópia da exordial, da decisão proferida e chave eletrônica para consulta dos autos que tramitam em segredo de justiça.

Mediante o Despacho nº 405/21-GP (peça 4), a Presidência acatou o sugerido pela unidade técnica e determinou o encaminhamento de ofício à Vara da Fazenda Pública da Comarca de Uraí a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, encaminhasse os documentos indicados à peça 2.

Tal determinação foi cumprida e o requerente devidamente comunicado consoante se infere do Ofício nº 228/21-GP (peça 5) e aviso de recebimento relativo ao mencionado ofício (peça 8).

Contudo, decorrido o prazo indicado para a resposta, os esclarecimentos solicitados não foram encaminhados a esta Corte, conforme Certidão de Decurso de Prazo nº 260/21-DP (peça 9).

Assim sendo, expeça-se nova comunicação ao Juízo da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Uraí, reiterando-se os termos do Ofício nº 228/21-GP, e encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para envio do Ofício de Comunicação e controle de prazo.

Gabinete da Presidência, 6 de maio de 2021.

-assinatura digital-
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Presidente

GP - Termo de Ajuste de Gestão

Sem publicações

GP - Portarias

PORTARIA N° 553/21

O CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 122, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 113, de 15 de dezembro de 2005, c/c artigo 16, inciso XLVI, alínea "c", do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Processo nº 283401/21-TC, resolve

CONCEDER

de acordo com o artigo 83, da Lei nº 19.573, de 02 de julho de 2018, à servidora CAROLINE LEMES KARAM DE MENESES, Matrícula nº 51.729-1, ocupante do cargo de Analista de Controle, AC, Nível M, Referência 12, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, 08 (oito) dias de licença para tratamento de sua saúde, no período de 4 a 11 de maio de 2021.

PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.

Sala da Presidência, em 7 de maio de 2021.

- assinatura digital -
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Presidente



Sem publicações

COMPOSIÇÃO BIÊNIO 2021/2022

TCEPR

Tribunal Pleno

Conselheiro Presidente
- Fabio de Souza Camargo

Conselheiro Vice-Presidente
- Ivan Lelis Bonilha

Conselheiro Corregedor-Geral
- Fernando Augusto Mello Guimarães

Conselheiros
- Nestor Baptista
- Artagão de Mattos Leão
- José Durval Mattos do Amaral
- Ivens Zschoerper Linhares

Auditores
- Sérgio Ricardo Valadares Fonseca
- Thiago Barbosa Cordeiro
- Claudio Augusto Kania
- Tiago Alvarez Pedroso

Secretária do Tribunal Pleno – STP
- Aline Grigoletti de Lacerda Costa

Primeira Câmara

Conselheiro Presidente do Colegiado
- Ivan Lelis Bonilha

Conselheiros
- Artagão de Mattos Leão
- José Durval Mattos do Amaral

Auditores
- Sérgio Ricardo Valadares Fonseca
- Thiago Barbosa Cordeiro

Secretária da Primeira Câmara – 1ª SECAM
- Mariana Amaral Porto

Segunda Câmara

Conselheiro Presidente do Colegiado
- Nestor Baptista

Conselheiros
- Fernando Augusto Mello Guimarães
- Ivens Zschoerper Linhares

Auditores
- Claudio Augusto Kania
- Tiago Alvarez Pedroso

Secretária da Segunda Câmara – 2ª SECAM
- Maria Augusta Camargo de Oliveira Franco

Corregedoria-Geral

Conselheiro Corregedor-Geral – CG
- Fernando Augusto Mello Guimarães

Coordenadora da Corregedoria
- Ivana Maria Pierin Furiati

Ministério Público de Contas

Procurador Geral
- Valéria Borba

Procuradores
- Flávio de Azambuja Berti
- Kátia Regina Puchaski
- Eliza Ana Zenedin Kondo Langner
- Gabriel Guy Léger
- Michael Richard Reiner
- Juliana Sternadt Reiner

Secretário-Geral – MPC
- Willian Gregor Michels

Conselheiros – Diretores de Gabinete

Diretor de Gabinete Conselheiro Nestor Baptista – GCNB
- Wilson de Lima Junior

Diretor de Gabinete Conselheiro Artagão de Mattos Leão – GCAML
- Luciano Crotti

Diretor de Gabinete Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães – GCFAMG
- Davi Gemael de Alencar Lima

Diretor de Gabinete Conselheiro Ivan Lelis Bonilha – GCILB
- Daniele Carriel Stradiotto

Diretor de Gabinete Conselheiro José Durval Mattos do Amaral – GCJDMA
- Celia Cristina Arruda

Diretor de Gabinete Conselheiro Fabio de Souza Camargo – GCFSC
- Inativo

Diretora de Gabinete Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares – GCIZL
- Cinthya Pedron Caciatori

Auditores – Coordenadores de Gabinete

Coordenador de Gabinete Auditor Sérgio Ricardo Valadares Fonseca – GASRVF
- Jaqueline Lebbos Favoreto

Coordenador de Gabinete Auditor Thiago Barbosa Cordeiro – CATBC
- (vago)

Gabinete Auditor Claudio Augusto Kania – GACAK
- Marcelo da Silva Bento

Gabinete Auditor Tiago Alvarez Pedroso – GATAP
- Helton Tiago Luiz Lacerda

Inspetorias de Controle Externo

1ª Inspetoria de Controle Externo – 1ª ICE
- Luciane Maria Gonçalves Franco

2ª Inspetoria de Controle Externo – 2ª ICE
- Emerson Ademar Gimenes

3ª Inspetoria de Controle Externo – 3ª ICE
- Rita de Cássia Bompeixe C. Mombelli

4ª Inspetoria de Controle Externo – 4ª ICE
- Rodrigo Duarte Damasceno Ferreira

5ª Inspetoria de Controle Externo – 5ª ICE
- Mauro Munhoz

6ª Inspetoria de Controle Externo – 6ª ICE
- Inativo

7ª Inspetoria de Controle Externo – 7ª ICE
- Marcio José Assumpção

Administrativo

Diretoria-Geral – DG
- Evandro de Santa Cruz Arruda

Gabinete da Presidência – GP
- Karlos Eduardo Antunes Kohlbach

Ouvidor de Contas
- Ederson Patrick Severo Machado

Diretoria Administrativa – DA
- Thiago Andrade Silva

Escola de Gestão Pública – EGP
- Helio Gilberto Amaral

Diretoria de Comunicação Social – DCS
- Renyere Trovão Soares

Diretoria Financeira – DF
- Edemilson José Pego

Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP
- Flavio Alves de Carvalho Sampaio

Diretoria de Planejamento – DIPLAN
- Guilherme Vieira

Diretoria Jurídica – DIJUR
- Gustavo Luiz Von Bahten

Diretoria de Protocolo – DP
- Paulo Sergio Moura Santos

Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI
- Wanderlei Wormsbecker

Controladoria Interna – CI
- Ana Carolina da Rocha

Gabinete de Assessoria Militar
- Glauber Antonio Selleti

Coordenadoria-Geral de Fiscalização – CGF
- Rafael Morais Gonçalves Ayres

Coordenadoria de Monitoramento e Execuções – CMEX
- Thiago Napoli Ciriaco Dias

Coordenadoria de Obras Públicas – COP
- Lincoln Santos de Andrade

Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão – CAGE
- Wilmar da Costa Martins Junior

Coordenadoria de Gestão Estadual – CGE
- Diogo Guedes Ramina

Coordenadoria de Gestão Municipal – CGM
- Vivianeli Araujo Prestes

Coordenadoria de Auditorias – CAUD
- Elizandro Natal Brollo

Coordenadoria de Sistemas e Informações da Fiscalização – COSIF
- Rafael Augusto Fontana